

GENTES E GEOGRAFIAS

OLHARES DE REPÓRTER SOBRE A BEIRA INTERIOR

JOSÉ RICARDO CARVALHEIRO
NUNO FRANCISCO

 **LABCOM**
COMUNICAÇÃO
& ARTES

**75 JF**
1946-2021

GENTES E GEOGRAFIAS

OLHARES DE REPÓRTER SOBRE A BEIRA INTERIOR

JOSÉ RICARDO CARVALHEIRO
NUNO FRANCISCO

 **LABCOM**
COMUNICAÇÃO
& ARTES

**75^{JF}**
1946-2021

Ficha Técnica

Título

Gentes e Geografias:
Olhares de repórter sobre a Beira Interior

Autores

José Ricardo Carvalheiro e Nuno Francisco

Editora LabCom

www.labcom.ubi.pt

Coleção

Livros de Comunicação

Direção

Gisela Gonçalves

Design Gráfico

Cristina Lopes

Fotografia

Diamantino Gonçalves

ISBN

978-989-654-782-0 (papel)

978-989-654-783-7 (pdf)

978-989-654-784-4 (epub)

Depósito Legal

486811/21

Tiragem

Print-on-demand

Universidade da Beira Interior
Rua Marquês D'Ávila e Bolama.
6201-001 Covilhã. Portugal
www.ubi.pt

Covilhã, 2021

© 2021, José Ricardo Carvalheiro e Nuno Francisco.

© 2021, Universidade da Beira Interior.

O conteúdo desta obra está protegido por Lei. Qualquer forma de reprodução, distribuição, comunicação pública ou transformação da totalidade ou de parte desta obra carece de expressa autorização dos editores e dos seus autores. Os artigos, bem como a autorização de publicação das imagens, são da exclusiva responsabilidade dos autores.



Índice

Introdução	10
1. LUGARES	22
No abecedário da solidão cada palavra é um abrigo	24
A autêntica feira raiana	28
O triunfo do silêncio	32
Um “muro” a dividir a aldeia	42
2. TRABALHOS	46
Aqueles a quem o tempo não conseguiu vergar	48
Os dias escritos a fio de lã	54
Mulheres da Beira	60
Enfeitem-se as ovelhas, que os rebanhos estão a acabar	64
As gerações da lã	68
3. VIDAS	72
Aqui, onde a noite é eterna	74
Retiradas pensões a irmãos cegos	78
A vida de um chefe da droga	82
Os fugitivos da guerra	86
4. MIGRAÇÕES	90
Os que forçaram a porta para a terra dos sonhos	92
“Há qualquer coisa que puxa a gente...”	100
Costureiras da Ucrânia em fábrica de confecções do Paul	104
5. MEMÓRIAS	108
As lágrimas que salgaram as águas da barragem	110
As histórias nascidas onde a escuridão era sobressalto...	116
O «mineral» perdido	120
A estrada da memória nos despojos do progresso	124
Memória do Zêzere, quando levou a barca	130

6. DIAS	134
Como eleger um presidente da Junta em nove minutos	136
Álcool e violência na madrugada*	142
Os deputados Morão e "o tipo da Renascença"	144

Introdução

Até dos silêncios se pode fazer reportagem. Da ausência muda que se propaga em intermináveis ecos por tantos lugares por onde os jornalistas viajaram ao encontro de quem ainda resiste em sítios entregues à ausência e à saudade, sentando-se numa pedra fria, ouvindo o que o tempo nos quer dizer por interposta pessoa, indo atrás dos passos de alguém que quer subir uma derradeira ladeira para mostrar a casa onde nasceu. Ou para nos mostrar a tal ausência que agora tomou conta de quase tudo. Lá do cimo, apontando ora para o infinito, ora para o casario bem identificado: “Ali vivia alguém”; ora para a escola fechada onde “aprendi as letras e as contas”. Alguém que ficou como testemunha de tantos que já partiram, deixando um rasto de histórias e sentires. É também desses silêncios impostos pela ausência que se faz muita da orografia social de uma região. Sim, a reportagem também pode ser a contagem dos silêncios e daquilo que eles nos dizem.

Mas a reportagem também pode preencher páginas plenas de presenças, de regressos anunciados, de reencontros e de memórias

partilhadas de quem pisa um chão comum, que não é apenas físico, mas também de afetos. Do fundo da mina à mais alta das montanhas do Continente, o caminho das palavras pode traduzir um infindável mosaico de vivências, que o tempo tratou de transformar em perenes fragmentos de história e de histórias de uma comunidade.

Há algo de extraordinário neste ofício da palavra, há algo de grandioso e profundamente honesto quando um jornalista confronta o mundo com o seu olhar. Num tempo em que o léxico comum adotou conceitos como “pós-verdade” ou “notícias falsas”, onde cada um pode criar e alimentar e difundir a sua própria “verdade”; saber ouvir alguém, saber ler uma paisagem, saber interpretar um contexto, e levá-los com humildade e fidelidade aos leitores é uma tentativa de elevar o jornalismo para os patamares mais nobres que este velho ofício pode habitar.

Este livro são estes retalhos da vida de uma região, vista na presença e na ausência que habitam os nossos dias. São dias percorridos ao longo de vários anos pelos olhos de dois jornalistas do Jornal do Fundão entre

a década de 1990 e os primeiros dez anos do novo milénio. Quis o destino - chamemos-lhe assim - que no exercício da prática jornalística, fosse o género reportagem aquele a que mais vezes foram chamados. Os dois repórteres habitaram durante vários anos esse universo, tentando transportar para as páginas do Jornal do Fundão esses fragmentos de uma região feita de gentes, de lugares, de tradições, de saudades e de júbilos que se iam encontrando no virar dos dias. Foi assim que se cumpriu, na medida do possível, o jornalismo também como um primeiro rascunho de uma história que mais tarde se lerá sobre tantos e tantas protagonistas. Uma história, que é a nossa, construída na perenidade de uma página de jornal.

Este livro não é um manual de como se fazer reportagem, uma espécie de compêndio ou um cânone para a prática deste género. Nenhum livro de reportagens o deve ser. Nenhum livro deste género deve ser impositivo. A reportagem, como qualquer género jornalístico, tem regras fundamentais (senão não seria jornalismo) para a sua redação. Mas, particularmente neste género, a ação do jornalista é determinante na captura do contexto, no transporte do “real” em palavras e imagens, chamando, assim, o leitor para esse universo que está a viver.

Cada repórter é - cumprindo, naturalmente, as regras fundamentais da prática jornalística - ele e a história que está a acompanhar; ele e as suas circunstâncias e, porque não, ele e a sua sensibilidade. E será ele que, por fim, entregará, a um criterioso e cuidado uso das palavras a árdua tarefa de transpor, neste caso para o papel, o tanto que viu, viveu e sentiu. O processo de reportagem, sabemos, abre ao repórter múltiplos caminhos pelos quais se pode emaranhar e aí a grande virtude é a de não se deixar perder neles, não perder o foco, nem deixar que a soma dos pormenores se sobreponha àquilo que é fundamental relatar.

Se este livro conseguir ser uma inspiração para um estudante de Jornalismo ou cumprir o desígnio de pegar nas mãos dos leitores e os levar a viver aquele lugar e aquele momento através da palavra escrita, será recompensa suficiente que os autores receberão de bom grado.

Este roteiro é, pois, uma seleção do trabalho de reportagem de dois jornalistas, um breviário de olhares e de sentires sobre uma realidade que habita um contexto com características demográficas e económicas muito próprias. Naturalmente que a linha editorial historicamente implantada no Jornal do Fundão é decisiva no construir desta caminhada feita de palavras. Muitas das reportagens

enquadram-se naquelas que são “causas” de sempre de um semanário que é reconhecidamente um ator de relevo no seu território, não só na sua função de informar, mas também como protagonista da alavancagem de temas que durante décadas passaram ao lado dos grandes centros de decisão e que penalizaram a Beira Interior. Falamos de questões como a constante perda demográfica, a falta de investimento, o encerramento de serviços públicos e de tantos outros lugares e conceitos onde habita o esquecimento nas suas diversas manifestações e latitudes.

No ano em que se celebram os 75 anos dos Jornal do Fundão, julgámos ser este o momento ideal para o lançamento desta obra. São dezenas de reportagens entre as muitas centenas que foram escritas nesse semanário desde 1946 por várias gerações de jornalistas, algumas delas a ter de viver a profissão na longa noite da ditadura. Quando se celebra os 75 anos de uma publicação, celebra-se, sobretudo, o jornalismo. O jornalismo que tece para a posteridade, palavra por palavra, uma região e as suas múltiplas complexidades.

Informação e interpretação

Deste olhar jornalístico, feito de *flashes* e composto por instantâneos captados nas curvas do tempo, resulta uma forma não sistemática de conhecimento, com regras pró-

prias que sujeitam a realidade a um determinado crivo e de onde saem retratos à sua maneira incompletos, mas que assentam num contacto próximo com a vida concreta.

De todo o trabalho jornalístico, nenhum há que tente como o do repórter lidar com esse concreto do quotidiano, do inesperado ou do ocasional, e que tente apreender de perto os lugares, as palavras e os gestos. E quanto mais (metaforicamente) sensível, visível e palpável for a leitura de uma reportagem de imprensa, mais ela funciona como experiência para o leitor, mediada pelo repórter.

Definir como deve ser uma reportagem de imprensa é uma tarefa árdua, por causa da amplitude de abordagens e registos que este género abriga e que levantam desde logo uma questão: a reportagem é um género informativo ou ela é mais bem definida como género interpretativo? Os próprios manuais de jornalismo não são unânimes quanto ao assunto, indo daqueles que consideram a reportagem um género estritamente “preso aos factos”, onde não são permitidas opiniões ou liberdades poéticas do repórter,¹ até àqueles que defendem tratar-se de um género híbrido que admite elementos de

1. Gradim, Anabela (2000). *Manual de jornalismo*. Covilhã: Universidade da Beira Interior, p. 68.

crónica, opinião e análise.²

O que é consensual é que a reportagem é um género ancorado na recolha de informação *no terreno* e que (excetuando pequenas reportagens de rotina) se destina a *aprofundar* um assunto, a saber mais sobre ele e a dar a conhecê-lo ao público de forma mais completa do que na notícia.

Isto significa que essa busca de profundidade, quando as condições o permitem e é levada a sério, exige uma colação bastante ampla de elementos informativos, que podem ser de natureza diversa (e nem todos precisam de ser recolhidos no terreno, pois estes podem ser complementados com outro tipo de dados). Ora, perante um conjunto considerável de anotações, factos observados, entrevistas e documentos que o repórter recolhe, não há como evitar depois um trabalho interpretativo (sem falar da interpretação envolvida no próprio processo de reportar, assim como na sua preparação e nas decisões acerca de aonde ir, com quem falar e o que perguntar – aspetos, em parte, análogos ao que acontece nas notícias). Torna-se, então, completamente evidente que, para ser capaz de dar àquele extenso material uma forma textual inteligível, o

repórter precisa de um esforço de interpretação que seja capaz de sopesar, relacionar, sequenciar e expor os factos e que isso só pode ser feito através de uma ideia que ele próprio constrói do conjunto.

A circunstância de um repórter experimentado poder prefigurar, quando ainda está no terreno e antes de chegar à mesa da redação, a forma como vai reportar aquilo que viu e escutou, decorre do treino adquirido e é simplesmente um recurso profissional que lhe permite aplicar um esquema interpretativo com mais prontidão (o momento em que sente já ter “a história” na mão). Por vezes, o momento em que consegue “sacar a história” – ou seja, quando a antevê no seu horizonte interpretativo – é um instante de autêntica gratificação para o repórter, uma vez que o trabalho de reportagem, apesar de dispor de tempos mais dilatados do que os da notícia, não deixa de estar geralmente inserido numa cadência produtiva que é preciso cumprir (com uma peça) e acontece que o seu resultado também é frequentemente mais incerto, nem sempre o jornalista tendo a certeza de poder voltar para o jornal com uma “história” válida.

Do trabalho de interpretação fazem parte as próprias decisões do repórter acerca daquilo que ficará excluído da peça, mas que não deixou de fazer parte do processo de produção da

2. Sousa, Jorge Pedro. (2005). *Elementos de jornalismo impresso*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, p. 259.

reportagem e que ajudou o repórter a saber mais sobre o assunto e a compreender, ele próprio, o tema. Pode até dizer-se que as melhores reportagens serão aquelas cujo tema o jornalista mais completa e profundamente apreendeu para si mesmo e do qual foi capaz de extrair e depurar os aspetos verdadeiramente importantes numa forma textual que tem sempre de ser relativamente sintética.

De muitas maneiras, pela sua própria natureza de aprofundamento e contextualização, a reportagem faz emergir a importância da interpretação no trabalho jornalístico. Essa interpretação pode estar mais visível ou mais camuflada, consoante o registo discursivo adotado pelo repórter na redação da peça. Mas, na verdade, o jornalista é sempre um intérprete da realidade (de outro modo, o jornalismo não mereceria o epíteto de trabalho intelectual), embora alguma ideologia profissional tente convencer-se de que apenas reflete a realidade, e seja verdade que existe um tipo de trabalho jornalístico rotinizado, mecanizado e fragmentado de onde parece ter sido quase evacuada a componente interpretativa, no que constitui uma das facetas da proletarização do jornalismo (que não é exclusiva da nossa época, mas acontece hoje pela lógica quase absoluta do mercado).

Neste contexto, a reportagem também pode funcionar como uma importante forma de resistência contra a desqualificação profissional e como meio de combate à proletarianização, capaz de assumir o jornalismo como profissão intelectual, autónoma e criativa à sua maneira.

Factos e criatividade

Um aspeto sobre o qual os manuais são consensuais é o da nobreza da reportagem enquanto género (mas as razões para isso não costumam ser explicitadas). Pensamos que existe realmente um valor jornalístico que é próprio da reportagem, que é ele que faz deste o género mais respeitado e almejado dentro da profissão, e que esse valor reside no facto de ele estimular a confluência entre factualidade e criatividade – o que não se dá em nenhum outro género jornalístico.

A factualidade e a criatividade podem ser vistas como dois polos, entre os quais todo o trabalho jornalístico se desenvolve (mas nos outros géneros de forma muito polarizada) e onde a reportagem tem a especificidade de se afirmar pela dupla atração do informativo e do criativo. Na notícia e na entrevista o trabalho informativo requer argúcia e determinação, mas dispensa (e bloqueia) em grande medida a criatividade. Na crónica e nos artigos de opinião a criatividade

espraia-se, mas geralmente à custa de um decréscimo informativo. A reportagem concilia os dois polos, mas – sublinhe-se – com um determinado cariz e dentro de regras próprias. No nosso entender, o polo da criatividade não deve confundir-se com a questão da “subjatividade”, que é referida nos meios jornalísticos no sentido de assunção de um registo discursivo pessoal ou avaliativo, com marcas explícitas da presença do autor no enunciado (através de expressões deícticas ou adjectivantes). No jornalismo, a subjatividade é uma das formas possíveis da criatividade, mas não é a única (nem é aquela que entra em jogo na reportagem). A criatividade inclui outras formas de expressividade, que não exprimem diretamente o sujeito-autor (pois não são acerca dele enquanto objeto, nem enquanto sujeito que aprecia outros objetos), mas que não deixam de ser formas de expressão criadas por si dentro de uma visão sua das coisas. É a esse tipo de criatividade hétero-centrada que a reportagem apela, e que fica contida pela tensão com o polo informativo.

No polo informativo, o repórter tem um campo magnético que proíbe a reportagem de descolar da facticidade e que não a deixa afastar-se do facto-centrismo. O trabalho de interpretação não significa especular para além dos “factos” (aquilo que

o repórter viu, escutou ou de que tem indícios suficientes para inferir) nem tem como horizonte um discurso avaliativo (onde a apreciação do autor acerca dos factos ganharia predominância sobre a sua exposição). Por outro lado, devido à sua natureza aprofundada, a reportagem tem o dever de ir o mais longe possível na acumulação de dados. Nesse sentido, é o género jornalístico mais informativo, aquele que trabalha com maior volume de informação sobre um assunto.

Mas o repórter está também sob influência do polo criativo do jornalismo, do qual recebe impulsos para alguma originalidade. Quanto menos estandardizado é um género discursivo, mais espaço ele oferece para a criatividade, que se reflete geralmente num estilo individual. Ao contrário das notícias, que não deixam ao jornalista imprimir um estilo próprio, a reportagem tem uma forma relativamente pouco codificada. O repórter tem, por isso, um considerável campo para a sua expressividade na montagem do texto e no uso da linguagem. A quantidade de observações e factos anotados coloca-o perante numerosas formas possíveis de construir a peça. A flexibilidade linguística do género possibilita-lhe adotar um idioma não estereotipado e, por vezes, um registo que não é estritamente denotativo

e que ganha dimensões estéticas (contidas, porém, pela primazia do objeto sobre o discurso, que emana do polo informativo).

Por conjugar facticidade e interpretação, e se situar entre os polos do rigor referencial e da criatividade formal, a reportagem jornalística pode aspirar a uma *criatividade rigorosa* que conjugue de modo único alguns dos principais valores do jornalismo: factos seguros, uma visão compreensiva e um olhar não estereotipado sobre realidades concretas da vida.

Tornar-se-ia, por isso, contraproducente querer definir um figurino típico de reportagem, dado que a sua codificação num formato rígido se arriscaria a cercear esse trunfo do género que é a sua criatividade formal.

É *evidente*, aliás, a coexistência de registos diversos. Uns, mais interpretativos, em que predomina o aprofundamento de um tema e que assentam essencialmente na capacidade de inquirição, recolha e compreensão de um manancial de informações por parte do repórter. Outros, de maior pendor narrativo, materializados em peças que por vezes se designa como “humanizadas” e que se trabalha como “histórias”, dado o lugar central que nelas ocupam as pessoas, já não meras fontes informativas, mas personagens

reais de situações publicamente relevantes.

Cabe a cada repórter, perante as condições concretas de cada reportagem, decidir qual o tipo de abordagem (mais “objetiva” ou acolhendo a “presença” subjetiva do repórter), qual o tipo de enunciação (mais descritiva ou mais analítica) e qual o registo discursivo (arraigadamente denotativo ou fazendo uso de recursos conotativos) que melhor servem o propósito de informar os leitores. Em reportagem, informar não tem de se limitar a uma transmissão descritiva dos factos, e pode ganhar um sentido lato de lhes possibilitar uma compreensão mais profunda e uma vivência (mediada) das situações.

Aproximar, dar a conhecer ao público um assunto de forma mais completa, mas também de forma mais próxima, parece ser uma essência própria da reportagem. Aproximar-se das situações, das pessoas e das coisas concretas. Iluminar a realidade com o labor do repórter a fazer por lidar com gente e a não usá-la meramente como fontes. Frisaram-no alguns dos grandes repórteres modernos: a qualidade de uma reportagem é, em grande medida, a qualidade das relações estabelecidas no terreno. “Aquilo que descrevemos nas reportagens provém das pessoas, e a relação eu-eles, eu-outros, a sua

qualidade e emotividade vai determinar o valor do texto”.³

O estatuto da reportagem

O facto de a reportagem ser hoje considerada nobre não significa que sempre tenha sido assim, nem quer dizer que ela seja o género mais importante do jornalismo. Esse lugar principal está reservado para o género mais prosaico e humilde que é a notícia, mas que foi aquele que definiu o carácter fundamental do jornalismo moderno e desde há século e meio constitui a sua essência enquanto sistema social de circulação e de informação pública.

O estatuto nobre da reportagem é reconhecido sobretudo pelos próprios jornalistas e resulta de uma história que é a da própria construção do jornalismo enquanto campo profissional, porque a ideia de nobreza não nasceu com o trabalho de reportar.

A figura do repórter, que emergiu no mesmo contexto histórico de nascimento do jornalismo noticioso e se instalou gradualmente ao longo do século XIX, designou durante bastante tempo o simples trabalho de recolha de informação sobre acontecimentos noticiosos junto de fontes que os podiam fornecer. Reportar

3. Kapuscinski, Ryszard (2020). *Andanças com Heródoto*. Lisboa: Livros do Brasil, p. 157.

começou por ser uma função adjacente da redação de notícias e um labor geralmente anónimo para o público. O prestígio dessa função ainda era inexistente em Portugal na década de 1890, quando Fialho de Almeida classificou os repórteres como “bestas de carga” dos jornais.⁴ Tratava-se, segundo aquele cronista, de um ofício subalterno ocupado por gente desqualificada, que trabalhava muito, ganhava pouco e perseguia acontecimentos sórdidos com exageros sensacionalistas, perante a complacência dos redatores. Estes estavam mais preocupados com a tarefa, essa sim prestigiosa, do comentário e da intervenção política.

Como género, a reportagem foi-se afirmando em Portugal já no século XX, através da fama de repórteres ousados e detectivescos como Esculápio ou Reinaldo Ferreira, parte do mesmo filão que noutros países vinha dando aura mítica a um tipo de reportar aventuroso e destemido.⁵ Outra fonte de prestígio terá emergido internacionalmente na década de 1920 associado a um tipo de

4. “O repórter, besta de carga do jornal”, crónica de Fialho d’Almeida, publicada em *Os Gatos*, editora Ulisseia, 1986, p. 139.

5. Cf. *Uma Hora de Jornalismo: aspectos, anedotas e inconfidências da vida profissional*. Caixa de Previdência dos Sindicatos dos Profissionais de Imprensa de Lisboa, 1928.

grande reportagem com ligações ao campo literário e mais enraizada no romance do que numa técnica de relatar factos.⁶

A partir dos anos 30, com a ditadura do Estado Novo, a reportagem não desapareceu completamente da imprensa portuguesa graças a um punhado de jornalistas que foram produzindo exemplos do género.⁷ Mas o contexto geral era avesso à originalidade, quer devido ao ambiente de conformidade imposto às redações, quer pela mediocridade em que o regime manteve a profissão, composta maioritariamente por semiprofissionais com baixa escolaridade que encaravam os jornais como um trabalho administrativo.⁸ Dai que um género mais sofisticado e inovador como a reportagem tenha recuado, por comparação com a Primeira República, e que o repórter continuasse a figurar em lugar subalterno nas redações (em categoria e salário).

Só no limiar dos anos 60, quando

uma nova conjuntura deu início ao rejuvenescimento e qualificação de alguma imprensa, a reportagem encontrou um terreno mais favorável devido a fatores como a religação do jornalismo com o campo literário, a vontade de fazer um jornalismo mais ágil e capaz de cativar públicos ou a exploração de temas sociais impulsionada pelos católicos progressistas e outras tendências oposicionistas. De fora tinham de ficar, porém, assuntos absolutamente proibidos, como as questões coloniais.

Desta época saíram muitos repórteres que viveram depois a transição para o período democrático, ajudando à afirmação mais consolidada da reportagem nos media portugueses após 1974 e na década de 80, altura em que a generalidade dos jornais já veem o género como crucial e surgem projetos que lhe são especialmente dedicados, como a revista Grande Reportagem (nascida em 1984, na sequência de programa homónimo na RTP).

Foi também em 1984 que se instituiu os prémios Gazeta, principais galardões do jornalismo português, promovidos por uma organização profissional criada nessa altura (o Clube de Jornalistas). O facto de terem começando por premiar exclusivamente trabalhos de reportagem era um sinal claro do estatuto que o género tinha atingido dentro da profissão, e ainda hoje os prémios

6. Godinho, Jacinto (2009). *As Origens da Reportagem: imprensa*. Lisboa: Livros Horizonte.

7. Rosa, Gonçalo Pereira (2017). *Repórteres, apesar de tudo: as vias possíveis de reportagem nos jornais durante o Estado Novo*. In J. R. Carvalheiro, *Facetas do Repórter: Narrador e Narrado*. Covilhã: LabCom.

8. Correia, Fernando e Baptista, Carla (2007). *Jornalistas do Ofício à Profissão*. Lisboa: Caminho.

Gazeta continuam por norma a privilegiar reportagens, nos diversos meios.

Ainda está por fazer uma história do género na imprensa regional, mas este breve percurso pela fase moderna do jornalismo nacional mostra que os altos e baixos da reportagem, as suas forças e fraquezas, assim como as características e os temas que assume, não são independentes do contexto político e empresarial, das formas de recrutamento e organização profissional ou das condições em que o trabalho jornalístico se desenrola no dia-a-dia. Hoje, a par de hibridações de meios e reinvenção de formatos, também há quem anteveja a sua rarefação ou mesmo o risco da sua sobrevivência.⁹ Proletarização da profissão, pressão produtiva centrada na tecnologia, orientações exclusivamente comerciais e, no caso específico da imprensa, o recuo do domínio literário nas novas gerações, constituem decerto fatores de risco para a nobreza do género.

Sobre o livro

Embora uma coletânea de reportagens possa não ser mais do que uma vã tentativa de resgatá-las ao efémero do pequeno labor temporalmente

marcado, quis-se reunir uma série de instantâneos que constituam um certo retrato da Beira Interior, para além da publicação dispersa e ocasional que é o dia-a-dia de um jornal. As 25 reportagens aqui coletadas são datadas da última década do século XX e da primeira do século XXI e, na sua fragmentação, formam um mosaico desse tempo recente e de um lugar – do Tejo à Estrela, entre a raia e o Pinhal – de onde foram arrancadas ao terreno. Vistas em conjunto, podem oferecer uma visão mais ampla do virar do milénio numa região que raramente nos é refletida pelos olhares (mediáticos) alheios e que a si própria deve o cuidado da atenção. Um olhar agora mais recuado pode aspirar a alguma coerência de conjunto e, por isso, optou-se por não sequenciar os textos por ordem cronológica, organizando-os antes de acordo com linhas temáticas e dividindo-os em seis capítulos.

O primeiro retrata “Lugares”, marcantes e marcados, que os repórteres, por razões várias, tentaram captar. Nele se visita as aldeias semi-desertas que uma biblioteca itinerante teimava em não abandonar ou se reporta junto das multidões que se aglomeram numa das maiores romarias beirãs. O segundo capítulo foca-se em “Trabalhos”, desde os ofícios da lã até às profissões em risco de extinção e aos campos agrícolas.

9. Gomes, Rui Miguel (2015). *O Fim da Reportagem: O jornalismo à distância de um clique*. Lisboa: Alêtheia.

No terceiro conta-se um pequeno punhado de “Vidas”, heroicas ou esquecidas ou insólitas, repositórios de grandeza e de expedientes, refluxos da fortuna ou do acaso.

O capítulo quarto dedica-se às “Migrações”, tema perene nas páginas do Jornal do Fundão e que aqui reencontramos através de histórias das partidas e regressos que estruturaram a feição da Beira, mas também através da primeira reportagem a dar conta do fluxo inverso que começou a trazer imigrantes para a região no quadro da União Europeia e de novas rotas internacionais do trabalho. De seguida, desfia-se um conjunto de “Memórias”, ou seja, reportagens que resgatam histórias passadas: a aldeia que ficou submersa pela barragem, os tempos e as aventuras do contrabando, as recordações da velha estrada para Lisboa ou as marcas de uma cheia trágica

no Zêzere. O último capítulo agrupa o tipo de reportagem não planeada, feita no improviso do momento, quase como uma notícia *in loco*, variante que se afasta da “nobreza” atribuída ao género, mas que faz parte do mesmo ofício de repórter e dos variados “Dias” onde a realidade não cessa de irromper.

Uma nota para apontar que, se esta introdução adota a ortografia implementada pelo novo acordo para língua portuguesa, as reportagens que se seguem mantêm naturalmente a anterior forma ortográfica, vigente e praticada nas datas em que foram escritas.



I. LUGARES



// **Levar a leitura e a palavra aos confins do mundo rural**

No abecedário da solidão cada palavra é um abrigo

O que faz mover uma solitária carrinha carregada de livros a desfilarem em aldeias semi-desertas? Nada mais do que dar conforto a quem tem a solidão como companhia. Aqui, serão as palavras a ter que ferir o silêncio

TERÃO que ser as palavras a ferir a solidão. Letra a letra a acostrar a neblina do vazio. No rasto da impunidade do silêncio, são espada desembainhada ao arripio do desencanto que rosna nas serranias. O som do silêncio é íngreme, o da solidão bafiento... e já é dia neste espreguiçar de mundo.

No abecedário da solidão cada palavra conta. Por entre as sombras desabridas do esquecimento, há um livro que já foi imaculado e que vai sendo escrito dia após dia, num manual do desencanto e de inevitabilidades, de remansos caminharos rumo a algo que já se adivinha. Por aqui, quase ninguém para cruzar os “bons-dias”. Estão os que estão. Foram os que foram. A crónica do abandono do espaço rural não se comove com discursos. O vento aqui agita-se forte e leva consigo

os rascunhos da realidade – belos, alguns – mas... Foram os que foram e estão os que estão. E a realidade efectiva, não a de papel, também, apesar das folhas bem intencionadas. A realidade é aqui, é esta, onde se cruzam raros “bons-dias”. O resto esvoaça algures. Neste manto, uma pequena carrinha pode fazer a diferença – aqui, o quase nada pode fazer toda a diferença. A atenção sempre pode fazer raiar algo, preencher vazios e acicatar ânimos.

Vencida curva após curva, em caminhos de desencantos avulso, livros, revistas, jornais, dvd’s, serviço de internet e fotocopiadora, partem da vila de Proença-a-Nova ao encontro de quem lhes estenda a mão. Ao volante, Nuno Marçal, sociólogo, leva a biblioteca móvel a rasgar os templos do silêncio em resguardo aos segredos da ausência. A Bibliomóvel

leva a palavra ao recôndito espalhar dos dias, ao difuso mundo rural em dias de declínio, de lonjuras não combatidas e que a alma já tratou de assimilar. E não há nada como o ferir da alma. Quem souber ler um olhar, lê a esperança... ou a ausência dela. A biblioteca móvel de Proença-a-Nova faz-se à estrada num dia assim, mais um entre outros que se contam desde Junho de 2006: leva letras, palavras escritas e faladas a quem as aguarda com dia e hora marcada. Em existências de silêncios e pensamentos, esta biblioteca móvel leva um carregamento do mais puro ouro, da mais polida solidariedade. Ao volante ainda Nuno Marçal, 35 anos, com raízes profundas neste concelho, mas a residir em Castelo Branco.

A palavra sobre rodas chega cedo ao Centro de Dia de Montes da Senhora. Nuno Marçal, com dois livros debaixo do braço, entra na sala onde é calorosamente recebido. O mensageiro das letras chegou à hora esperada. Das dez senhoras que estão na sala, apenas duas sabem ler. Numa mesa está uma “Meletra”, uma mala que a bibliomóvel deixa com livros, revistas e dvd’s e que depois recolhe. Senta-se. Sobre os joelhos de Nuno estão dois volumes de “Lendas de Portugal”.

“Nós gostamos de ver pessoas, estamos aqui isoladas”, atira uma das utentes, A palavra transvestida de

atenção é imperial no seu alcance. Ao olhar para esta sala de vestes negras e cabelos alvos, este é o retrato fiel do despovoamento e do envelhecimento do mundo rural. Este é também constatação de que um gesto, uma palavra certa aquecem corações. Em voz colocada, desfila para o grupo de idosas duas lendas: a do Pé de Ferro e a do Galo. As palavras envolveram aquela sala em viagem pelo imaginário das lendas, das desventuras, de amores e desamores, de coragens e sortes. “A vida é mesmo assim”, desabafa-se no fim da leitura da primeira história. Aos 83 anos, Maria Rosa, só conhece a palavra falada que esconde a palavra desconhecida, impressa nos livros. Uma magia a que foi vetada desde nova: “Ainda pedi bastante ao meu pai para ir para a escola, mas o meu pai dizia: «não... a maior desgraça que se pode dar a uma mulher é ensiná-la a ler». E só o meu irmão é que aprendeu a ler porque era rapaz... Olhe fiz a minha vida como pude, é mais triste, mas olhe, fui-me desenrascando”. Sobre estas histórias contadas não se contém nos elogios: “adoro estas histórias, porque nos ajudam a passar o tempo. As nossas idades já são muito tristes... mas este convívio ajuda... assim os maus pensamentos vão embora e nós vamos reagindo”.

A persistência de levar livros, jornais e revistas às aldeias

Estas palavras são de papel, mas nem o vento as leva

ANTÓNIO nasceu em 1917, diz-nos. Está à porta dos 93 anos. Desloca-se até à biblioteca móvel e recebe de Nuno Marçal duas revistas: uma de caça, outra de pesca. Senta-se à sombra e folheia-as.

Alvito da Beira, são 14.15 e cumpre-se a primeira paragem da tarde. As palavras de papel não são de todo estranhas a António: “fiz o exame da quarta classe... sei ler mais ou menos”. De 15 em 15 dias recebe em mão as revistas que folheia com toda a paciência do mundo... “Quando tenho vagar venho aqui ler umas revistas... e vagar tenho sempre; trabalhar no campo, agora, é para os novos”, ri-se.

A carrinha continua estacionada no centro da aldeia, ladeada pela leitura de António Martins, que vai recordado através da revista os tempos “em que a ribeira tinha muito peixe”. Foca-se nas fotografias e lê alguns dos textos. Está absorto em memórias.

Aproxima-se Maria Pereira, que veio entregar um livro que tinha requisitado há quinze dias, aquando da última passagem da bibliomóvel. Nuno Marçal também vai até ao café mais próximo e deixa lá alguns jornais para que possam ser lidos. O rasgar da solidão cumpre-se com o papel a passar de mão em mão. “Este é um trabalho muito gratificante e não só a nível profissional. Nestes últimos quatro anos sinto-me rea-

lizado não só como bibliotecário, mas como ser humano”, diz a cara deste projecto que já lhe valeu, em Espanha, um prémio da Associação de Profissionais de Bibliotecas Móveis pelo seu “compromisso profissional e social com os cidadãos mais desfavorecidos”.

“Este tipo de projecto não é apenas para trazer o objecto livro e o conceito de leitura. É muito mais do que isso. Há uma componente social de apoio: o estar, o ouvir e o falar...”. Nuno Marçal trabalha em aldeias onde a taxa de analfabetismo é elevada, o que intensifica a premência de este serviço levar para além das palavras escritas, uma palavra amiga, um aperto de mão, um código de cumplicidades. “As pessoas que ficaram nestas aldeias são aquelas que já não podem sair daqui, quer seja pela idade, quer seja pelas suas poses”. Daí a necessidade da presença, sinalizando que há interesse nelas, afastando o pesado espectro incutido pelo esvaziamento das aldeias. E a proximidade pode resumir-se nisto: Nuno foi pai recentemente e transporta a fotografia da sua filha no bolso para mostrar àqueles que já deixaram de ser meros leitores e que agora são amigos. Falam da vida, das coisas, do Mundo que gira em torno destas aldeias que se vai desenrolando tumultuoso lá, tão longe.

A derradeira paragem da tarde é em Sobrainho dos Gaios. Aqui quem usa

da palavra é o vento. O centro da aldeia acolhe a colorida carrinha, mas é tão-só o vento que se faz ouvir. Ninguém se cruza, ninguém para se cruzar. Desde que fechou o único café da aldeia, pior, diz-se.

De passo lento e parcimonioso, para não incomodar o silêncio, aproxima-se Belmira André. “Então, boa tarde”. O vergar do tempo, que a sua reforma lhe dá em demasia, vai ser feito com o auxílio da “Arte em Lavorés”, revista da qual escolhe os modelos de renda que quer fazer. Na fotocopidora da bibliomóvel tira as

cópias que necessita e parte para casa em busca do seu refúgio e antídoto para esta tarde fria. Depois de uma conversa e do folhear das revistas de culinária, bordados e croché... regressa ao anonimato nesta terra de “cada vez menos pessoas”, onde o vazio volta a reclamar para si a totalidade destas ruas.

Nuno, esse, continua a aguardar pacientemente que as palavras ganhem vida. Agora ele próprio ficou sozinho por entre os livros. Até voltar a adivinhar passos que desafiem a solidão.

18 de Fevereiro de 2010

Nuno Francisco

// Senhora do Almortão

A autêntica feira raiana

Fé, comércio e carrinhos de choques num alto da campina.

A maior romaria da raia beirã continua a atrair milhares de pessoas.

A devoção resiste. Mas o ambiente já não é o que era dantes

PARA chegar à Senhora do Almortão é preciso atravessar quilómetros de silêncio. Os campos sem vivalma só terminam num alto de campina. Os sons da feira são o primeiro anúncio, os autocarros de excursão, a evidência completa. Ali, ninguém diria que o mundo rural está em desertificação. Uma multidão cerca por todos os lados o santuário da Senhora do Almortão. Muitos fiéis vêm de vela na mão, alguns com câmara de vídeo. A maioria é gente do campo. Vê-se pelos lenços e bonés, que são molduras rústicas para rostos curtidos. Mas também há jovens de jeans justos. “Rico dia, nem calor nem frio”, diz um romeiro para a família à beira da tenda dos xaropes.

O comércio dispõe-se em anéis à volta da ermida. Vendem-se estatuetas de Nossa Senhora, pequenas a 500 escudos, grandes a 1.500. Ao lado estão jogadores da bola, ídolos do nosso tempo. Festa, negócio e devoção: eis a trilogia que chama tanta gente.

MAIS de 15 mil pessoas deixaram esmola à Senhora do Almortão durante a romaria deste ano, segundo o secretário da Confraria, José Augusto Rocha. O dinheiro é investido no recinto. “Só as casas de banho custaram mais de dez mil contos”. A autarquia ajuda, mas os fiéis é que alimentam a Senhora do Almortão. Entram na capela com moedas e notas dobradas em quatro. Enquanto há devotas a chegar de joelhos ao altar, um homem sai à pressa com o telemóvel a tocar.

“Dantes as promessas eram mais sentidas, no tempo da guerra do ultramar”, diz José Augusto Rocha. Pudera! Iam as mães pedir pela vida dos filhos. “Agora é mais por questões de saúde, nas horas de aflição”. O resto é alegria. Adufes a tocar à sombra do alpendre. Banda a acompanhar as voltas da Santa à ermida. E ritmos pop na missa campal, que é celebrada por mais de 20 padres portugueses e espanhóis. No meio dos tiros de foguete, o sacerdote alude à

guerra da Jugoslávia; “Senhor, dai a paz ao mundo!”

Ao fundo, ouvem-se os geradores das roulettes e os vendedores ao ataque, de microfone ao peito. “Minhaaa senhoraaa, leva as toalhas e um relógio. É só para quem for católico. Quem não for, não levaaa.” A poeira anda no ar. Cheira a febras assadas.

AS multidões requerem quem as organize. Soa o aviso. “As pessoas que vão comungar cheguem-se às grades. Respeitem as indicações, para correr tudo bem”. As condições do santuário têm melhorado, a começar pelo calcetamento. “Dantes, isto era um lamaçal danado”, recorda umromeiro com experiência.

A Confraria trabalha ao longo do ano para os três dias de romaria. Os mordomos estão sempre prontos a transportar a Santa até Idanha-a-Nova. Quando o povo pede auxílio à Senhora do Almortão, a tradição é fazer os seis quilómetros a pé e entrar na vila já de noite, com os sinos a tocar. A última vez foi em 1993, para acabar com a seca.

Em tempo de romaria, as visitas vêm de mais longe e trazem uma fé multifacetada. “A Nossa Senhora é muito bonita e tem uma cara simpática. Todos os anos veste mantos novos”, diz uma mulher dos Três Povos, ex-emigrante em França.

Um casal da Mata da Rainha, na casa dos 50, apresenta razões menos prosaicas. “Isto é uma devoção.

Enquanto pudermos, vimos cá deixar uma esmola”, dizem. Ele de chapéu de feltro, ela com chapéu redondo e lenço, são romeiros há 10 anos.

UM cauteleiro passeia entre as tendas, a apregoar sortes terrenas. Também há rifas, das que “saem sempre e se não sair não paga”. E chás para toda a maleita, nomeadamente “um tónico para a memória, que se está mesmo a acabar” (o tónico, presume-se). E mais. “Para quem está a estudar ou a tirar a carta, há umas drageias que vêm da Alemanha”.

De ano para ano, vêm mais vendedores ao templo. “Antigamente vendiam-se amêndoas, adufes e flores. Agora isto é praticamente uma feira”, admite o secretário da Confraria. “Já se vende de tudo, desde albardas a sapatilhas”. Mesmo assim, o cenário “já foi pior”.

Há um par de anos, “os feirantes chegavam e montavam a tenda onde lhes apetecia. Ocupavam o recinto todo, até à entrada da capela”, informa José Augusto Rocha. Foi a confraria que ordenou o espaço e criou telexeiros para o artesanato e para as tasquinhas, alugadas a 10 e 20 contos. Os organizadores da romaria não têm mãos a medir com os feirantes. “A procura é cada vez mais. Há gente que nem é comerciante, mas aproveita estes dias para vir aqui ganhar dinheiro”, diz o membro da confraria.

NO meio da confusão, a todo o momento se perdem objectos e se desencontram pessoas. “Quem encontrar um jogo de chaves, é favor entregá-las na loja da confraria”. Valha-nos a instalação sonora.

José Augusto Rocha é testemunha de que “à Senhora do Almortão vem gente de todo o país”. E não só. Um espanhol de Piedras Albas, que fica a seis quilómetros da fronteira, passa com um saco de compras. “A mi me gusta la fiesta y el ambiente. De religión, solo creo em Díos”.

À sombra descansam três idosos “dos lados de Portalegre”. Já não é a primeira vez que vêm à Senhora do Almortão, mas “é mais pelo passeio”.

Como eles, “vem muita gente” do Alto Alentejo. Nos campos em volta, cada oliveira dá sombra a um par de automóveis e já serviu para estender a toalha do almoço.

Já passou a procissão, com a Santa em manto novo, verde e dourado. Passou a banda, com o sol a brilhar no trombone. O povo já se prepara para acenar adeus à Senhora do Almortão. Um feirante ainda tenta vender bonecos que deitam a língua de fora. Mas está-se a acabar a festa. “Vá lá, dois copinhos de branco à saúde da Senhora do Almortão”, brindam dois homens numa roulotte. “A ver se pró ano cá voltamos.” Assim seja.

Fé e festa

A Senhora do Almortão, festa mariana de cariz popular, celebra-se 15 dias após a Páscoa, no santuário que fica a seis quilómetros de Idanha-a-Nova. Ao longo dos tempos, a romaria consolidou-se como encontro de gentes de toda a raia beirã. Esse carácter de congregação concedeu à Senhora do Almortão um lugar importante na etnografia regional, em íntima relação com a cultura rural. Toda a tradição que envolve a maior romaria da zona raiana está documentada por Jaime

Lopes Dias na sua “Etnografia da Beira”.

Julga-se que a actual celebração assenta sobre um culto pré-cristão, em tempo de Primavera e de renascimento da natureza. O nome indica origem árabe e já é mencionado no foral de Idanha-a-Velha, dado por D. Sancho II em 1299. Uma lenda popular relaciona a Senhora do Almortão com a descoberta de uma imagem da Virgem no meio da murta por um jovem pastor.

// **Demografia na Beira Interior**

O triunfo do silêncio

Há municípios da Beira Interior que não registaram mais do que 20 nascimentos em 2007. O despovoamento e o envelhecimento da região são galopante. Onde antes havia vida, habita o silêncio. Está-se a chegar ao ponto do não-retorno?

Longe, lá bem ao longe, quase que indistinto, o declínio fazia-se anunciar sob o vulto de um espectro de insondável impetuosidade. O sopro do silêncio vinha envolto nos mantos retalhados das ténues e adiadas preocupações e das conjunturas tidas como longínquas. Suspenso nos dias que caíam, o silêncio, vagaroso e mudo, sem ripostar, reclamou para si a terra outrora de gente, hoje de ninguém. O último pouso do silêncio confirmou um fim que se anunciou por demasiadas vezes.

Desde 1918 – ano da grave epidemia da gripe pneumónica – que Portugal não registava crescimento populacional negativo. Em 2007, morreram mais portugueses do que nasceram. A crueza dos números atira-nos para o cenário de um país onde o silêncio cresce, onde a população envelhece e onde as projecções para 2050 apontam para nove milhões e 300 mil habitantes, em contraste com os actuais dez milhões, 618 mil habitantes.

Portugal definha, mas subtrai-se a si mesmo em diferentes equações e em substanciais diferenças estatísticas. O interior, mais uma vez, estende a passadeira vermelha à agrura dos números. Se o declínio populacional é a nota dominante, na faixa interior o fenómeno é acelerado, segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) constantes nas “Estatísticas Demográficas 2007”, agora publicadas. As regiões do país onde se nasce menos são o Pinhal Interior Sul (Mação, Vila de Rei, Proença-a-Nova, Sertã e Oleiros), a Beira Interior Norte (Sabugal, Manteigas, Guarda, Almeida, Celorico da Beira, Pinhel, Trancoso, Figueira de Castelo Rodrigo e Meda) e a Serra da Estrela (Seia, Gouveia e Fornos de Algodres) que contribui ainda como sendo a região com a menor média de filhos por mulher: 0,88, sendo que a média nacional se situa nos 1,33, média esta que não consegue sustentar a substituição

de gerações, um número que só se alcança a partir de uma média de 2,1 filhos por mulher. Este é o quadro em que assenta a realidade de parte substancial da Beira Interior: envelhecimento e despovoamento. Não são fábulas cantadas e choradas ao vento, ladainhas gastas. A realidade vem, mais uma vez, à boleia da rigidez da estatística. As causas, essas, sim, são vastas, mas quem se preocupará seriamente com elas? Quem perde tempo a pensá-las? Para já, caem os números. E estes são lapidares. Duros. Presentes.

Outro dado. Segundo o INE “as NUTS III que apresentaram o índice de envelhecimento mais elevado em 2007 foram o Pinhal Interior Sul, Beira Interior Norte e Beira Interior Sul”.

A Taxa Bruta de Natalidade (TBN), em 2007, no Pinhal Interior Sul foi de 5,8 por mil e a Taxa Bruta de Mortalidade (TBM) de 16,8 por mil. Na Serra da Estrela as taxas foram de 5,6 e 14,9 respectivamente. Os indicadores de decréscimo populacional continuam fortes na Beira Interior Norte, com uma TBN de 6,3 e uma TBM de 14,9. Na Beira Interior Sul os dados apontam para uma TBN de 7,4 e uma TBM de 16,9. A Cova da Beira (Covilhã, Fundão e Belmonte) apresenta a TBN mais elevada e a TBM mais baixa da região, mas mesmo assim o saldo é amplamente negativo. A TBN é de 7,5 por mil e a TBM, de 12 por mil.

Em 2007, na região da Beira Interior Norte nasceram 695 pessoas e faleceram 1.653, sendo que foi, naturalmente, no concelho da Guarda que nasceram mais: 355, tendo sido registados 472 óbitos.

Na região da Beira Interior Sul, o INE apurou um total de 550 nados-vivos (472 deles em Castelo Branco, o concelho mais dinâmico nesta região de NUT III) e 1253 óbitos. Na região da Serra da Estrela foram 271 os nados-vivos e 715 os óbitos. Na Cova da Beira nasceram 686 pessoas e faleceram 1.096.

O saldo entre os nascimentos e os óbitos na região da Beira Interior deixa inferir um acelerado decréscimo populacional, com a actual incapacidade de repor as gerações. A este facto da natalidade junta-se outro, que está longe de ser despiciendo: os fenómenos da migração e da emigração. Estas são regiões de forte permeabilidade a estes fenómenos. Se nas regiões mais dinâmicas economicamente a imigração consegue dar outro alento aos números da população residente, no interior economicamente deprimido o sentido, para muitos, é de via única: para o litoral e para o estrangeiro.

No concelho de Castelo Branco nasceram (N) 472 pessoas e registaram-se 751 óbitos (O); Idanha-a-Nova (N: 43; O: 244); Penamacor (N: 20; O: 134); Vila Velha de Ródão (N: 15; O: 124); Oleiros (N: 21; O: 111); Proença-a-

-Nova (N: 39; O: 126); Sertã (N:122; O: 225), Vila de Rei (N: 20; O: 71). Mais a Norte os números mantêm a tendência. Alguns exemplos, que não destoam do geral: Manteigas (N: 18; O: 46), Sabugal (N: 45; O: 303); Gouveia (N: 82; O: 250) e Seia (N: 162; O: 391).

Na região da Cova da Beira, no município do Fundão nasceram 216 pessoas e faleceram 390, na Covilhã nasceram 421 pessoas e registaram-se 602 óbitos e em Belmonte assinalaram-se 49 nascimentos e 104 óbitos.

A exposição aos números coloca a questão da sobrevivência de alguns municípios do interior que se vêem esvaír em termos populacionais. Há concelhos no interior que têm a mesma população de um pequeno bairro de Lisboa. Há municípios que têm menos população do que uma pequena cidade do interior. Que respostas agora se colocam? Sim, porque a pergunta já está feita: qual a viabilidade económica e social de municípios com dois, três, quatro, cinco mil habitantes e em rápido decréscimo populacional? Estará tudo, mais uma vez, nas mãos do tempo, sabendo-se que foi esse mesmo tempo dado ao tempo que nos trouxe até este cenário? O próximo Censo será, provavelmente, um retrato dis-

to tudo. E deixará mais uma chegada ao futuro imediato do interior. Nada positiva, por sinal. E o fim é já ali.

Longe de se poder resolver esta questão a nível de um microcosmos chamado município, levantam-se, em alguns espíritos questões que passam pela pura sobrevivência de largas fatias do interior. A coesão regional, sustentada em escala numa rede urbana complementar – como poderá ser o caso gritante da Cova da Beira – poderá ajudar, numa primeira fase, a estancar a saída de população que continua a engrossar os bairros da periferia dos grandes pólos urbanos do litoral. Esta barreira urge ser construída. Mas já não seria má ideia que se começasse a pensar nela, sendo certo que os novos paradigmas não se compadecem com um interior de novo repleto de vida como o era há décadas, sustentada numa precária actividade de sector primário, em torno da agricultura de subsistência. É capítulo encerrado. Às questões da natalidade corresponderão muitas variáveis sociais, mas a questão económica não andarà arredada das opções dos casais. Pelo contrário.

Por enquanto, é o silêncio que poussa nas ruas de muitas aldeias e vilas desta Beira. E veio para ficar. O vento começou a soprar. Que augúrios trará?

Paradanta, São Vicente da Beira

“Aqui têm desaparecido os velhos e os novos...”

NESTAS ruas, o que se levanta no empedrado é a brisa, num despuddorado bodo de sentido caótico ao despovoamento que galopou sem freio, elevando este casario à categoria de perene testemunha do êxodo de um mundo rural que não volta mais.

Este silêncio, este mudo estar, a calmaria de uma espera sem saber do quê ou de quem. O dia corre como deverá correr, consumido no tempo, as horas, os minutos da rotina de quem já pouco augura, de quem já não imagina correrias pelas ruas, de quem espera ver as escolas reabertas, de quem espera ver crianças nos braços dos filhos ou dos netos. O tempo corre em domínio próprio, contra ele mesmo, se tal for necessário.

O carro do padeiro ainda desce aquela rua três vezes por semana. Poucos mais forasteiros entrarão por aquela íngreme entrada da aldeia. A nossa própria presença é vista com um misto de curiosidade e desconfiança. Paradanta. As lendas apontam para algumas pistas que terão dado origem ao nome desta aldeia – da freguesia de S. Vicente da Beira, concelho de Castelo Branco – ligadas às invasões francesas, pasto fértil de histórias e contos por estes lados.

Aos 74 anos, Maria José Silvestre preencheu a vida com muitos anos em Lisboa. Há poucos anos regressou à sua terra. O marido correu mundo na Marinha. Hoje estão volta a este pedaço de terra, que é o seu, o retorno adivinhado para debaixo deste imenso céu que nunca foi esquecido. Não há céu nem cheiro como o da nossa terra. Viaje-se por onde se viajar... “Na minha meninice havia cá muita gente... havia cá sempre muita rapariga, muito rapaz... agora não há cá quase ninguém. Desde que eu voltei para aqui, vai fazer sete anos, já morreram umas dez pessoas”. Jovens, esses, ainda há alguns, “mas poucos”.

Quanto à natalidade, Maria José Silvestre diz que “desde que eu cá estou ainda não nasceu nenhuma criança. Têm desaparecido os velhos e os novos... Aqui, não somos mais de 40...”.

O pão está comprado, o padeiro deixa a pequena aldeia, encosta acima. O motor foragido; ficaram as vozes que se juntaram a nós... o resto é silêncio cortado por este pequeno ajuntamento, que em breve se irá desfazer. Mais ninguém se vê... O manto mudo prepara-se para reclamar o pouco que ainda não é seu.

Declínio de uma aldeia

Um pequeno retrato de um interior numa encruzilhada

ENTRE Lisboa e a Paradanta. Assim se divide o domicílio deste casal reformado. Virgílio e Etelvina mantêm casa na Paradanta, terra dela. Ele é natural do Castelejo, concelho do Fundão. A maior parte da vida adulta foi feita em Lisboa, partilhantes de uma história de vida seguida por outros, muitos outros. “Como não criaram aqui meios, não fazem nada pelos jovens, as pessoas foram-se quase todas embora... ficaram meia-dúzia, o que é uma pena. Esta aldeia era uma alegria. Ninguém faz uma ideia do que era a Paradanta”, diz Etelvina, amparada na ombreira da porta, na companhia do marido.

De facto, ninguém imagina o que era

a Paradanta, a não ser quem viveu nessas longínquas décadas. Mas hoje, a Paradanta é um frémito de um vasto retrato de um certo interior retido numa encruzilhada que lhe pode ser fatal, e nem sequer se pode colocar a mágica e desresponsabilizante palavra “a longo-prazo”. Porque há cada vez menos a acreditarem nesse “longo-prazo”.

Uma aldeia com “uma diferença como do dia para a noite...”. O remédio para esta enfermidade? “Olhe... o remédio era fazerem mais pelas aldeias, fazerem mais. Os jovens não têm nada que os atraia cá. Não há trabalho, não há nada”. Nada. Silêncio.

25 de Setembro de 2008

Nuno Francisco

// Educação

O futuro é dos doutores

Uma aldeia sem escola, onde o lema é dar estudos aos filhos. As mães não sabem ler, mas a nova geração já tem 20 “formados”

Empoleirada num cabeço cheio de pinhais, a aldeia de Adurão tem alturas em que deve bater o recorde nacional de licenciados por metro quadrado. A povoação, com apenas 61 moradores, resume-se a um largo, três ou quatro quelhas e 25 casas bem contadas. Não há escola, nem nunca houve, e uma estrada de terra ainda é o caminho mais curto para a sede de freguesia, Dornelas do Zêzere.

Se não é prodígio, é pelo menos um orgulho da terra ter servido de berço a uma mão cheia de professores e engenheiros. Já são 20 os naturais da aldeia com estudos superiores: 15 licenciados e cinco bacharéis. Mais os actuais estudantes universitários, que são outros cinco doutores na forja. Verdadeiro feito são os cem por cento de aproveitamento – nunca um filho da terra entrou na universidade sem ir até ao fim.

Fruto da vontade em romper o isolamento e melhorar a vida, a história das famílias de Adurão representa o Portugal que chegou ao fim deste

milénio. Um país a vários tempos. Que saltou para a universidade, mas continua com falta de saneamento básico.

Apoiando os 72 anos num cajado, Maria José Simão não conhece as letras, porque no seu tempo poucos rapazes iam à escola, quanto mais as raparigas. Nunca saiu da aldeia, entre a horta e a mercearia, mas levou os filhos ao canudo: um professor, uma enfermeira, uma engenheira físico-química. Não discriminou as que nasceram mulheres, “para todos terem um futuro melhor que os pais”. Aí está o Adurão para confirmar que a formação dos filhos é a principal aspiração dos portugueses, como dizem os sociólogos.

Os filhos doutores da terra estão em Coimbra, em Lisboa, na Covilhã. Estudar obrigou-os a sair muito novos da aldeia e a passar por seminários e lares de acolhimento, que o dinheiro não abundava. Nunca voltaram para viver em Adurão. Vêm nas férias, quando a concentração de doutores é capaz de bater recordes.

Durante o ano, as crianças são só sete e o problema da desertificação não é uma frase feita.

Quando se sobe ao Adurão num dia de semana é impossível descobrir um dos doutores licenciados da terra. Difícil, porém, é não dar de caras com quem tenha filhos formados. Aparecem mães de doutor umas atrás das outras. Alice Martins, 70 anos, tem três filhos engenheiros. Ângela Cebola, 63 anos, é mãe de uma professora de português. Maria de Jesus Simão, 67, tem quatro filhos, todos com diploma. Belmira Antunes, 76 anos, já tem filho e netos formados. Nenhuma destas mães foi à escola. A sua mestria é, de lenço posto e avental, a tratar das azeitonas e do milho. Mas aprenderam a escrever o nome e a conhecer os números do telefone. Nos dias de Américo Santos, que tem 70 anos e foi o primeiro da aldeia a acabar a primária, era preciso calcorrear os montes a pé até Dornelas para chegar à escola. A maior parte dos garotos acabava por desistir e dedicar-se às cabras. Mas no jovem Américo a semente pegou. “A quarta classe foi a melhor coisa que o meu pai me deixou”, diz este refor-

mado que é leitor diário de jornais e revistas, com preferência para artigos de fundo. Andou emigrado só o tempo justo para poder pagar os estudos das três filhas: uma médica, uma professora e uma educadora de infância.

Agora a escola básica é na Seladinha, a dois quilómetros. Vai uma carrinha buscar crianças à terra, mas não há muitas para transportar. O país escorreu para as cidades e para o litoral. Os moradores a tempo inteiro em Adurão são quase todos reformados a tratar das hortas. Chegou-se ao ponto de os naturais com estudos superiores serem o triplo das crianças em idade escolar.

Em confiança, há quem revele que a catadupa de doutores, numa terra tão pequena, também se deve a uma espécie de concorrência entre famílias. Uns mandam os filhos estudar – os vizinhos não querem ficar atrás. Seja como for, os de Adurão são tudo menos duros de cabeça. O país é que não tem acompanhado o esforço e só lhes dá futuro longe de casa. À beira do século XXI, o médico e o saneamento básico ainda não chegaram a Adurão.

Desertificação

O concelho de Pampilhosa da Serra tinha 15 mil habitantes há cem anos e hoje só tem seis mil pessoas. Adurão já teve cento e tal moradores, agora não passa dos 60. O esvaziamento populacional é gritante nesta zona do interior.

Em redor não há empregos, muito menos para licenciados. E ainda não chegou a estas serras o teletrabalho, modernidade das europas onde

se trabalha em casa, à distância do computador. Também não se sabe se haveria doutores candidatos a viver onde não chega o médico e a ausência de esgotos faz transbordar as fossas.

O Estado pode ser padraço, mas o ar é puro e o silêncio de ouro. Por causa disso, há licenciados a construir casa no lugar da infância.

12 de Novembro de 1999

José Ricardo Carvalheiro

// Guerra da antena na Bendada

Um “muro” a dividir a aldeia

Uma antena no alto da capela pode ser o rastilho da divisão popular, metade de uma aldeia para cada lado. Por trás está uma luta de influências em que se cruzam religião e política. O pároco é contestado e já houve agressões entre famílias. É o fim do milénio, numa aldeia da Beira Interior

O que mais lhe custa, ao fim de 70 anos, é ver o povo dividido. Mas é quando confessa faltar à missa que aquela idosa da Bendada desvia o olhar e aponta as lágrimas ao infinito. Nunca pensou atraiçoar a devoção para ficar ali, com os pés descalços, sentada à sombra da casa. Desde que os telemóveis se deram mal com a Senhora do Castelo, em Maio passado, a aldeia entrou em convulsão e anda gente em pé de guerra, como se houvesse um muro invisível entre uns e os outros. Os da antena e os opositores da antena. Os que acusam o padre de travar o progresso e os que chamam autoritário ao presidente da junta. Os que deixaram de ir à igreja e os que continuam a organizar as festas. No auge da discussão chegou a haver confrontos físicos. Agora, o clima é de guerra

fria, naquela aldeia do concelho do Sabugal.

A mágoa da idosa é com o padre da freguesia. A tecnologia das comunicações foi capaz de voltar uma cristã contra o prior. A estória começou com uma empresa de telemóveis a tentar instalar uma antena no alto da Senhora do Castelo. As contrapartidas para a aldeia eram o arranjo do caminho, energia eléctrica até ao santuário e 300 contos por ano, a administrar pela junta. O presidente da junta deu o aval, mas um membro da oposição pôs-se contra e o parecer pedido ao Instituto Português de Arqueologia acabou por inviabilizar, na prática, a instalação da antena no alto da serra, a poucos metros da capela.

O argumento dos opositores da antena era a proximidade com a capela.

O padre Manuel Janelas é acusado de ser o autor da carta que pôs em causa a localização, enviada aos organismos do património. "Acusam-me injustamente", defende-se o pároco, garantindo que não se envolveu no caso e que se limitou a disponibilizar um livro sobre o património da freguesia. A verdade é que parte da população interpretou o caso como obstrução ao progresso e a principal arma de arremesso dos descontentes são os 300 contos anuais deitados a perder.

Sagrado e profano

Meio povo a afrontar o padre por causa de um projecto profano talvez seja um sinal de que o século está a dar as últimas numa aldeia como a Bendada, que fica no fim da estrada. Impensável há 50 anos, quando "o povo era subserviente" e, segundo o actual presidente da junta, Manuel Gomes, a junta de então foi obrigada a anular a venda de um baldio para fazer a vontade ao pároco da altura: construir-lhe uma casa no local. A residência foi levantada pelo povo e todos os homens mais velhos se lembram de lá andar a carregar granito. A transição dos tempos vê-se noutros sinais. Duas sacas de batatas para semear "já custam 11 contos". O marido da idosa descalça foi buscá-las ao Crédito do Sabugal, de chapéu preto, mas o preço do quilo já não dá para os gastos. Cultivar é só teimosia

de quem foi criado a remexer na terra, os novos já não deitam sementes nos prédios em volta. Diz a idosa que "fazem bem". "Cultivar para quê?"

Enquanto as telecomunicações chocavam com o santuário, outras coisas, como as raparigas da terra nas confecções de Belmonte, vêm lentamente abalando a estrutura de um aldeia que passou os últimos cem anos a cavar a vida em minifúndio. Quanto aos homens, andam nas obras. "Agora os ordenados são bons", diz o marido da idosa, também descalço por causa do calor.

Custa a crer que a contestação ao padre Janelas, 70 anos de idade e há 39 na Bendada, seja só pela antena dos telemóveis. As dúvidas começam em saber de que lado está a maior parte do povo, com as duas facções a reclamarem a maioria. O que é claro é que há uma linha divisória que passa entre as duas instituições da localidade, de um lado a Junta de Freguesia, do outro a Casa do Povo, dirigida pelo padre Janelas e que gere o Centro de Dia (serve 60 idosos).

Cada uma das instituições agrupa um conjunto de famílias e de influentes da aldeia. E cada lado tem no outro o alvo das suas acusações, numa luta pelo poder à escala local. Com o padre estão o candidato derrotado nas últimas eleições e a oposição à junta. Com o presidente da junta estão os anteriores dirigentes da Casa do Povo e os que têm pedido ao Bispo

da Guarda a substituição do pároco. A maioria da população terá sido apanhada no meio e viu-se obrigada a escolher.

Do lado do padre está um mordomo das festas da Senhora do Castelo, que acusa o presidente da junta de autoritarismo e diz que “o 25 de Abril ainda não chegou à Bendada”. Contra o padre, um sexagenário sentado no largo afirma que “ele já cá não serve há muito tempo” e “por causa dele é que não se faz nada, nem o lar da terceira idade”. A empregada do pároco é outro dos focos de acusação, por suposta influência malévola sobre o sacerdote.

Luta de influências

O padre Janelas reconhece a diminuição da afluência às missas. Mas diz que “as pessoas estão a voltar, a pouco e pouco” e não vê razões para o povo lhe ter animosidade. “Acho que fiz alguma coisa por esta terra”, diz o pároco, afirmando ter movido influências para a electrificação da freguesia, nos anos 60. Agora diz que a Casa do Povo já tem 15 mil contos preparados para avançar com a construção do lar, mal o projecto seja aprovado. Mas diz-se desapegado da direcção do órgão e pronto a abandonar desde que apareça uma lista alternativa.

A dirigir a junta há três mandatos, Manuel Gomes, 70 anos, também diz que não quer “protagonismo” e que

só quer “fazer alguma coisa pela terra”. Com os proventos da antena, o autarca queria valorizar a Senhora do Castelo: fazer um miradouro, arborizar e levar a água ao local. Uma ideia que agradava a uma parte do povo, mas que já não se vai concretizar. Há quem diga que, em sinal de protesto, muita gente se nega a contribuir para a festa deste ano.

A disputa, que envolve a Casa do Povo, também parece estar ligada à meia dúzia de empregos do Centro de Dia (mais uma dezena quando houver lar de idosos), factor importante numa terra pequena, onde não abundam os postos de trabalho. Manuel Gomes acusa o padre de querer dominar a freguesia e apoderar-se da junta e diz que o grupo chegado ao Centro de Dia tira “benesses” daquela estrutura e “tem interesses económicos imediatos em jogo”. O padre Janelas garante que os empregos têm sido preenchidos por concurso público e contra-ataca afirmando que são os seus opositores quem queria instrumentalizar o Centro de Dia em proveito pessoal.

No meio da refrega, a idosa dos pés descalços só queria ver a terra a progredir e a gente de bem entre si. Para poder voltar à missa de consciência tranquila. Mas ainda lhe dói a memória por causa da “invasão” da Bendada pelo povo das anexas, quando vieram os de fora arrombar a porta da igreja, trancada pelos opositores do padre.

Num mundo aldeão, o bairrismo é um sentimento forte. “Vieram pisar os de cá”, diz a idosa, mas o presidente da junta reconhece que o fecho da igreja foi um “excesso” reprovável e dá a entender que do seu lado há

gente a pisar o risco na ânsia de pôr o pároco a andar. A divisão do povo da Bendada vai além da guerra das antenas. Só o tempo dirá se alguém vai deitar o ‘muro’ abaixo e pôr fim à ‘guerra fria’.

16 de Julho de 1999
José Ricardo Carvalheiro



II. TRABALHOS



// **Fragmentos de um tempo que se recusa a partir. Estes são dos últimos nas suas profissões**

Aqueles a quem o tempo não conseguiu vergar

Um sapateiro, um barbeiro, um latoeiro. Eis a vida de alguns daqueles que conseguiram fintar o destino. O tempo ainda não os venceu. A industrialização tirou-lhes o espaço. As mãos já não podem competir com as máquinas. O testemunho dos últimos de uma gesta de profissionais

As mãos pousam, por ora, no colo, em movimento de perfeita dignidade. Na banca das ferramentas, cai o olhar. Cheia de memórias. Os pensamentos provavelmente ter-se-ão vertido na translucidez da pequena janela da sapataria. O rádio, negro, velho, está mudo. A janela transporta-nos para aquela rua, para aquela aldeia, que se perdeu, também, na vertigem da mudança. Não há maneira de pregar rasteiras à marcha do tempo. Não. Mas, ele sim, o malfadado tempo, na sua interminável andança, prega-nos rasteiras todos os dias. O tempo tem humores? Terá.

Vimos ao encontro de um passado. À sua diluição na memória dos tempos que nos voltaram as costas, mas que deixaram os seus esquecimentos, os seus resquícios. São vestígios nos recantos da memória. São, eles

próprios, herdeiros da própria pegada do tempo na poeira dos dias. Num abrir e fechar de página, gente que se ilumina, que se revela nos seus recantos, quase invisíveis, mas de uma infinitude improvável. Fintaram o tempo, sem saírem dos seus lugares. Extraordinário feito, este. Como se este furioso e aguçado vendaval, travestido no varrer da passagem dos anos, deixasse estes pequenos lugares imunes. Limitaram-se a ficar. A resistir. A existir. A ver a mudança, sem mudarem. De portas abertas para ruas que se cruzaram, algures com o esvaziar das aldeias, com o crescimento da cidade. Tudo mudou. Menos estes lugares. Menos eles. Eles são a exceção do tempo. O velho rádio está mudo. Há cheiros que reavivam a memória. Nunca mais se tinham sentido aqueles

odores, aquela mescla que reavivou dias de infâncias longínquas, num retorno ao tempo em que estas exceções eram uma força viva.

Cândido, aos 63 anos, é a face de um passado que agora nos surge visível. É como se ele lá tivesse sempre estado. E, de facto, está ali há muito. Com as suas decanas e gastas ferramentas, com as máquinas – poucas – à distância do essencial. É à mão que cose os sapatos. É a força das mãos que faz quase tudo na sua pequena oficina. A vida de trabalho conheceu muitos destinos, quase sempre a exigirem esforço muito físico, dificuldades acrescidas por uma doença que o acompanha desde muito cedo – dos 12 anos – e que o obriga a contenção de esforços. Reformou-se cedo por causa disso. Em 1986. Daí para cá é nesta pequena oficina onde resguarda a maior parte dos seus dias. A reforma de 240 euros mensais agradece a pequena ajuda da sapataria. “Cá me vou entretendo, arranjando uns sapatitos, uns dias há, outros não. A reforma é pequenina e isto ajuda-me também a passar o tempo”.

O Verão geralmente é avesso ao negócio porque “praticamente anda-se descalço. E também, chega-se ao Fundão e compra-se um par de sapatos por cinco euros ou lá o que é. Se hoje se fosse pôr meias solas e solas levava-se 15 euros no mínimo. As pessoas andam sempre de novo. O que se gasta mais é capas para os

saltos das senhoras e, às vezes, uns pequenos concertos”. Olha em volta e vê que é um dos últimos nesta arte. “Infelizmente ninguém quer aprender. Aqui, na Barroca, chegou a haver quatro sapatarias, todas elas com quatro, cinco empregados. Hoje, do Fundão para baixo não há ninguém”. Está sozinho, lembra-se do seu mestre que lhe ensinou a arte, mas o tempo foi-os levando. A sua discreta sapataria na aldeia da Barroca só se descobre procurando-se. É discreta numa rua discreta. “Não há ninguém, não há ninguém!”, constata, desabafa, enfatiza. “Isto, no trabalho de sapateiro, as máquinas são fáceis... há aquelas grandes máquinas que dão para fazer tudo... mas eu não, eu ainda coso à mão, que é mais duro, mas fica seguro”. Já tem linha feita para coser há mais de dois meses, “mas não aparece nada para coser”. Por isso a vida também é uma soma, a soma da sua pequena reforma com as pequenas recompensas do seu trabalho de sapateiro. Viver apenas da sua arte “nem pensar nisso. Morria à fome”, diz, sorrindo. O tempo do calçado para a vida, dos remendos, dos arranjos sucessivos também ficou lá para trás. Hoje, muitas vezes, quando o calçado se estraga, compra-se novo. Mas o senhor Cândido resiste. Apesar de ser, até onde a vista alcança, o último nesta arte. “Sinto-me um bocado triste”, diz. Mas continua a fintar o tempo.

O latoeiro que passou a salto

Por aqui, uma boa anedota resolve tudo. O que começou por ser uma conversa tímida, acabou em gargalhadas. Armando Afonso, aos 76 anos, tem guardada uma assinalável série delas. “E esta?” Esta é uma nova anedota... que faz questão de contar até ao fim, com a respectiva encenação. Os tempos, esses, é que não estão para grandes comédias, pelo menos no que diz respeito à sua arte, a da latoaria. À entrada de Alcaria os galões estão bem expostos à entrada da sua casa: um alambique em bronze sinaliza que esta é a casa onde o espeto não é de pau. Tem histórias aos magotes para contar da sua estadia de 14 anos em França. O mundo da emigração marcou-o e é dele que fala com desenvoltura, com a mesma desenvoltura em que nas horas em que não estava na fábrica fazia alambiques na sua casa. Com a mesma desenvoltura com que passou “a salto” a fronteira rumo a França, desafiando a polícia portuguesa e espanhola, com a mesma desenvoltura que voltou a fazer o mesmo em sentido inverso para vir buscar a mulher e filhos. Seis no total. Que os fez passar também todos eles a “salto” para França. Com tranquilidade. E já agora, com desenvoltura. “Passei-os todos a salto, sujeito a ser preso na fronteira. Só lá estive seis meses sem a minha mulher”. Começou

“a tocar o fole muito cedo”, e muito cedo começou a arte e a ir para feiras a vender com o seu pai. Casou-se aos 26 anos, mas continuou a luta da vida. Aos 16 anos ainda andava descalço. “Naquele tempo só aqui havia fome; uma pessoa fartava-se de trabalhar e não havia nada. Fazia muitos tachos, que eram trocados por azeite, outros a batatas, outros a feijão, outros a dinheiro...”. Naqueles tempos, os tais da sua juventude, em que a arte de trabalhar na latoaria era sustento, com jornadas enormes peçadas de sacrifícios, de aldeia em aldeia a vender tachos para fritar e conchas para a sopa... “Era a minha mulher com uma canastra à cabeça e a pé... não havia transportes. A pé e toca de ir por aquelas terras, por aquelas ruas e lá me ia safando”. Hoje, há transportes, há mais dinheiro a circular, mas... a sua arte está em declínio. “Vieram as fábricas. Enquanto eu faço um tacho à mão, a fábrica faz uma data deles num instante...”. Hoje apenas faz alguns trabalhos por encomenda. Não pretende rivalizar com a produção em série das linhas de fabrico das unidades industriais. Ele só tem duas mãos. É demasiado pouco para esta luta que não se assemelha como igual. “Mesmo assim, ainda me pedem para fazer tachos grandes para fritar as filhoses, como os que havia antigamente. Para Dornelas do Zêzere, às vezes,

ainda para lá faço um ou dois. Mas não dá... só para uma pessoa que é amiga é que eu lhe faço um tacho. Mas já não faço negócio com isso...

é tudo feito à máquina”. Longe moram os tempos em que “eu fazia seis tachos de uma vez”.

Casa centenária no Fundão

O barbeiro que conheceu 11 presidentes de Câmara

OS TEMPOS mudam... e de que maneira! Já deu para conhecer 11 presidentes da Câmara do Fundão. Dá para se lembrar que o primeiro veículo motorizado que a Câmara comprou foi uma “Vespa” para o fiscal. Já deu para ver um Fundão que mudou radicalmente de face. Uma vila que se tornou cidade, numa vista privilegiada da sua barbearia mesmo no coração do Fundão.

Joaquim Caldeira conta 78 anos. Há 56 anos que está estabelecido nesta barbearia. Mal se passa a soleira da porta, entra-se de imediato nesse tal Fundão, o Fundão dos meados do século XX, nos passos dessa pequena vila, onde, em 1953, o cabelo e a barba se faziam por 25 tostões.

“Antigamente éramos poucos, mas havia amizade. Hoje as pessoas são diferentes”, diz. O desenrolar de recordações segue: “havia aqui no Casino os bailes das vindimas que eram espectaculares, que era só das senhoras “bem” e onde havia cinema duas ou três vezes por semana. Isso desapareceu e aqui o centro do Fundão perdeu muito”. Aqui, também mora um rádio, também ele mudo. As palavras soltam-se apenas da boca

do barbeiro; vivas e desafiantes. A vida, essa, “está cada vez mais difícil”. Chegou a contar sete barbeiros. Mais, ainda tem clientes que o acompanham desde a fundação.

“Antigamente nós fechávamos à meia-noite. E abríamos às oito da manhã. Havia muita gente que fazia a barba. As pessoas do campo vinham todos a fazer a barba”. Hoje já não é assim. “A juventude vai mais para as cabeleireiras”. Mas o reparo seguinte vai direito para o jornalista: “Por exemplo, você, deixa crescer o cabelo e só dá prejuízo ao barbeiro...” Touche! E também ficamos a saber que o mesmo jornalista deve, pelo menos, cinco cortes ao cabelo. Prosseguindo: “eu fui barbeiro da cadeia, do hospital e do seminário durante muitos anos. E sabe qual era o meu horário no seminário? Das sete às 11 da noite”. Nada era favas contadas. “A vida era muito difícil. Eu vinha a pé de Alpedrinha para o Fundão quase todos os dias. Ia e vinha. Não tinha dinheiro para bicicleta, vinha a pé pela serra. Depois arranjei uma pensão e aí fiquei. Vim mesmo para o Fundão, casei tenho filhos e por cá fiquei”, conta. Para além

de cortar a barba e o cabelo, os barbeiros tinham uma outra virtude: um verdadeiro centro de informações. Era aqui que se sabiam as novidades. Sabiam e sabem. Apesar do jornalista estar a dever cinco cortes ao cabelo teve direito a uma pequena actualização da informação, a qual agradece ao barbeiro. Recorda: “uma mão lava a outra. Vinha um cliente e dizia uma coisa e sabíamos a vida de muita gente, mas nós não a divulgávamos. Falava-se muito, mas agora é pior. Antigamente falava-se deste e daquele e acabou, mas agora fala-se é só na política, neste que é bom, naquele que não presta e pronto... mais nada”.

Na barbearia de Joaquim Caldeira, o tempo parou neste Fundão dos bailes e do cinema no casino, da Câmara sem carros, a suspirar por uma “vespa”, dos cortes aos tostões. Tudo ali é genuíno, das cadeiras aos pincéis para a barba, à bata imaculadamente branca, à conversa que nunca falta.

Está ali, naqueles exíguos metros quadrados, um fragmento precioso da história de uma terra. Está ali um contador de histórias e testemunha da História. Estão ali as ferramentas que durante décadas cortaram a barba e o cabelo a milhares de fundanenses. “Esta barbearia é centenária”, diz. Já antes de ser sua era barbearia há muitos anos. “Antigamente vendiam-se estes produtos, como o pó de sabão da fábrica “Confiança”, mas esta também já fechou. Eu ainda tenho, porque comprei em quantidade. É muito higiénico. É diferente”. A acompanhar, a navalha. A mítica navalha do barbeiro, que exige perícia no seu manuseamento. “É uma navalha com lâminas, porque agora já não há a navalha antiga”. Um dos sonhos que tem e que faz, em forma de apelo, é que o “São Jorge que está tão abandonado” volte para a sua Alpedrinha. “Seria uma grande festa para a minha terra”.

2 de Julho de 2009

Nuno Francisco

// Patrimônio cultural dos pastores valorizado

Os dias escritos a fio de lã

As rotas da transumância são hoje um patrimônio valioso de um passado que é cada vez mais celebrado. Os rebanhos já não se deslocam largas distâncias em busca das melhores pastagens. Mas a vida dos pastores continua a ser difícil

Zrrrrrrraaaaaa...!!! Aí vai ele; intrépido na atitude, decidido na acção, implacável no arregimentar. É o homem. Francisco Jesus is the men! Vai o rebanho, vai ele, vai a mota. Vai tudo. Isto é harmonia no campo, meus amigos e amigas. Isto é sentido apurado de estratégia, é visão... e é uma excelente ideia; para quem a consegue aplicar sem tombos. Acreditem: é talento de predestinados. Não resvalem para facilitismos. Isto só pode ser difícil. Gerir o rebanho com uma motoreta... é capaz de ser mais complicado do que parece à primeira vista. E é. Mas a prática traz a perfeição. E as testemunhas garantem que sim; que Francisco Jesus, aos 67 anos, trata por tu o elevado conceito de conduzir rebanhos em motorização a duas rodas. Os cães foram colocados à margem deste cenário. Quem

dita o compasso desta orquestra é a velhinha Peugeot que galga na poeira já com poucas peças de origem. O rebanho, esse, segue vergado ao brilhantismo deste método tido de eficácia resoluto. Não sabemos se está ou se irá fazer escola. Mas este homem merece discípulos. Já ganhou o direito de fazer teoria.

O Verão vai entregando-se aos últimos dias que o calendário tem para si reservados. O pretexto da nossa presença nestes campos dos Três Povos é o de o simples testemunhar destes dias que se afastaram daqueles tempos, dos dias da transumância, uma prática de deslocação sazonal de gados entre regiões de climas e geografia díspar, para aproveitamento dos pastos. Eram migrações duras e prolongadas, travessias em busca do melhor alimento para o gado, do sustento daqueles rebanhos que eram

ele próprio o sustento das famílias. Hoje, o arame farpado e as cercas coarctaram essa espécie de ritual cuja origem se perdeu no tempo. Ao passado o que é do passado. Ao presente as memórias desse pretérito fugido, também ele pasto das agruras, de tempos rígidos na sua plena e implacável contemplação do quotidiano vergado.

Abel Botelho, em “Mulheres da Beira” dá-nos um assomo na janela do tempo: “Toda a vasta serra de que Bustelo se dilata para leste a Montemuro, à Gralheira e a Feirão, de ordinário tão tristonha e despoxada, a ponto de se percorrerem nela 18 a 20 quilómetros sem que se encontre um mínimo vestígio de habitação humana, veste invariavelmente durante uma pequena quadra do ano um aspecto animado e deveras encantador. Por pouco mais de um mês, desde os princípios de Julho até ao São Bartolomeu, costumam estes píncaros inóspitos ser demandados por uma população adventícia de pecureiros conduzindo os seus rebanhos. Povoam em chusma as montanhas por cabeças aos milhares”.

As antigas rotas pastoris são hoje apenas um porto de memórias, de onde ecoam vestígios de uma cultura assente em histórias, lendas, canções, artes. As grandes jornadas que floresceram no finto dos invernos são hoje um fio condutor para

evocações num contexto bem mais vasto de conhecimentos do que a tarefa de deslocalizar o gado para melhores pastos.

No cálido adeus do Verão de 2008, a transumância é arte sabida e conhecida dos pastores. Mas o tempo carregou consigo a mudança de paradigmas, a profunda alteração do mundo rural e, por arrasto, da pastorícia.

Zrrraaaaaaaaaaaaaa!!!!

“Ando de mota atrás delas o dia todo. Não tenho pernas para as acompanhar! E também ando para trás e para diante, a ver das regas, do milho... disso tudo. Dia sim, dia não, são cinco litros de gasolina que gasto.” Francisco não está para se cansar mais do que o exigível. Incompreensível seria o contrário. E num dia de incontáveis afazeres, a sua velha mota dá um jeito, a que só ele saberá dar o correcto valor.

Mas, então... e os cães?

“Não quero cá cães. Sou só eu e a mota”. A decana motoreta, quase sem peças de origem, dura, dura e faz questão de durar ainda mais. O som do escape faz as vezes do latir. E o cajado na mão inflige o temor do mais imponente cão. Enquanto houver gasolina no depósito, está tudo sob controle. Se não houver, a pé também se trata das coisas, que esta vida já a conhece de cor há muitos, muitos anos. Ainda antes das motos entrarem no seu quotidiano pastoril.

E à frente da mota andam, quando reunidas, 90 cabeças de gado, um número que já foi de 210. E faz quase tudo sozinho, pois “a minha mulher adoeceu”, perdeu-se, para já, uma preciosa ajuda. E “eu sozinho também não posso”, desabafa. Os filhos “estão todos para os estrangeiros”. A filha que está na região a trabalhar na fábrica. Ao seu cuidado está o grosso dos trabalhos nos seus terrenos agrícolas – tratamento do rebanho incluído – passando, também, pela ordenha, onde tira ainda muitos litros de leite “à mão”, como faz questão de elucidar.

Um dia decidiu deixar de andar “para os patrões” e instalou-se por conta própria. E é este o trabalho que fez grande parte da sua vida.

Que não se faz nenhuma fortuna neste trabalho, é tido por ele como uma verdade absoluta e irrefutável... e cada vez se faz menos, diz.

Por exemplo, “vendo o leite... mas já há cinco meses que ainda não recebo um tostão dele”. Não há fortunas, mas há sempre carne de qualidade e em quantidade para o repasto, para quando a família se junta nas datas festivas. Isso aí não falta. O resto, cá se vai andando. “Embora não haja dinheiro” para grandes luxos, “para comer cá nos vamos arranjando”. Que não é um trabalho fácil, também é uma verdade insofismável. Mas isso não é preciso ele dizer-nos.

A mota, essa, está ali bem ao alcance da vista e a poucos metros da mão, sempre por perto e pronta para o que der e vier. A frota não se esgota neste campo de visão. “Ainda tenho uma scooter”, revela. Só que essa deverá estar guardada para outras funções. Esta aqui, pensamos, é a que estará ensinada para estes trabalhos. “Até já me chamaram o rebenta-motas”, diz. Está tudo explicado.

A história de um regresso

Juntar dinheiro em França para trabalhar a terra por cá

A POSE de Francisco Almeida é de serenidade. O seu discurso fluído, pensado, ponderado assenta em pleno na sua tez calma e reflexiva. É um homem calmo, que encara de frente o passar dos dias. Olhos nos olhos. Emigrante em França durante 16 anos resolveu um dia pegar nas economias e regressar a Portugal. Com ele trouxe os filhos, em cujo orgulho se estampa na face sempre que fala deles. Valeu a pena, terá pensado. Comprou terrenos e maquinaria e dedica a sua vida à agricultura e pastorícia. Há 23 anos.

Cereais, batata e milho são produtos que saem dos seus terrenos. A pastorícia, tal como em muitos outros casos, complementa-se com o trabalho agrícola. Exclusividade é coisa que não conhece. E tal como ele, muitos outros, trabalham no que podem e conseguem. É gente que não se assusta com o trabalho. “Já tive um rebanho com 160 cabeças, mas agora são só 30, derivado a isto estar em dificuldade”. Do seu pequeno rebanho tira também o leite, do qual faz queijos, hoje menos, em função da redução do seu rebanho. A idade, 64 anos, já não permite esforços suplementares. “A minha mulher já não me pode ajudar e eu com a dificuldade que tenho, vi-me obrigado a reduzir o rebanho”. E a gente nova é pouco atraída por estes trabalhos, diz. É visível e sente-se.

Ao contrário do que acontece hoje,

o contacto com o campo começou muito cedo. Ainda não tinha meia-dúzia de anos de vida e já ajudava como podia o seu pai nos trabalhos do campo. “E a partir daí foi sempre uma vida de trabalho dura”. Eram seis filhos e os quatro mais velhos começaram as lides do campo muito cedo.

Os irmãos seguiram vidas diferentes, e, hoje, só Francisco voltou às lides do campo. “Vamos ver até quando, até onde as forças aguentam”, desabafa.

O preço das matérias-primas e o preço de venda do produto estão nas preocupações imediatas. Diz que “há 30 anos vendia-se o quilo do borrego a 300 e a 400 escudos e hoje ainda há certas alturas onde ainda não se paga mais dos que os 400 escudos [n.r: cerca de dois euros]... a lã na altura era a 200 escudos o quilo [n.r: um euro], agora é só a 15 cêntimos... o litro de gasóleo na altura era a 20 escudos [dez cêntimos], o adubo era a 200 escudos [um euro]. Aumentaram os custos de produção, mas os produtos agrícolas não aumentaram”, diz, não escondendo o desconsolo por debaixo da sua sempre presente serenidade.

Anda todo o dia pelos seus terrenos, fertilizados pelas economias de uma vida. O rebanho pasta nos seus prados, que o regadio permitiu plantar. E, na serenidade dos dias, espera por amanhã mais risonhos.

Leonel Pinto

“Ser pastor foi a profissão que o meu pai me deu...”

AOS 55 anos, Leonel Pinto ainda tem um rebanho substancial à sua guarda: cerca de 140 cabeças. Hoje as cercas fazem o trabalho de guardar o rebanho. Mas “no tempo em que não havia aramadas ainda cheguei a ter três pastores, mas também tinha mais de 500 cabeças de gado”, diz.

Hoje, em sintonia com outros pastores seus vizinhos, a ordem também passa por reduzir os rebanhos. Nesses anos de grandes rebanhos “andava numa quinta ali para os lados de Penamacor, numa quinta grande, de 1.200 hectares. Agora sou eu o patrão, o pastor... sou tudo”. A explicação para estes ofícios todos é que “hoje já não dá para ter pastores... no tempo em que se vendia o leite a 200 escudos, pagava-se a saca da farinha de 50 quilos a mil escudos. Hoje paga-se a dois contos e tal e vende-se o leite a 80 cêntimos, que é a 160 escudos. Veja bem a diferença. Como é que isto pode dar?” E sem se deter continua com exemplos de uma economia bem real: “se o gásóleo subiu, o adubo subiu, a parte da pastorícia subiu, a mão-de-obra subiu... e nós ficamos para trás...

vende-se ainda mais barato...”.

Na sua quinta, no Salgueiro, os dias começam bem cedo. “Assim que me levanto, a primeira coisa que faço é ir para o rebanho”, a ordenhar as ovelhas, depois continuo a tratar dele, dando-lhe de comer nos cobertos. Depois continuo com os outros afazeres. É sempre a mesma coisa: é sábado, é domingo, é feriados”. “Só pára no dia de Natal”... atiramos nós à espera de que do outro lado viesse uma resposta parecida com “sim... e mais em alguns dias. Não se pode trabalhar sempre”. Mas não, a resposta foi mesmo esta: “nem no dia de Natal se pode parar. Pelo menos ordenhá-las e dar-lhes de comer tem que ser”. Da sua vida de pastor faz parte a construção de utensílios, como as chavelhas, um artefacto de madeira que prendia os chocalhos. Objectos que hoje são alvo de admiração. Enquanto se guardava o gado, um pequeno machado, o serrote e a navalha criaram peças de madeira. Ontem utilitárias, hoje peças de museu. Ser pastor “foi a profissão que o meu pai me deu.”

Chocalhos

Alpedrinha celebra no fim-de-semana o universo pastoril da região

COMEÇA já a ser um ritual indispensável e seguido por muitos. A vila de Alpedrinha recebe este fim-de-semana (de 19 a 21 de Setembro) mais uma edição dos Chocalhos – Festival dos Caminhos da Transumância. As ruas irão ser, novamente, tomadas por milhares de pessoas que encontrarão bem perto de si a brisa da tradição, numa conquista que se irá fazer por todos os sentidos: audição, tacto, paladar, visão e olfacto.

O início dos Chocalhos está marcado para as 19 horas. O programa é vastíssimo, muito baseado no cancionero tradicional e nos sons do mundo. O problema que se levantará aos visitantes será por onde escolher e onde estar. Alguns dos momentos

altos, e no que diz respeito apenas a espectáculos agendados, passam pelo concerto dos No Marzuca Band, sexta-feira, às 22 horas, no Largo da Fontainha. À mesma hora e no mesmo local, mas no dia seguinte, actuam os Milho Verde. À meia-noite sobem ao palco os Olivertreedance. Para os mais afoitos, a convocatória manda reunir às oito horas de domingo para uma caminhada com um rebanho. Às 11 horas decorrerá um desfile de cães de gado. À tarde há um desfile com a presença de várias associações musicais, de sonoridades. Às 21.30, na Igreja Matriz, haverá um concerto com os Tamborinos Muy Gentil.

18 de Setembro de 2008

Nuno Francisco

// Agricultura no feminino

Mulheres da Beira

As jovens agarram-se aos estudos ou preferem as confecções. Mas as gerações mais velhas mantêm uma fortíssima ligação aos campos. Entre a horta e o olival, as mulheres da Beira desvalorizam o trabalho agrícola, mas continuam a meter as mãos na terra. A agricultura da região tem uma face feminina. O poder de decisão é que continua a ser dos homens. Enquanto se vai dando uma revolução silenciosa – a crescente participação das mulheres nos assuntos colectivos

Em Portugal, as mulheres já são a maioria no trabalho agrícola. Cinquenta e um por cento da população activa é feminina, segundo as últimas estatísticas do sector. Na Beira Interior faltam números, mas a presença feminina impõe-se nos campos. Como assalariadas ou, sobretudo, na agricultura familiar, esse pilar económico e cultural de uma região onde a matriz rural continua a impor-se.

“Enquanto os homens arranjam emprego, são as mulheres que asseguram o dia a dia de muitas das pequenas explorações”, diz Graça Rojão, socióloga e coordenadora da associação de desenvolvimento rural Beira Serra. Mas se o papel feminino é fundamental nos campos, “o poder das mulheres é fraco”, acrescenta a

socióloga. Continua a ser o homem que vai mais ao mercado e que decide a compra e venda de gado ou o investimento em máquinas agrícolas. O poder masculino “não é questionado”, assim como parece pacífico que as mulheres assalariadas ganhem um salário médio inferior, como pagamento de tarefas associadas a um menor esforço. A divisão sexual do trabalho vê-se, por exemplo, nas vindimas, onde as mulheres cortam as uvas e os homens carregam os cestos. Se passarem a trabalhos menos pesados, também os homens mais velhos recebem um salário de mulher.

Para as gerações mais velhas, a agricultura é algo natural e o apego à terra chega a parecer teimosia. Queixam-se de que os produtos

ficam mais caros do que se forem comprados na mercearia, mas não deixam de cultivar os “prédios”. No entanto, mesmo as mulheres criadas nos campos já olham para a agricultura “como complemento e não como profissão” e o sentimento geral é que a actividade agrícola representa “muito trabalho e pouco rendimen-

to”, diz a antropóloga Rosa Duarte. O caso muda de figura quando se trata de jovens, aos olhos de quem o trabalho agrícola representa um “desprestígio” a evitar a todo o custo. “Hoje, vale mais um reles emprego do que um bom lavrador”, dizem as mais velhas, resumindo o sentimento geral.

Com as mãos na terra

Em tempo de apanhar a azeitona, é logo às oito da manhã que Florentina Reis vai para o olival, no Souto da Casa. Mas a geada é tanta que tem de acender uma fogueira para aquecer as mãos, antes de começar a colher a azeitona. “A agricultura é muito ingrata, mas a gente não tem outra maneira de viver”, diz quem trabalha a terra há 40 anos. “Mal saí da escola, meteram-me logo com um sacho nas mãos”, recorda.

Hoje, a única forma de não deixar os prédios ao abandono é tratá-los ela própria. “O rendimento da azeitona não dá para pagar a alguém que a apanhe”, diz Florentina Reis. O que vale é a ajuda entre vizinhos, que vão ao olival do parceiro, para que o parceiro venha ao seu. “Vamo-nos rendendo uns aos outros”.

No fim, o azeite, como as batatas e os feijões, abastecem a mesa de casa. O que sobra já nem vai ao mercado, mas ainda se vende para outras pessoas da aldeia. “Saber o que se come” é uma razão apontada pelas mulheres que continuam a cultivar as pequenas fazendas. As couves, as cebolas,

o vinho, são de qualidade garantida. E, apesar dos queixumes, sempre ajudam à economia doméstica.

“Quem tem de comprar tudo, do sal à água, também não sei como se governa”, diz Maria José Oliveira, que em nova se fartou de ceifar e arrancar batatas. Agora já deixou os campos, mas na sua terra, o Ferro, há trabalhos que estão cada vez mais entregues às mulheres. “Dantes, só os homens é que escavaçavam as videiras. Agora são mais as mulheres”. Os maridos andam pelos empregos. Esta é uma realidade semi-oculta do país oficial. A grande quantidade de mulheres que trata das hortas familiares fica fora das estatísticas.

Na Beira Interior, os últimos números são de 1989 (está agora a decorrer novo recenseamento agrícola). Mas, mesmo desactualizados, há dados que mostram o peso das mulheres na agricultura da região. Um deles é o do trabalho sazonal, em que as mulheres fazem, por ano, um número de horas (831 mil) próximo dos homens (840 mil) e que equivale a cerca de cem dias. Mas a declarar

trabalho permanente na agricultura, em 1989, eram pouco mais de mil as mulheres da Beira Interior. Certamente, há muitas a passar os dias nas hortinhas sem que as estatísticas o saibam.

Aos 75 anos, Octávia Tomé continua a conduzir o carrinho de mão pelos caminhos de terra. Com gorro e avental, vai “deitar comida aos bichos”, que são galinhas, porcos e coelhos. “Às vezes ainda tenho de cavar bocados de terra sozinha”, diz. Tem batatas, couves e ervilhas por detrás da casa, à entrada do Ferro. Nunca foi à escola nem se esquece da “pobreza franciscana” que passou na juventude, mas não é por isso que perde o sorriso. “Agora sempre temos a reformazinha”, afirma. Mas

garante que, enquanto puder andar no campo, não tem “génio para ficar em casa”.

A vida nas aldeias está a mudar. Não há jovem que não prefira uma fábrica de confeccções. Mas as mulheres da Beira começam a afirmar-se nas suas comunidades, nota a socióloga Graça Rojão, com experiência em projectos locais.

Ao mesmo tempo que avança o processo de “redescoberta do rural” e de valorização dos produtos tradicionais, a socióloga afirma que, nas aldeias, “são as mulheres que surgem mais motivadas e se mobilizam para resolver os problemas colectivos”.

Até já dizem que, qualquer dia, vão ser precisos programas de apoio aos homens.

31 de Dezembro de 1999

José Ricardo Carvalheiro

// Tradição

Enfeitem-se as ovelhas, que os rebanhos estão a acabar

Aldeia que vivia da pastorícia, Fernão Joanes passeia os últimos borregos pela serra e cria um festival sobre o tema. Fomos lá visitar pastores

Um bom pastor tem que se lhe diga. É o que capricha no rebanho. O que sabe selecionar as ovelhas e lhes apura as qualidades de ano para ano. Tem-nas “boas de leite” e de corpo. Com os cornos retorcidos próprios da raça “bordaleira”. Nunca com os cornos “escarchados”, que são as “garrochas”, não prestam. Ou, pior ainda, que não têm cornos, as “mochas”. Em Fernão de Joanes diz-se que os pastores “são todos muito vaidosos”. Eles tomam isso como um elogio.

Agora que o sol nasce cedinho e abrasa a meio do dia, Francisco Vendeiro pega no cajado às quatro da manhã. Leva as 38 ovelhas pela serra fora. É o primeiro pastoreio do dia. À tardinha volta a ir “deitar o gado fora”, que é como quem diz pô-lo a

pastar, até anoitecer. “Antes queria dois invernos do que um Verão”, diz o pastor. Nesta altura faz 20 quilómetros por dia. Mas nunca leva o gado para muito longe. As longas rotas do gado, as invernias na campina da Idanha ou na Cova da Beira, são coisa do passado.

Eram aos três meses longe de casa, a morder o frio e com chuva até aos ossos. “Gemia-se lá”, recorda Francisco Vendeiro, hoje com 62 anos. Era o contrato do “meio leite”, metade para o dono das ovelhas, outra metade para o dono dos pastos. Sozinhos, os próprios pastores faziam o queijo, que é tradicionalmente tarefa das mulheres.

A Festa da Transumância nasce este ano, mas transumantes já só há um, o pastor Manuel Ruano, a quem se

meteu no corpo “o vício” de andar léguas com os rebanhos. É o único, em Fernão Joanes, que ainda frequenta “as terras direitas” da Beira Baixa durante o Inverno. Os outros dizem que já não é preciso ir tão longe para dar de comer às ovelhas, que já são poucas. Hoje, os pastores da terra não passam de uns 15 e andarrilham por mais perto com a manta ao ombro. Apesar do declínio, a terra de pastores mantém a sua marca, um urbanismo especial.

“Aqui não há animais”, diz o presidente da Junta, a mostrar as ruas da terra, onde a arquitectura *maison* se foi entremeando com as fachadas de pedra. Fernão Joanes, que fica no dorso da serra da Estrela, é uma povoação dois em um. O aglomerado principal só abriga gente. Tem uma “avenida” e não consente “lojas” para o gado. Mais acima, outro núcleo de casas é, afinal, uma centena de cortes, ou seja, a aldeia construída para os animais, onde as ruas também têm nome. Lá repousam as últimas 400 ovelhas de uma terra onde já houve “milhares” de cabeças de gado, segundo o autarca Daniel Vendeiro, ele próprio filho de pastor. “Nasceram-me os dentes nisto. Tenho orgulho”.

Todos foram pastores. E, à medida que definha a pastorícia, floresce “a tradição”. As festas que evocam os rebanhos ganham cada vez mais for-

ça. Em Maio, a aldeia enfeita as suas ovelhas e leva-as a rodear a capela da Sra. do Soito. É a romaria do gado, com arcos de arame nos cornos, berloques pendurados, colares feitos à mão. Toca a fanfarra e a “louça” do gado, campainhas e chocalhos, faz um barulho de ensurdecer. No fim de Julho é o “festival da cultura tradicional”. Começa com uma arruada: pífaros e zabumbas à frente, todos os rebanhos da terra atrás. “Uma festa sem ovelhas já não é nada”, diz o presidente da Junta.

Cresce o orgulho, mas o pastoreio tem a morte anunciada. Nos anos 80, começaram a desaparecer meia dúzia de rebanhos por ano. “A vida de pastor é muito dura”, justifica Daniel Vendeiro, queixando-se também que “aqui não há apoios, não há divulgação como em Celorico e em Manteigas”. Os caminhos da pecuária empresarial não passam por Fernão Joanes. A caça aos casos de brucelose, com os animais afectados a serem levados pela Direcção Regional de Agricultura, também ajudou a encolher os rebanhos. “Mais ano, menos ano, isto vai acabar”, lamenta o autarca. “É triste”.

O mais novo dos pastores é Elisabete, 37 anos, surda-muda mas rija para trabalhar no campo. Ordenha, conduz o tractor, faz tudo. O maior pastor é o ti Zé Camilo, com 70 ovelhas, antigo artista a “enramar

cajados” e a desenhar ramagens na lã das ovelhas. Também ele, com 69 anos, acha que os rebanhos vão acabar. O filho preferiu a GNR, “está bem na vida”, o genro é da PSP. “Ninguém segue as pisadas dos antigos”, resume o presidente da Junta.

O pastor José Camilo lembra-se de levarem o gado para Sul em dois rebanhos de 800 cabeças, porque os animais não cabiam todos juntos nas canadas. Levavam quatro dias até Idanha-a-Nova, mais dois para o Rosmaninhal. Uma vez reuniram-se 2.400 ovelhas no sítio onde é agora a barragem da Idanha. “Aquilo era um terreno valente”.

O tempo dos tamancos e da luta invernal já pertence ao álbum de recordações. “Numa noite de trovoadas, a enchente era tão grande que os borregos já me iam por água abaixo, tive de me meter ao ribeiro

para desviar o gado”, conta outro antigo pastor, Alfredo Vendeiro.

Vendeiros há muitos, em Fernão Joanes. São o clã da terra. “Unidos” e numerosos, controlam a Junta, confessa o chefe da freguesia, o mais entusiasta com as celebrações sobre a pastorícia. Mas quem organiza o Festival de Cultura Tradicional é a Associação Cultural e Recreativa. O presidente é Daniel Vendeiro, ele próprio, o máximo dirigente da autarquia.

Mas, por mais que se reinvente a tradição, a terra de pastores já não é o que era. A coisa nota-se em pequenos pormenores. Nos velhos tempos, cada ovelha tinha o seu nome. Agora são quase todas “Esmeraldas”. Ou “Professoras”. Não que a memória do pastor já não dê conta do recado. Os dias é que vão murchos para o pastoreio.

Economia de ex-pastores

Muda a economia baseada na pastorícia, mas surgem os festivais de cultura tradicional em Fernão Joanes, concelho da Guarda. A aldeia, dentro do Parque Natural da Serra da Estrela, prepara-se para realizar a “Festa da Transumância”, dia 29 de Julho. Um dia cheio de actividades, quase todas feitas nas “eiras”, o povoado satélite da aldeia, onde só moram os animais.

Hoje, Fernão Joanes, com 580 eleitores, tem a maior parte da população activa empregada nas fábricas da Guarda. Segundo Daniel Vendeiro, a próxima obra da Junta vai ser uma escola de formação profissional, para formar jardineiros, calceteiros e artesãos. O horizonte da pastorícia e do queijo é tão limitado que já nem entre nesses planos.

No entanto, “a pastorícia continua a ser um dos grandes rendimentos da freguesia”, diz Daniel Vendeiro. Há muita gente de fora que vai a Fernão Joanes comprar os queijos da Serra ali feitos. “São mais caros que em qualquer outro lado”, garante o autarca. “É porque são bons”.

21 de Julho de 2000

José Ricardo Carvalheiro

// Indústria

As gerações da lã

*Havia duas saídas: as fábricas de lanifícios ou a emigração.
Assim se teceu a vida de gerações na Covilhã*

O cenário foi mudando ao longo dos anos 70 e 80. Os vales das ribeiras foram-se esvaziando de fábricas de lanifícios.

Antes, eram às dezenas e os operários às muitas centenas, na Covilhã, no Tortosendo, em Unhais da Serra. “Era tudo trabalhadores dos lanifícios, famílias inteiras”, recorda João Pereira, operário há 40 anos. “Havia fábricas por todo o lado”.

Agora existem meia dúzia de unidades fabris a produzir tecidos de lã. Mais sólidas, tecnologicamente mais avançadas e onde os investimentos em capital pesam mais do que os custos em mão-de-obra. A tendência é para a produção em empresas verticais, ou seja, com toda a fileira dos lanifícios, da fiação à tecelagem, à tinturaria e à ultimateção, maneira de rentabilizar os custos e obter ganhos de produtividade.

A produção global da região é maior do que era há 30 anos. A qualidade do produto é superior, única maneira de sobreviver num mercado mundial competitivo. O número de pessoas

a trabalhar no sector é incomparavelmente menor. Outro ramo dos têxteis, a confecção, veio atenuar os efeitos sociais da quebra dos lanifícios. O nível de vida dos operários continua, em geral, muito por baixo. A prática dos contratos a prazo introduziu a precariedade laboral.

Dantes, os trabalhadores mudavam de fábrica a qualquer momento, por iniciativa própria, à procura de melhorias salariais ou de condições de trabalho mais favoráveis. Agora, a luta é para arranjar um emprego estável.

“O primeiro trabalho que eu tive, nem o pedi. Vieram-me perguntar se queria ir para uma fábrica que havia na zona do Rodrigo”, recorda Alice Fernandes, operária há 30 anos.

Nascido e criado na freguesia operária de Vila do Carvalho, João Pereira começou a trabalhar nos lanifícios em 1960 e também se lembra da forma como os trabalhadores faziam o que hoje se chama prospecção do mercado de emprego.

“Começávamos ao fundo da ribeira

e íamos de fábrica em fábrica a procurar o melhor trabalho”. A fêria era paga à semana. “Cheguei a trabalhar numa fábrica só dois dias. Não gostei e mudei logo para outra”, conta João Pereira para demonstrar a facilidade de trocar de emprego, ainda que as diferenças salariais pouco contassem. “Isso sempre foi uma miséria. Ainda hoje, não ganhamos nada que valha”.

A geração da lã transporta, hoje, as marcas da indústria, como é o caso dos tecelões com problemas auditi-

vos e perturbações do sono, depois de muitos anos a escutar o matraquear dos teares.

Crises dos lanifícios sempre houve. Eram cíclicas. João Pereira lembra-se de “uma quebra muito grande de serviço” na segunda metade da década de 60. As fábricas dispensaram pessoal e, nessa altura, o operário da Vila do Carvalho passou cinco anos a trabalhar na construção civil. Depois houve uma recuperação na procura de tecidos de lã e deu-se um regresso no mundo fabril.

Vidas num fio

Entraram para as fábricas aos 15 anos e estão lá há décadas.

Uma geração em que havia famílias inteiras de operários laneiros

Alice no país dos lanifícios

“Vamos lá a ver quanto tempo é que ainda aguento”. A vida de Alice Fernandes, 45 anos, diabética, tem sido levada a passar a fazenda, uns bons 700 metros por dia, sempre em pé, com os olhos à cata de defeitos. Não é que se queixe, aguentar é uma filosofia de quem entrou nas fábricas aos 15 anos, a ganhar 40 escudos por dia, corria o ano de 1970.

“Agora o trabalho é mais leve. A gente dá ao pedal, já não é preciso puxar a fazenda”. Antes de ser “passadeira”, Alice Fernandes era “esbicadeira”, que “é uma arte mais difícil”, tem de se esbicar os nós e as impurezas do tecido. A tendência é para o trabalho melhorar, acha a operária, que pega

às sete da manhã numa fábrica a 20 quilómetros de casa.

“Aquilo esteve mal”. Refere-se à empresa, lembrando o tempo em que os ordenados apareciam a meio do mês seguinte. “Agora passaram a pagar a fêria no fim do mês, pelo banco”. Tanto basta para a trabalhadora estar confiante. “Agora temos futuro”.

O pior, às vezes, é o presente, que obriga a apertar o cinto. O marido de Alice Fernandes é operário noutra fábrica de lanifícios, onde os ordenados estão com dois meses de atraso e os subsídios por pagar. “Os dois salários juntos não é muito, só com um ainda é mais difícil”, diz a trabalhadora, que ainda tem um filho pequeno. “Os ordenados são

baixinhos, sempre foi uma miséria”. Ao fim de 30 anos a passar fazenda, Alice ganha 66 contos brutos. Leva o almoço numa marmitta e bebe um café a 35 escudos, tirado da máquina que existe na fábrica.

“Está tudo tão caro”, lamenta a operária. Pelas suas contas, “vivia-se melhor” quando começou a trabalhar. Por a vida não dar folgas é que tem de continuar na fábrica, por pequena que seja a fêria. “A saúde é que manda”. Enquanto puder, Alice Fernandes há-de apanhar o autocarro às sete da manhã. Menos mal, que a empresa paga o transporte.

Classe operário-electrónica

Irene Calado define-se como “operária electrónica”. Houve uma altura em que ela e os seus sete irmãos trabalhavam quase todos na mesma fábrica. Agora as máquinas são mais modernas e os trabalhadores menos numerosos. Mesmo assim, ainda lá tem o marido, dois sobrinhos e um cunhado.

Irene, 51 anos de idade e 37 de lanifícios, passa o tempo “a alimentar a máquina electrónica”, onde passam 500 quilos de fio de lã por dia, antes de irem para os teares. A sua tarefa é garantir o bom acabamento do produto, entre a fiação e a tecelagem. A operária mete os cones com os fios de lã e introduz o fio. A máquina detecta os defeitos, corta e torna a pegar. Irene Calado lembra-se de quando a secção de acabamento de fio tinha quase uma centena de trabalhadores. Hoje anda perto de uma dezena.

Não se põe a questão de gostar do trabalho. “A gente nunca teve outro

melhor”, diz a operária. A sofisticação tecnológica não a impede de considerar a sua tarefa “muito dura e cansativa”. Oito horas por dia “sempre em pé e sem parar”, com muitas semanas de seis dias. Os sábados pagos a dobrar em tickets de supermercado, são aproveitados para “ganhar mais algum”. “Os ordenados são pequeninos” – lamenta –, “tem que andar a gente sempre a apertar”. Para compor o rendimento familiar, o marido de Irene Calado faz serviço de transporte para uma escola de condução, mais quatro horas diárias, até às nove da noite, após a jornada na fábrica. “O filho também ainda trabalhou nos lanifícios, mas não se manteve muito tempo por lá. Abriu um café. Os pais acharam boa ideia.

Emigrante que não chegou a sê-lo

“Vivo com a cabeça levantada, mas se tivesse emigrado tinha dado outro futuro ao meu filho”, diz João Pereira, que trabalha há 40 anos na indústria de lanifícios. Pensou, a certa altura, dar o salto para a Alemanha. Mas não conseguiu os contactos necessários e foi ficando ao pé da rambla mecânica, a derradeira ultimização das fazendas que a fábrica produz.

Chegou o ano 2000 e o salário continua pelos 60 contos. Assim, a vida não mete grandes aventuras. No regresso da fábrica, João Pereira trabalha um bocado na horta, o suficiente “para estafar o corpo”, e acaba o dia “a ver um bocado o caixote”, um electrodoméstico a que outros chamaram a caixa que mudou o mundo. O maior gosto da vida de João Pereira teria sido um doutor em

casa. Mas o filho antes quis ser bate-chapas. “Trabalha há meia dúzia de dias e já ganha o dobro de mim” diz o operário, sem saber se isso é bom ou mau sinal. A mulher é que não escapou ao destino da lã. Foi metedeira de fios durante 41 anos. Uma tarefa que lhe reduziu a visão ao ponto de cegar um olho. Reforma: 57 contos.

João Pereira não desiste de sorrir, mas a vida nem sempre é para graças. “Com os anos, cansa a gente fazer sempre a mesma coisa” e enchemo-nos de varizes. Ainda há dias rebentou a perna a um colega”. Seja como for, a vontade do trabalhador é manter-se a trabalhar.

“Durante mais uns anos”, que ainda só tem 55.

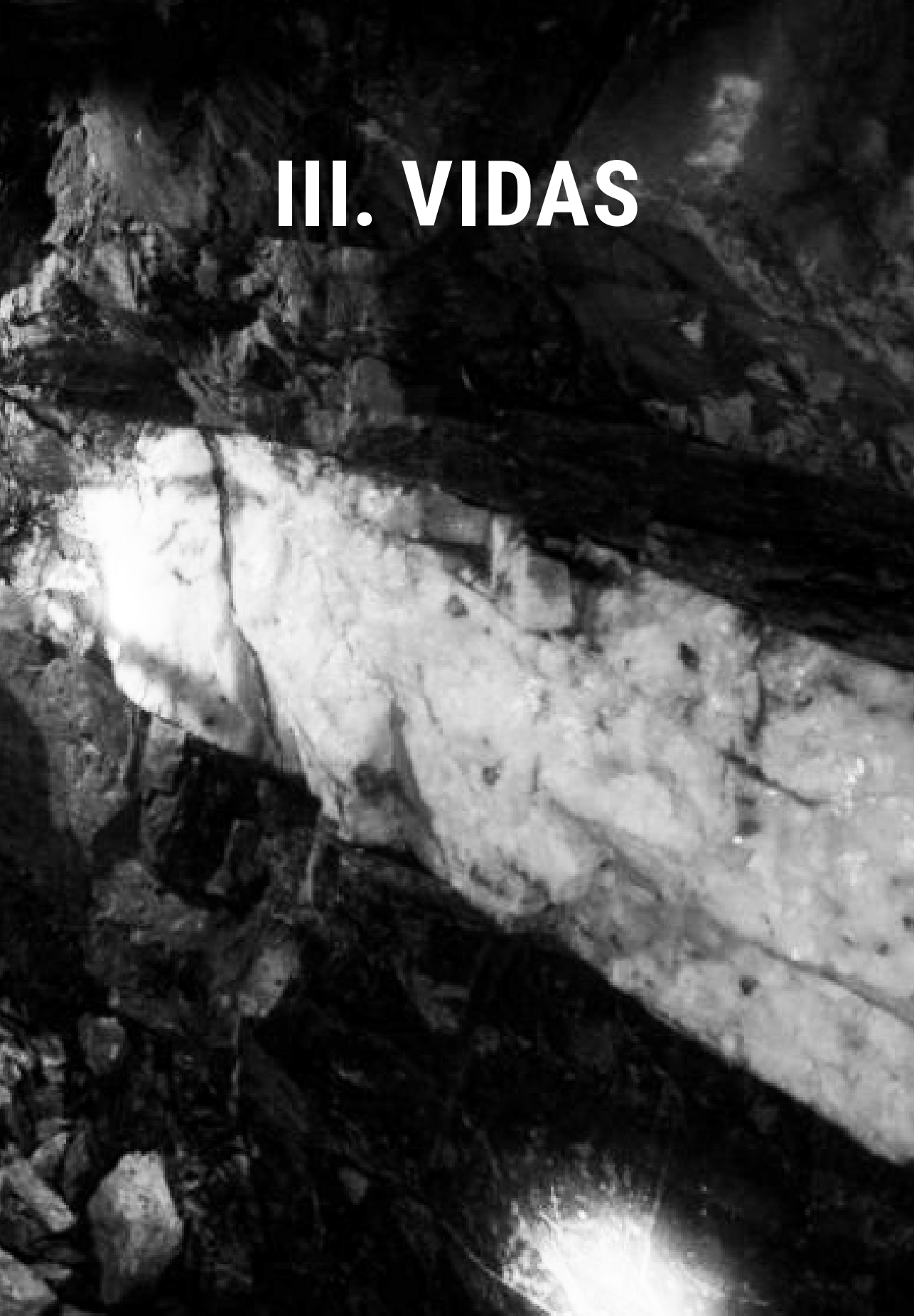
Todas as segundas-feiras prepara a máquina, lubrifica, dá uma volta à corrente, faz-lhe uma limpeza. Depois é mantê-la a funcionar até ao fim da semana e ir zelando pela largura do tecido, aplicar-lhe vários produtos e garantir a secagem, sendo o operário responsável pela qualidade final da fazenda. “Somos mal remunerados para a responsabilidade que temos”, diz João Pereira. “Fiz mal não ter emigrado”, conclui. “Gostava de ajudar o meu filho a comprar uma casa e assim não posso”.

12 de Maio de 2000

José Ricardo Carvalheiro



III. VIDAS



// Descida às galerias das Minas da Panasqueira

Aqui, onde a noite é eterna

São estes homens que definem onde o Mundo acaba. Ser mineiro é ser alimentado a coragem. É acordar do sono profundo a noite no seu próprio reino

É a noite. Sempre ela, matreira criatura que sopra receios ao ouvido e vergasta os sentidos. É noite. Sempre! Medonha. Imperial, omnipresente, inquebrável, soberba. A madrasta sombra que se abate sobre os homens. A noite eterna na mina que tudo tolhe e tudo amplifica: sons, temores, brincando com os receios da alma, ameaçando a própria coragem de quem ousa enfrentá-la. Mas ela mesmo, a coragem desafiadora, é o fio de navalha resplandecente que corta o breu da mina. Lâmina desembainhada. Coragem furiosa, desbragada, desta gente que fere a noite. Nada mais.

Eles estão aqui, mas não deveriam estar. Não pertencem aqui. Nós não pertencemos aqui. Ninguém pertence a este reino esquecido. Aqui é onde a noite se abriga quando o mundo, lá fora, está submerso em luz e em vida. Não se deveria incomodar a

vigília da noite. Mas fazemo-lo. Com lâminas resplandecentes de luz: a verdadeira coragem dos mineiros.

“Lá fora ainda chove?” Alguém pergunta.

“Sim, chove”. Alguém responde.

Lá fora o Mundo ainda existe? Sim, e chove no mundo. A mais de 200 metros de profundidade, procuram-se novas lá de cima. A luz e a sombra.

O breu que escorre pelas paredes das galerias, que abraça os mineiros, a mina de quilómetros e quilómetros de galerias de fazer perder os sentidos. Lá, no fundo, agora, antes e depois, lá; longe do mundo, de todos, da admiração devida, os mineiros, mecânicos, operadores de máquinas, responsáveis sectoriais. São eles e a noite. A eterna noite. A noite que se derrama na noite. A húmida noite, a centenas de metros de chão seguro, tido e garantido como o limite para todos nós. Mas não,

lamento desiludir-vos, o seguro chão onde repousam os nossos pés não é o limite. Os limites de quem trabalha nos limites são outros, bem abaixo. Eles estão lá agora. No regaço da noite, onde a escuridão é eterna.

Os limites do Mundo são aqui, onde estas botas de borracha calcam a lama, com a água a escorrer pelas paredes labirínticas, com estranhas máquinas a rosnar ferozmente pelas galerias a levantar volfrâmio, levado pelos carris desaparecidos sobre o nosso caminhar. Ninguém sabe, mas digo-vos: o mundo acaba aqui. O fim do mundo conhecido, até onde as máquinas podem perfurar, até onde a coragem de gerações de mineiros fizeram o Homem ir. São eles que definem onde acaba o mundo. São eles que fazem e desfazem as fronteiras do conhecido e do desconhecido. Mais longe, mais fundo, mais noite. Mais severa escuridão. Mais medos que têm que se dobrar. Fundo, cada vez mais fundo. Mais ousados, mais acoissados para com a noite que os assombra durante o turno de oito horas.

Noite medonha, noite temível, há gente que insiste em te desafiar! No cabo do mundo. Sim, é o teu reino, o teu mundo, mas é um mundo que acaba onde estes homens quiserem. São eles que definem a extensão da tua glória. Apenas munidos de um foco de luz e de coragem.

- “Bom dia”.

- “Bom dia”

Um aperto de mão sela o cumprimento. Estranha e ilusória manifestação. Um “bom dia” na mina tantas vezes repetido. Tantas vezes enunciado em plena escuridão. Homens nas escavadoras, homens no balcão da mecânica, homens no comboio de transporte de minério. “Bom dia”. Assim seja. Para que a noite saiba. Para que ouça que estes homens vieram da luz e para lá regressarão no fim do turno. Porque a escuridão já reclamou bastantes para si. Porque todos desejam que jamais o volte a fazer. Para que todos saibamos que é o dia que nos espera lá fora. Algures. Pedro Correia, engenheiro responsável pela segurança na mina, guia-nos pela escuridão, zelando por nós e pelos outros, dando-nos detalhadamente a informação de todo o processo de extracção e encaminhamento do volfrâmio. Uma roda viva de procedimentos encaixados, de hercúleas máquinas que já fazem vibrar o solo, ainda não se adivinha sequer a presença das suas potentes luzes ao fundo do túnel. Nas paredes, códigos escritos a tinta orientam lá em baixo, fintando os labirintos que todos unidos em linha recta teriam cerca de três mil quilómetros de extensão. Um “Você Está Aqui” em código.

Um foco de luz no capacete é o sinal, o único, de presença. Uma luz que rompe e que depressa se extingue no caminhar. Qualquer frêmito de luz, aqui, é vida. O “bom-dia”, a confirmação de viva voz.

E lá fora... ainda choverá?

25 de Março de 2010

Nuno Francisco

// No país da insegurança social

Retiradas pensões a irmãos cegos

Mãe e três filhos sobreviviam com pensões e suplementos de magros contos. Mas agora o Centro Nacional de Pensões ainda lhes reduziu os montantes. São cegos e moram ao fundo da serra, na Póvoa da Raposeira, concelho da Pampilhosa. O mais novo quer tocar acordeão para arranjar uns tostões. Tem 44 anos e pede: arranjem-me um sítio onde ganhar a vida

É como se os tivessem posto a contar os tostões, na palma das mãos. No país da insegurança social, três irmãos a que as juntas médicas diagnosticaram “grande invalidez” recebem, em conjunto, 50 contos por mês do Centro Nacional de Pensões. São como três não-cidadãos, com o equivalente a um só ordenado mínimo. Cegos, adultos e sem ninguém de quem possam depender, Laurinda, Joaquim e Henrique têm nos 90 anos da mãe a última “ajuda”: a sua pensão de 26 contos é o que vai valendo para um mês-a-mês de aflição, com os contitos a escoarem-se em remédios, idas ao médico e pagamentos à empregada que vai lá a casa fazer o que os olhos não lhes permitem.

Para lá da pobreza, o pior é o isolamento, a falta de apoios, a esperança quase no fim, só 40 anos e há tanto tempo a ouvir falar de Barcelona, especialistas que devolvem a vista a quem tem dinheiro: se fôssemos ricos!

Mas não, vivem sob um tecto de ripinhas de madeira, a salinha apertada, com crucifixo e imagens de Nossa Senhora nas paredes, de onde também pende uma moldura com fotografias, retratos a preto e branco, da família, do tempo em que ainda se via mas em que já todos os dias a névoa avançava um bocadinho mais. Pai e mãe viam bem, mas eram primos. É daí, da consanguinidade – alguém lhes disse –, que deve vir a doença dos seus olhos, que nasceram

já com o problema, com a luz a apagar-se gradualmente, até à cegueira total, entre os 20 e os 30 anos.

Joaquim, hoje com 57, ainda trabalhou nas minas, nove anos, cá no exterior. Em 1962 foi apanhado numa leva de despedimentos e daí a que a vista lhe faltasse pouco demorou. Foi ficando por casa, junto dos dois irmãos que nunca chegaram a empregar-se. Trabalharam nas leiras da aldeia, o mais novo foi à escola, a mais velha nem isso, que naquele tempo não havia. Irmãos há outros quatro, que a sorte quis livrar da doença. Andam espalhados pelo país, vêm às vezes, ajudam no que podem. São os únicos apoios.

Treze e treze, vinte e seis, mais vinte e quatro, são cinquenta. Contam os contos, na mímica das pensões, os três irmãos. Como se não chegassem a invalidez e a ausência de apoios à situação de invisuais, obrigam-nos a tactear a pobreza, tempos amargos de quem nada pode. Levam-nos a pensar na morte da mãe com receio dobrado, pela pensão que desaparece. Parece cruel, mas é assim. E ela está a fazer 90 anos. O tempo passa e os tostões encolhem.

Ao Joaquim ainda chegam parques frutos do trabalho de um dia, quando a Panasqueira era emprego. Vinte e seis contos, em que se inclui o suplemento de invalidez: larga mesada, comparada à dos irmãos.

A esses, a pensão social de 14.600 escudos, que há dois anos tinha deixado de ser acumulável com a de sobrevivência (quatro contos) – uma cartinha dava a escolher entre as duas e logo concluiu que a opção era pela menos baixa –, afinal desapareceu, em Agosto passado, para dar lugar aos quatro contos, supõe-se que da dita pensão de sobrevivência. Juntos aos nove continhos que o Estado português tem a dar a quem sofre de “grande invalidez”, são 13 mil escudos por mês.

Depois, para Henrique e Laurinda, há um subsídio de 12 contos. Mas esse é um direito ganho, que nem vem do Centro Nacional de Pensões. Para ele andou o pai – falecido há 20 anos – a descontar na “caixa dos metalúrgicos”.

Tudo somado, o resultado é muita dificuldade por esses meses fora, só em medicamentos são dez ou 15 contos, receitas do médico de família. E, pelo clínico, há que ir à Pampilhosa, com gastos de táxi e 30 quilómetros de curvas. Na Póvoa da Raposeira, nem rasto de cuidados de saúde.

É um mundo de sons e silêncios. O rádio. O acordeão. Os senhores do Centro Nacional de Pensões na ponta da linha telefónica. Mudos de explicações sobre a retirada das pensões sociais. “Pode escrever, mas não há-de adiantar muito”, diz Henrique que lhe disseram a

ele. Também que iam substituir a pensão por “um subsídio”. “Era bem-vindo”, mas do que eles precisam é que lhes reponham a pensão social. Henrique, o mais novo, ainda tem ânimo para reclamar. Mas isso foi conversa de há meses e, até agora, nada de subsídios. Nem sequer comunicação escrita a explicar os porquês da redução das pensões.

O Estado é rei senhor.

Henrique agarra-se ao acordeão. Disso é que ele gostava, tocar num sítio em que lhe pagassem, um restaurante, um lugar assim. Se o caso for falado, pode ser que alguém o queira. Era outra vida.

Resta-lhe a música. A segurança social são cantigas.

18 de Fevereiro de 1994
José Ricardo Carvalheiro

// Da aldeia de Benquerença ao tráfico internacional

A vida de um chefe da droga

O cérebro da maior rede de droga da península Ibérica nasceu em Benquerença há 51 anos e foi preso em Espanha há poucos dias. A história de um cabecilha do grande tráfico

Se alguém lhe perguntasse onde é que ele estava no 25 de Abril, José Coelho responderia sem orgulho. Estava na prisão por ter sido apanhado a trocar a matrícula de um carro numa avenida lisboeta, com a ajuda de um espanhol. A revolução abriu-lhe as portas e devolveu-o ao submundo da delinquência, mas presume-se que nessa altura ainda não se dedicava ao ‘negócio’ que o tornaria famoso: o tráfico de droga. Foi na Benquerença, concelho de Penamacor, que nasceu, no final dos anos 40, José Gomes Pires Coelho, filho de trabalhadores rurais, os ‘sem-terra’ de uma zona de minifúndio. Da pequena casa de pedra onde nasceu o mais novo de quatro irmãos até à mansão de Marbella ou ao apartamento de luxo em Madrid de onde comandava a maior rede de droga da península Ibérica vai muito mais do que meio século – vai a dis-

tância de um mundo.

Um metro e 60 de altura e franzino de corpo, José Coelho tinha a inteligência como trunfo. Em Espanha chamavam-lhe “o anão” português, a polícia portuguesa conhecia-o como o “espanhol” e para a gente da sua terra o que ele era mesmo era “francês”.

Levado para França ainda menor, a austera emigração não era o seu estilo de vida e foi lá que começou a ter “contas com a polícia”, em Rive de Gier, subúrbios de Lyon. Os pais ainda hoje lá vivem e já não voltam para Portugal. Também estão em França os seus três filhos, rapazes, de uma francesa com quem foi casado. Nos últimos anos, José Coelho já não aparecia à família, revela uma fonte informada. “Telefonava de vez em quando, mas nunca dizia o paradeiro”. Um cérebro do grande tráfico não pode arriscar um milímetro.

No princípio dos anos 60, o pai decidiu fugir à pobreza, direito a França. Passado pouco tempo, mandou ir a mulher e os filhos, com carta de chamada. A história é igual à de muitos milhares: a mãe de José Coelho fazia limpezas, o pai trabalhava na construção, os filhos faziam-se homens num subúrbio de outro país.

Na Benquerença ainda há antigos colegas de José Coelho na escola primária. “Era um garoto como os outros. Se o encontrasse hoje, já não o conhecia”, diz um. Outro lembra-se que ele “roubava fruta, como toda a gente”.

Memória mais fresca é a do período que passou na aldeia, nos anos 70, altura em que regressou a Portugal com um espanhol e uma portuguesa. “Cantavam o fado em rodas de amigos e davam-se bem com toda a gente. Isto não passava pela cabeça de ninguém”. Mas há quem tenha outros dados e diga “que ele já vinha fugido de Espanha. Outros apontam que “já na altura andava aí a Judiciária a cheirar”.

Em anos recentes só terá vindo uma vez à Benquerença, a um casamento. Um idoso lembra-se bem é do pai. “Era bom homem, sim senhor.” E surpreende-se: “O filho dele? O que é que lhe aconteceu?” Ainda hoje a fama de traficante não chegou a toda a Benquerença.

Mas há alguém nascido e emigrado como José Coelho que tem uma ex-

plicação simples para o ‘desvio’ do traficante: “Sabe o que é? É o dinheiro... Eu na droga não me metia, mas se não tivesse nada de meu também era capaz de entrar no negócio das notas falsas”.

O dinheiro é capaz de maravilhas. Com ele no bolso, “o Zé Coelho era um santo homem”, diz um conhecido de outros tempos. “Quando tinha dinheiro, pagava a toda a gente e dava esmolas aos pobres”.

A certa altura, a família ainda tentou encarreirá-lo. Abriu-lhe um restaurante na zona de Castelo Branco, depois da segunda saída da cadeia, por ter assaltado um restaurante em Tomar (andava com um carro espanhol e foi apanhado, pouco depois, dentro de um banco a ‘cambiar’ dinheiro).

José Coelho manteve-se no restaurante enquanto estava em liberdade condicional, mas depressa regressou a negócios mais rendosos. Não tardou a terceira passagem por prisões portuguesas: contrabando de tabaco por barco, de Marrocos para o Algarve. Já a vida de delinquência andava por longe e na Benquerença só se soube do caso pelos jornais.

O cérebro de José Coelho já era famoso nos meandros do crime. Numa das estadas na cadeia, planeou uma fuga de Pinheiro da Cruz, mas houve suspeitas e transferiram-no a tempo para Coimbra. Continuou preso, mas outros reclusos aproveitaram-lhe o

plano para darem o salto.

O seu salto para o tráfico de droga terá acontecido já nos anos 80. Apostou no jogo duplo, passando a colaborar com a Polícia Judiciária como informador e subindo, ao mesmo tempo, à chefia da quadrilha ibérica. Quando foi preso em Espanha, há dias, José Coelho já controlava pessoalmente a maior rede da península e era o elo de ligação

com o comandante de uma teia mais vasta, que terá origem na Turquia, onde se suspeita estar, numa cadeia de rodas, o líder supremo da organização.

A aldeia onde nasceu já não fazia parte do seu mundo. A própria família vendeu a casa e, hoje, já não resta nada na Benquerença que se ligue a José Coelho. O filho da terra que se tornou famoso por motivos errados.

7 de Maio de 1999

José Ricardo Carvalheiro

// Retorno

Os fugitivos da guerra

Silvares é o fim da linha na fuga à guerra de Angola. Um homem acaba refugiado na terra natal, com que não tinha contacto havia 40 anos. Foi o terror que o fez regressar. Um retorno inesperado, com quatro filhos e um saco de roupa

Apesar das ajudas que tem tido desde que chegou a Silvares, no início de Dezembro, Joaquim Brasinha sente-se “deslocado”. Com 66 anos, já mais africano que beirão, teve de abandonar Benguela e uma vida que nada sorria ultimamente, mas que era a sua há quatro décadas.

Em Silvares veio encontrar uma irmã e muita solidariedade. À casa que alugou, alguém vem trazer um saco de arroz, umas batatas, um pouco de azeite. Provisões que mal povoam a pequena cozinha – apenas um fogão, uma mesinha quadrangular e duas cadeiras. É aí que nos sentamos para ouvir a história da fuga de Joaquim Brasinha com as suas quatro crianças, entre os oito e os 15 anos, que ficam a escutar atentamente o relato do pai.

Benguela pós-eleições: o terror da guerra

“Não faz ideia da alegria que foi”, diz Joaquim Brasinha, falando da paz que Angola alcançou no decorrer

do ano passado.

Apesar de tudo, nos anos de guerra civil, Benguela não terá vivido sob ameaça directa: “Os confrontos eram no mato, nós não tínhamos visto praticamente nada”. O lado mais visível era o inchar das cidades, onde todos se foram refugiando – “uma casa como esta era capaz de ter 20 pessoas” – e o recrutamento contínuo de jovens para a guerra.

Mas, apesar da campanha eleitoral ter corrido “muito bem”, poucos dias depois das eleições a violência regressou e tomou conta da própria Benguela. Era a ‘discussão’ dos resultados da votação! Um tiroteio ininterrupto reteve, por quatro dias, Joaquim Brasinha dentro de um armazém – “com um grupo de soldados a 30 metros” – e só com água para beber, enquanto os filhos e a mulher também se resguardavam das explosões e dos disparos, fechados em casa. “Não podíamos sair”, conta o Joaquim, de 12 anos, que recorda a tentativa gorada da mãe ir arranjar

comida. As crianças, assustadas, escondiam-se num quarto.

Quando, finalmente, os confrontos abrandaram, Joaquim Brasinha decidiu tomar lugar na ponte aérea que aviões militares portugueses estabeleciam com Brazzaville. Entretanto, a sua mulher havia desaparecido. Aterrorizado, “com a impressão de que aquilo ia muito longe”, pegou nos filhos e, apenas com um saco de roupa, embarcou, mesmo assim, para Portugal. Estava-se na primeira semana de Novembro.

“Já nada funciona”

Segundo Joaquim Brasinha, já restam poucos portugueses em Benguela. Aliás, no avião vinham “só quatro”. A maioria dos que rumara a Lisboa eram angolanos – “e vinha muita garotada”.

Passaram um mês num quartel, na Amadora, e muitos acabaram por regressar a Luanda. Joaquim Brasinha, cidadão português, foi encaminhado para Silves, com “algum dinheiro” que a Segurança Social lhe deu.

A Beira era a região que “ainda tinha um bocadinho na cabeça”. Dela saíram nos anos 50 e, em Benguela, começara uma vida nova, a trabalhar na construção civil. Uma vida tão radicalmente nova que, por cá, nunca mais ninguém soube dele. Incluídas a mulher e as duas filhas, que deixou ainda crianças.

“Foi o tempo e a distância”, justificava Brasinha. Agora, à chegada, não

faltaram surpresas: descobriu que é divorciado – não se lembra de “ter assinado papel nenhum” – e encontrou uma irmã mais nova de quem nem se recordava, mas que tem sido o seu principal amparo em Silves.

Da actual mulher, angolana, nada sabe para além da falta que faz aos filhos. Já escreveu um par de cartas, mas não tem notícias. E imagina Benguela hoje. “Nada deve funcionar. A zona comercial e industrial ficou toda no chão e deve lá estar uma fome que Deus me livre. Todavia, está no seu espírito voltar para “tratar dos documentos e de uns negócios” que deixou por resolver. Mas isso, só “daqui a uns três anos”, altura em que calcula que tudo esteja mais calmo, até porque, “a matarem-se como se estão a matar, aquilo não pode durar muito tempo”.

Como ganhar uns tostões?

A sua preocupação imediata é legalizar a situação dos filhos, que já frequentam a escola desde a semana passada. Mas a falta de perspectivas não deixa dormir Joaquim Brasinha: “Com esta idade, onde vou eu ganhar meia dúzia de tostões?”

É que os últimos anos em Angola já foram vividos “tristemente” e, mesmo lá, não ficaram grandes haveres. O desmoronar da sociedade angolana apanhou o ganha-pão de Joaquim Brasinha: um armazém que abastecia com meio de transporte próprio e que ficou vazio a partir do momento

em que deixou de haver peças para reparar o automóvel.

O clima de medo que a guerra fratricida instalou em Angola é revelado pela decisão de Joaquim Brasinha não dizer algo que o possa comprometer na viagem que espera fazer a Benguela. Mesmo assim, solta alguns comentários à situação política, enquanto acende mais um cigarro com um isqueiro de propaganda ao partido de Savimbi: “A Unita achou-se defraudada nas eleições e atirou-se para a guerra. Talvez se tenha precipitado, se fosse só para a oposição era capaz de resultar”.

Regresso à penúria

O caso de Joaquim Brasinha não é único na região. Bem perto de Silvares, em Aldeia de São Francisco de Assis, há uma situação parecida:

outro que fugiu ao terror da guerra, voltando apressadamente com mulher e filhos angolanos.

Em pequena escala, é uma espécie de refluxo. Gente que saiu daqui e se manteve em Angola nos anos conturbados da independência e da guerra civil, acaba por ter um regresso imprevisto e de mãos vazias.

Joaquim Brasinha, que há 40 anos quis largar a miséria e os perigos da mina, retorna em situação de “penúria” e repara nas “aldeias de viúvas, só viúvas”. Aldeias que “só cresceram em casas, construídas por quem anda lá fora”.

Apanhado nas voltas da vida, chega quando se fala no encerramento das minas e, afinal, está tudo na mesma. Se a mina fecha, não se sabe “o que vai ser destas aldeias”.

15 de Janeiro de 1993

José Ricardo Carvalheiro



IV. MIGRAÇÕES

A black and white photograph of a road lined with bare trees. The road is in the foreground, curving from the bottom left towards the center. A white line marks the edge of the road. On the right side of the road, there is a row of trees without leaves, their dark silhouettes against a lighter sky. The trees are of varying heights and are spaced out along the road. The overall mood is quiet and somewhat somber due to the lack of foliage.

// As incríveis aventuras da emigração na raia portuguesa e espanhola

Os que forçaram a porta para a terra dos sonhos

A pobreza assombrava um país rural encerrado em si sob o manto da ditadura. Pela raia, milhares de portugueses encontraram a saída para França. A guiá-los e a escondê-los estiveram homens como estes

A neblina dos tempos não deixa ver com total clarividência a plena constatação de designios que leva à saída, à escondida amargura do adeus, manifestada em pequenos gestos. Emigrar é deixar para trás, é trocar o rol das infelicidades conhecidas por um travo de sonho. É assim que vai construindo o caminho de saída. É assim que a decisão se vai alimentando, nas agruras do quotidiano, cimentada na escassez de tudo para quase todos. Numa sardinha para três. Para trás ficou um Portugal de ditadura, de pobreza, de uma imensa mágoa, um país de esperança lívida, refém dos seus embargos psicológicos e amarras avulso.

Um adeus é complexo. Aquele adeus por trás deste gesto, deste último olhar para a terra antes de se desaparecer na noite das amarguras. Na noite que está aqui como eterna testemunha, nas longas vigílias a que os

Pirenéus ainda distam. Parece uma vida. À frente alguém os leva, os guia nas fintas às polícias portuguesas e espanholas. São eles que os entregarão no seu destino e na volta trarão metade de uma foto que se irá juntar a outra que ficou. Quando a foto se completar, a missão foi cumprida: está em França. Esta foi a história de milhares de portugueses.

O coordenador do Observatório da Emigração, Rui Pena Pires, avançou recentemente no Parlamento durante na Comissão Parlamentar de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas que entre 70 e 75 mil portugueses emigram cada ano. Sem certezas absolutas, porque não existem dados absolutamente fiáveis que possam dar a escala da exactidão à saída. Mas se o indicador avançado estiver próximo da realidade actual, aproxima-se das médias dos anos 60 do século passado, mas

abaixo dos anos de maior emigração. O contexto económico foi e será sempre o factor determinante para este filme. Foi-o a preto e branco, a tons de sépia, onde o salto, a mala de cartão, a pobreza e a quase total ausência de esperança num país amordaçado pela ditadura.

Impelidos para a porta de saída, os caminhos de quem emigra não são lineares. São razões que se somam às razões. Hoje emigram mais jovens com formação académica superior. O espaço Schengen é um livro aberto de oportunidades à distância de um bilhete de avião ou de autocarro, um espaço de liberdade, de mais amplas oportunidades. Emigrar continua a ser uma aventura. Continua a ser saudade, continua a ser ausência sofrida. Mas hoje, os entraves são menores e as oportunidades de mobilidade social superiores. Este Portugal não é aquele Portugal que fomos descobrir na memória das suas gentes. Estas terras da raia já não escondem homens, mulheres e crianças à espera da melhor altura para dar o salto, ao abrigo do olhar das polícias de Portugal e Espanha, em busca de um trabalho qualquer em França para garantir a sobrevivência. A terra do sonho era demasiado longe, e o receio demasiado perpétuo e demasiado perto. O medo era uma sombra, mesmo de noite. Naquele tempo, por aqui, mui-

tas vezes, a alternativa à pobreza era a própria pobreza.

Segundo o Observatório de Emigração, os homens são majoritários nos principais países de acolhimento de cidadãos portugueses. No Canadá são 71 por cento dos emigrantes portugueses presentes naquele território, 64 por cento em Espanha, 58 por cento na Venezuela, 54 por cento na Alemanha, 55 por cento na Suíça, 53 por cento no Brasil, 52 por cento no Luxemburgo e 51 por cento em França. Apenas no Reino Unido há mais mulheres emigradas do que homens, tendo as primeiras uma taxa de presença de 52 por cento. Em França residem 567 mil cidadãos nascidos em Portugal, 217.540 nos Estados Unidos da América, 213.190 no Brasil, 157.455 na Suíça, 150.390 no Canadá, 136.171 em Espanha, 91.225 na Alemanha, 77 mil no Reino Unido, 53.478 na Venezuela e 41.690 no Luxemburgo.

Fomos ao passado à boleia das memórias de gente que viveu este fenómeno que marcou Portugal do século XX. Fomos às terras do confronto, da passagem, dos passadores de gente em busca do além-Pirinéus. A raia dos medos, dos temores expressos em cada passo, nas noites de caminhada cerradas e encerradas por todas as dúvidas. Da lua cheia no guiar dos passos silenciosos, medidos e temerosos. Nestas serranias

que agora pisamos era a luta entre os que forçavam as trancas da porta de saída para a terra das oportunidades e os guardiões do templo, de um templo com muitas salas entregues

ao vazio. Da pobreza.

Fomos falar com gente corajosa.

Fomos à raia.

Fomos ao pretérito dos dias.

Histórias de resistências e fugas a coberto da noite

No tempo em que a PIDE andava por estas aldeias

António chegou a França a 1 de Novembro de 1956. O "salto" custou-lhe 6.500 escudos. Deixou a sua aldeia aos 18 anos. Voltou de vez em 2004. Artur trabalhou dois meses descalço numa pedreira em França. Voltou e ajudou pessoas a dar ao salto. Esteve fugido da PIDE durante três anos

O salto para França custou-lhe 6.500 escudos em 1956. Tinha 18 anos e foi com o pai, que pagou idêntico valor para os guiarem até à terra prometida, onde teriam trabalho e ganhariam o dinheiro que aqui não podiam sequer sonhar.

Zona rural sem qualquer escape visível para a pobreza, França era o destino quase certo para a esmagadora maioria dos homens. António Manuel Esteves hoje tem 72 anos e aquele longínquo ano de 1956 está presente na memória como se tivesse sido na última semana. Voltou para Fóios há apenas seis anos. Em França ficaram os filhos e os netos. Voltou para onde sempre queria voltar. Desde aquela noite de Outubro de 1956. Está no ponto de partida da sua história. Mas esta aldeia já não é a aldeia de há meia década. E a realidade social também não.

“Eram tempos de muita pobreza e não era só de pobreza... eram tempos

de muito trabalho. Muita gente só se governava aqui do contrabando”. A sua vida no contrabando começou aos oito anos: “nessa idade já trazia azeite de Espanha. Depois trazia seda, luvas... o que calhava, onde podíamos ganhar alguma coisa.” As autoridades espanholas e portuguesas vigilantes destes movimentos na raia nunca conseguiram apreender os carregos e dar problemas a António. “Graças a Deus nunca tive problemas”. Ri. “Para Espanha levava-se naquele tempo muito estanho e para cá trazíamos amêndoa, por exemplo. Era muita gente a fazer isso... era a raia toda... era do que a gente se governava. Ainda bem que temos aqui Espanha, que deu jeito a muita gente”.

Aos 18 anos, o mundo do contrabando ficou arredado e França afigurou-se como o destino para ganhar a vida. O seu pai já tinha tentado quatro vezes chegar lá, mas “foi sempre detido em

Espanha e mandavam-no para cá”. Até que à quinta tentativa quis ir com o pai. “Dessa vez passámos bem os dois... e lá fomos governar a nossa vida... mas para passar ainda demorámos bastante tempo. Saímos daqui a 26 de Outubro de 1956, estivemos quatro dias em Pamplona e atravessámos a fronteira para França no Dia de Todos os Santos, a 1 de Novembro. Estivemos mais seis dias dentro de uma casa em França, até que nos vieram recuperar. O passador é que tratou de tudo... levou o tempo que tinha que levar”. Quase sempre com a noite como companhia.

Os 13 contos do salto dele e do salto do seu pai foram amortizados num ano de trabalho em França. E não só. “Ao fim de um ano viemos e comprámos um prédio, que ainda temos aí, por 32 contos. Lá ganhava-se muito mais. Comecei a trabalhar por 125 francos à hora e quando fui para Paris já estava com 180”.

O seu primeiro trabalho foi “a partir pedra numa estrada numa pequena cidade e dali fui para Paris, onde trabalhei em jardinagem o resto da minha vida. Fiz jardins durante 42 anos”. Reformou-se e voltou. O Portugal de hoje é muito diferente. O Portugal que abandonou numa noite de Outono de 1956 “era muito diferente, muita pobreza. Hoje a vida está também difícil, mas vive-se muito melhor do que antigamente. Vivia-se mal, com dificuldades. Saiu daqui muita gente. A primeira fornada fomos nós e depois eram sete ou oito de cada vez. A aldeia ficou sem homens para trabalhar.” Foi uma vida dura em França, que ninguém se iluda. “Ninguém nos dá dinheiro... temos que trabalhar”.

Três anos a fugir da PIDE

A PIDE andava por ali, a farejar os “passadores”, aqueles que levavam os portugueses que queriam ir para França. Houve alguns que conheceram bem de perto as técnicas interrogatórias da polícia política da ditadura. Artur Dias teve a PIDE à perna e andou três anos em fuga à força de um mandado emitido. A sua mulher não teve tanta sorte e esteve 69 dias presa sob custódia.

Antes do mandado de detenção ser uma realidade, Artur foi interrogado pela PIDE duas vezes: “uma vez fiquei absolvido. Da outra vez aplicaram-me uma multa por cada homem que passei”. Por estas “respondei e paguei”. Mas o pior estava para vir.

Recuando nas décadas, até àqueles anos efervescentes na raia recorda que, então, “houve outra denúncia” que coincidiu “quando a PIDE veio também para a Guarda”.

Essa denúncia terá sido involuntária por parte de outro passador que caiu numa armadilha da PIDE que montou com alguns dos seus elementos a fingirem estar interessados em dar o salto e em contratarem os seus serviços. O nome de Artur Dias veio à baila durante a conversa. Ficaram em trabalhos.

“O meu advogado avisou-me: «senhor Artur ponha-se a pau que tem aqui uma denúncia e você vai ser preso»”. A visita da PIDE era uma questão de tempo. E, de facto, não demorou. “Um dia vieram aqui à minha casa e quando os vi acho que até saltei por esta janela”. Artur, 77 anos, homem rijo, olha de soslaio para a janela que está atrás de si. Estamos na sua cozinha, aquecidos pelas

histórias e pela lareira. Aí desenrola um interminável rol de acções avançadas por uma inusual coragem, mas, afinal, tão comum às gentes da raia. A coragem, essa capa dura, era o que lhes permitia ousar procurar, ousar sair. Ousar, apenas.

“Eles vieram aqui para me prender ou para me ouvirem... não estava cá... estava na caça e disseram à minha mulher para me apresentar no posto da Guarda Fiscal de Aldeia do Bispo. Quando cheguei da caça fui lá, mas os elementos da PIDE já lá não estavam. Deixaram o mandato de captura e andei três anos fugido”. Lá vinha a casa, mas sempre com os olhos bem abertos. Um dia, vi “um cabo da guarda fiscal” a entrar em casa. Na loja que tinha no andar térreo da sua casa estava a sua mulher a trabalhar “Bateu à porta e perguntou «então, o senhor Artur?» A minha mulher disse-lhe que não estava cá”. O guarda fiscal insistiu que queria falar com ele porque “o tinha visto ir agora com uma jarra de vinho para cima”. A mulher insistiu que não era ele, que estaria a fazer confusão com certeza. Acabou por se ir embora, não se sabe se muito ou se pouco convencido. Artur safou-se. Ao fim de três anos, a PIDE acabou por levantar o mandado de detenção.

Artur antes de encaminhar, ele próprio, homens para França esteve emigrado. Não foi uma viagem fácil. Acabou por ser detido pelas autoridades francesas por passagem ilegal da fronteira. Esteve alguns dias detido, e “até engordei”, gracejou. Foi a salto, ele e mais seis. Tinha 19 anos. “Andei lá a trabalhar descalço numa pedreira ainda bastante tempo. Os

sapatitos que tinha levado reben-taram. Eu bem queria que o patrão me desse dinheiro para eu comprar uns sapatos”, mas nada... “Ainda andei a trabalhar dois meses descalço” Depois “lá me arranjei”.

Mas Artur não ficou muito tempo em França. Poucos anos depois regressou a Fóios. “Quando vim para cá era com a ideia de voltar. Mas o meu pai deu-me aqui um pequeno terreno para fazer a casa e meti-me logo na passagem dos homens”. À chama da memória sentida lembra-se que “ainda levei bastantes homens, comecei a gostar daquilo, arranjei dinheiro para fazer a casa. Sim, ainda arranjei um dinheirito. Nunca quis saber do banco para nada.” Nesta humilde casa, neste sentido momento de encanto por um passado que, subitamente, alguém lhe fez recordar, um regresso àqueles tempos do jovem Artur. De fugas e contrafugas, de dias idos.

Um passado que António Cabanas, vice-presidente da Câmara Municipal de Penamacor, sociólogo, já retratou no livro “Carregos”, o contrabando na zona da raia. O interesse sobre este Portugal levou-o a trabalhar diversas fontes. Uma delas foram os arquivos da Junta de Freguesia da Meimoa, onde um facto lhe despertou a atenção. O investigador disse ao JF que quando se requeria um passaporte para se deslocar a França, por exemplo, as autoridades entravam em campo para averiguar “o currículo” e as “referências” do solicitador do documento. O receio levava a que se tentasse apurar, nomeadamente, as condições financeiras de quem pe-

dia o documento. António Cabanas diz que a junta em causa não se comprometia, usando de algumas armadilhas gramaticais como “su-

pomos” ou “julgamos” que tinha condições económicas e que não seria caso de emigração. “A Junta tentava ajudar sem se comprometer”.

Agostino

De contrabandista e passador... a guarda civil

Espanha. Navasfrias, a poucos quilómetros da fronteira portuguesa. Aqui, na raia espanhola, o quadro é semelhante ao da raia portuguesa. As dificuldades estreitaram laços entre vizinhos ao ponto de os abraços se trocaram selando cumplidades de décadas. Aos 75 anos, Agostino Peña Gonçale, deita sobre a mesa as suas memórias. Ajudou dezenas e dezenas de portugueses que rumavam a França a fazer parte do território espanhol. O salto para França envolvia muita gente que ia cumprindo as suas tarefas e fazendo os seus percursos.

Anos de 1956, 1957, 1958, 1959 e 1960. “Recolhíamos os portugueses e levamo-los até à Extremadura a uma aldeia que lá havia e aí entregávamo-los a outros que aí estavam à espera. Eles ficavam ou numa casa ou no campo. Os que os recolhiam aqui estavam em contacto com outros, em Navarra ou em outro sítio. Aí eram recolhidos em carros ou em camiões. Alguns iam dissimulados em carregamentos de madeira”. Agostino lembra que “passávamos toda a noite a andar. Recolhíamos ao anoitecer e andávamos 40

quilómetros. De manhã já estávamos no nosso destino. Os portugueses diziam-nos: «Ai mãe, que Espanha é tão grande”. Ri-se. E a resposta era esta: “andem que não falta nada”. Mas faltava. Muito. “Cansávamo-nos muito, tínhamos que parar para descansar. Alguns já nem se aguentavam dos pés. Dormia-se de qualquer maneira, com o que se tinha... não havia camas nem nada. Era um campo entre pinheiros”.

E fugia da polícia? “Si, hombre, por Dios. Hasta de los pinos, cuanto mas de los guardas. Dios mío!” Sublinhado por um riso.

“Ajudei a passar muitos portugueses, mas não sei quantos, tanto puderam ser 500 ou mil. Havia noites em que conduzia 40”. Recordava-se do ano de 1958, como o ano em que ajudou mais portugueses a chegar a França. Mas chegou a altura em que não tinha que evitar a guarda, porque ele próprio passou a ser... guarda: Dilemas? Nada! “Foi uma coisa muito simples”. Mas já sabia os truques dos contrabandistas e passadores? “Pois claro!” Ri-se e faz rir. “Eu já estava farto do contrabando. Ainda fui para a França. Voltei e a decisão

foi muito simples. Estava farto. Vou para a guarda! Por sorte de uns e outros “calhou-me um local onde não havia contrabandistas. Gostava de ter vindo para aqui, mas...”. Esteve 35

anos na guarda espanhola. E insiste: “quando para lá fui estava fartinho de tudo”. Foi com um currículo imaculado: os seus agora colegas nunca lhe tinham deitado a mão!

A garantia do sucesso

Tudo e todos por uma fotografia cortada ao meio

Augustin Caballera puxa dos galões que os seus 75 anos permitem. Aos 13 anos iniciou a vida no contrabando para Portugal. O café foi a principal carga. Também ajudou muitos portugueses. “Íamos pela serra, pelos matos, até à província de Cáceres”: na primeira fase era a pé, mas depois passaram a ir em carros e autocarros. “Os grupos tinham muitos portugueses. O grupo ia engrossando. Chegavam a passar a fronteira mais do que cem, todos juntos”. Recebiam dinheiro, sim, mas “muito pouco”. E “para nos pagarem tínhamos que levar a fotografia”. Quando os portugueses já estavam em França mandavam metade de uma fotografia rasgada ao meio, como sinal de que estavam bem. A outra metade da fotografia tinha ficado em Portugal. Só a junção das partes dava garantia da segurança na chegada e de pagamento.

Com a polícia nunca teve encontros indesejados. Só uma vez é que teve que correr para evitar um possível encontro que, por cento seria desagradável. Nada mais. De resto, foi o contrabando que fez parte da sua

vida e que o foi tirando da pobreza. “O contrabando da miséria”, como lhe chamavam. “Até contrabando de pneus de carros e tractores havia”.

Anastacio Ferreira Gonçale é mais novo. Aos 70 anos também tem na sua história de vida o contrabando, uma vida de risco. A polícia espanhola apreendeu-lhe alguns dos seus carregamentos: fiquei sem muitos sacos de café... 500 ou 600”. Tabaco, bananas, camarão, tudo transportou para Portugal. Eram tempos iguais dos dois lados da fronteira.

Para além do contrabando, que muitas noites fazia das serranias vizinhas zonas muito frequentadas, também foi um dos espanhóis de Navasfrias que testemunhou de muito perto a enorme perda de população das zonas rurais, com muitos jovens portugueses a optarem por sair do país, para evitarem a pobreza e a guerra que se desenrolava nas colónias: “passei muitos portugueses, houve noites em que passava dez; outras noites em que passava 20, 30...”. Mas Anastacio recorda-se de uma noite que “leveei 90 portugueses”. Foi o seu recorde.

Conseguiu que eles chegassem todos ao seu destino. Sim, este foi o destino de centenas de milhares de portugueses. França foi o porto de abrigo para gerações. Muitos deles conhecendo as estradas do sofrimento e da dor, da íngreme saudade, do sobressalto do desconhecido à espera em cada passo. Havia dias que pareciam o perpetuar das noites.

11 de Março de 2010

Nuno Francisco

// Emigrantes entre lá e cá

“Há qualquer coisa que puxa a gente...”

Em Agosto voltam aos milhares e a zona raiana é das que mais se desforra da desertificação do resto do ano. O JF foi às aldeias do Sabugal e fez uma espécie de mesa redonda com emigrantes em França. Falou-se de cá e de lá. Do passado e do futuro. De ir e voltar. Da França para sempre e do Portugal das férias. Um país com defeitos, mas que é a terra deles. Os portugueses de lá

Só tem 25 anos, mas a emigração já lhe deu várias voltas à vida. É ela a sua história. O nome diz tudo: Stéphane Ramos. Cá ou lá, onde quer que esteja, é sempre um emigrante. Ultimamente é em Rouen, a trabalhar nas estradas. Com as costas largas e o olhar manso. E com dupla nacionalidade.

Muito antes de Stéphane ter nascido, já A., 71 anos, ia a caminho de França “com passaporte de coelho”. Memórias da clandestinidade, nos idos de 62, quando se chegava à fronteira a pé e depois se era metido com mais 15 numa carrinha em direcção à Europa das luzes e da argamassa. Não custava nada [ironia...], era só appear para outro salto na fronteira dos Pirinéus e ala até Paris. “Porque é que fui? Para viver, que um po-

bre aqui não vivia”. Na emigração, trocou a miséria por um Mercedes metalizado. Mas conserva marcas de clandestino. “Não quero o meu nome no jornal”. E franze as sobrancelhas brancas, eriçadas.

Agora “aquilo” parece que está mais difícil. “Os salários estão a baixar”, diz Stéphane, que tem a história ao contrário – regressou antes de ter partido. É assim: nasceu francês, mas mandaram-no para a escola na aldeia raiana, enquanto os pais ficavam em França a amealhar para o regresso; depois os pais voltaram (e abriram um café), mas Stéphane tornou a partir, aos 19 anos. Rodam as gerações e a vida continua.

Mas lá “na França”, a vida de um trabalhador já não é o que era. No

tempo de A. "aquilo era só chegar ao pé de um patrão", trabalho não faltava. Hoje, há desemprego, porque "os turcos trabalham por metade", diz Miguel Pinto, 50 anos e fato de treino de marca. Nos arredores da capital francesa desde 1968, Pinto começou a ser pago a um franco à hora, na construção civil. Afinal, salvaguardadas as distâncias, "os turcos" fazem agora "o que nós fizemos há 30 anos", confessa.

Dos tempos difíceis há muito para contar. Francisco Rasteiro, 51, electricista, entra na conversa: "Nós tivemos de trabalhar para três gerações: para os pais, para os filhos e para nós. Foi muito duro". Ainda assim, este homem de farripas brancas e sorriso nos olhos não apanhou o pior. Só em 79 chegou a Saint-Denis, subúrbio de Paris. "Eram ali as baracas, mas eu já não vi nada disso". Agora é diferente, mas desengane-se quem pensa que se vive lá num mar de rosas. "Hoje, se não trabalhar o casal, aquilo é mau. É um viver que não é bom. Os vizinhos do mesmo piso nunca se vêem. É como bichos", diz Joaquim Santos, 59 anos de idade e 41 de França, onde já fez "de tudo". "A maioria dos portugueses não tem vagar para nada. Às 6 da manhã, é meter a sacola com a gamela às costas e correr para o metro", confirma Rasteiro. "É sair de noite e entrar de noite", acrescenta Miguel Pinto.

Da vida portuguesa seguem o futebol. Mesmo com as antenas parabólicas por todo o lado, "a maioria não sabe como se chama o presidente de Portugal". A política francesa, ao contrário, é discutida apaixonadamente. Que "ainda vamos ver outra revolução como a de 68". Que não, que "o que esteve quase a ser foi uma tomada da Bastilha, mas tivemos sorte que mudou o governo". Que não, que "os governos são todos iguais".

É por causa do tempo comprimido de lá que os portugueses "têm sede de vir aqui conviver, no Verão", diz Rasteiro, o conversador mais expressivo da roda. Percebe-se que os emigrantes não vêm de férias só para reverem a terra e os que cá vivem – vêm também para conviverem entre si. José Chorão, rosto curtido pelas obras nas estradas francesas, resume o assunto: "Lá é cada um para seu lado. Aqui é o momento do encontro". E a conversa vira para o regresso à terra. É mais fácil contar como do que explicar os porquês. "Há os que saem do trabalho às 5 horas e arrançam logo para Portugal. É qualquer coisa que a gente não pode lá ficar", diz Chorão na sua voz amigável. Francisco Rasteiro tenta explicar: "É as raízes... É ver as famílias, ver o Zé e o Manel". "Voilà", remata Chorão.

Mas quanto a regressar de vez, já as opiniões divergem. "Se pudesse,

voltava já amanhã com a minha mulher”, garante Augusto Cunha, 39 anos, 15 de construção na França e nenhuns sinais exteriores de emigração, nem sequer sotaque. “Fui na ilusão. Via-os chegar aqui com boas máquinas. Pensei que estava lá dois anos e voltava. Mas agora é difícil arranjar cá dois empregos. Não estamos dispostos a vir para Portugal e ter de ir trabalhar para Lisboa. Estou a construir aqui a minha casa, mas nos próximos dez anos não consigo regressar”.

O jovem Stéphane é outro que volta assim que puder. Planos? “Montar alguma coisa, logo se vê. Mas aqui na aldeia talvez não”. Vontade não falta, que “aqui a gente é outra coisa”. Mas as perspectivas são pouco concretas. Quanto mais velhos, mais difícil parece ser o regresso. E menor o desejo de voltar em definitivo. Diz a experiência de Manuel Pinto que “a maioria já não volta”. “Já lá tem venda, os filhos cresceram e já está a haver netos”. Pelo menos antes da reforma nenhum dos emigrantes mais antigos encara o regresso. “Trabalhar por trabalhar, é lá em França”, reforça Pinto.

“**Ir e vir** e estar cá o tempo que apetece”, são os planos de Joaquim Santos, a um ano da reforma e com seis filhos e 11 netos em Paris. Por acaso, até foi a mulher, francesa, “quem quis fazer cá a casa, porque o clima é bom”. Falando de casas, até

há quem tenha duas na aldeia natal. “Mas fui eu que as fiz”, diz o anónimo A., de todos o mais antigo na estrangeira. Desde que é reformado já passa na terra “a maior parte do tempo”. Mas dizer adeus à França é que não.

“A ideia de voltar está cá. Mas, se venho para a aldeia, onde é que ponho a filha a estudar”, pergunta Rasteiro. Pelo sim, pelo não, “a casa de lá é que eu nunca vendo”, assegura. “Quando reformado, talvez volte. Mas é nessa altura que precisamos mais de assistência. E a saúde cá é um escândalo”. Começam então as queixas do país padrao. A assistência médica bate o recorde das reclamações. “Aqui, quem está a morrer morre mesmo”, atira Pinto. E dispara a história de um familiar que foi vítima da saúde nacional: “Chegou a França e tiveram de lhe cortar uma perna. Se lá estivesse de princípio, nem um dedo lhe cortavam”. Ao contrário, em Paris “têm acesso a tudo em dois minutos”, diz Santos. “É só chamar o médico. Toda a gente é tratada por igual. Como o presidente da república”, garante Chorão.

Mas não é só a saúde. Diz Rasteiro: “Somos mais emigrantes aqui do que lá”. No capítulo dos serviços públicos, “só havia um sítio onde nos tratavam bem”. Era nos bancos, afirma Pinto.

Mas também há o lado bom da vida em Portugal, vista de lá. “Isto aqui dá tempo de respirar. A gente lá, em dez anos fazemo-nos velhos e vocês

aqui não", diz Joaquim Santos, que tem o cabelo pintado de preto e nunca tira o palito da boca. "Para nós, o pior de tudo foi a cultura, que não se desenvolveu. Aqui as pessoas evoluíram bastante. Nós lá nunca tivemos tempo para nada", lamenta Francisco Rasteiro.

"Os que lá nasceram é que já é diferente, já os vejo por todo o lado a dizer eu sou português. Mas adoptaram a cultura francesa". E também "já não são tão económicos", nota o veterano A., que nos anos 60 "só fazia economias depois de ter a barriga cheia".

Feito o balanço de cá e de lá, surge a conclusão. "Isto aqui é bom, mas tem de se ter saúde". Voilá.

Está-se a acabar Agosto. É o fim das conversas sem hora na esplanada. "Em lá chegando, só há uma coisa, é o trabalho", promete Rasteiro.

Os portugueses "dominam o sector da construção", afirma Augusto Cunha, a preparar-se para voltar ao trabalho. Apesar das dificuldades, "todos os dias chegam novos emigrantes. Já nem há contratos. É ao escuro. Às vezes querem empregá-los e eles não querem, porque ganham mais assim".

Para A., no fim de contas, "vive-se lá melhor sem dinheiro do que cá com dinheiro". Mas se alguém pensa que não há razões para voltar a Portugal, a resposta é simples. "Homem, isto é o meu país! A minha terra!"

21 de Agosto de 1998

José Ricardo Carvalheiro

// Imigração

Costureiras da Ucrânia em fábrica de confecções do Paul

Sem experiência na indústria do vestuário, chegaram do Leste para amealhar. Daqui a muitos ordenados mínimos, esperam voltar para as famílias

A fábrica de confecções AC&B, no Paul, recrutou dez trabalhadoras ucranianas, há cerca de três semanas, e poderá vir a admitir até mais três dezenas de imigrantes oriundos do Leste europeu, com contratos de um ano. O empresário Domingos Beato, que também preside à Junta de Freguesia, alega dificuldades em recrutar mão-de-obra local. Para as dez mulheres vindas da antiga república soviética, os 67 contos de ordenado não sabem a pouco. São uma oportunidade de vida.

Alina, 48 anos, deixou o marido e dois filhos na Ucrânia para se tornar costureira, uma profissão que nunca tivera na vida. Agora dorme com as colegas num quarto de tecto às ripinhas, onde o frio lhes parece pouco. Um quadro com Nossa Senhora, Jesus e os anjos serve-lhes

de companhia.

Mil dólares (215 contos) foi quanto custou a viagem de Alina. Sete dias entre Lvov e Lisboa, numa carrinha com 18 pessoas. Ex-trabalhadora numa gráfica, há cinco anos que estava desempregada, num país onde os ordenados, para quem os tem, rondam os cinco mil escudos por mês. Em casa faltava-lhe dinheiro para o gás e a água quente, nos invernos com 15 graus negativos.

O sonho português é o mesmo das outras nove ucranianas da AC&B: “Juntar muito, muito dinheiro” e voltar para casa daqui a dois, três anos. Salário e horários são iguais aos das colegas portuguesas, de quem só têm a dizer bem. “As pessoas do Paul ajudam-nos muito. Por favor, escreva no jornal que as mulheres da Ucrânia gostam de estar cá”.

A contratação do grupo de ucranianas, que a AC&B foi buscar a Lisboa através de uma associação de apoio a imigrantes, significa a entrada de trabalhadores estrangeiros na indústria do vestuário, sector de mão-de-obra intensiva que é o principal empregador feminino na região. “Na confecção é o primeiro caso em que entram imigrantes nestas proporções”, confirma o dirigente do Sindicato Têxtil da Beira Baixa, Luís Garra. Mas a situação pode alastrar. “Com os salários que se pagam, vai continuar a haver dificuldades de mão-de-obra”, prevê Garra, afirmando que “as pessoas da região só estão no sector enquanto não arranjam alternativas”. As novas imigrantes, ao contrário das nacionais, estão prontas a fazer tantas horas extraordinárias quanto possível, para amealharem o máximo. O líder sindical promete defender a não discriminação dos trabalhadores estrangeiros, mas não deixa de considerar que a sua vinda “contribui para a perpetuação dos baixos salários”.

Em Portugal desde Dezembro, Alina conseguiu mandar 400 dólares (85 contos) para a família. Entre as colegas, é das que têm mais sorte: a AC&B, que emprega 250 pessoas, dá-lhe esperanças de vir a contratar o seu marido. Os filhos é que terão de ficar na Ucrânia. O maior, de 19

anos, cuidará do pequeno, com 10, conforma-se Alina. Por enquanto, só uma das dez ucranianas do Paul tem o marido consigo.

Domingos Beato, o empresário, diz que precisa de gente flexível para responder aos picos de encomendas. E o presidente da junta, Domingos Beato, sustenta que no Sul do concelho da Covilhã há uma situação de pleno emprego: “Quem quiser trabalhar, tem trabalho”.

Mariana, 20 anos, é que teve de deixar o filho de sete meses para ganhar a vida longe da Ucrânia. Mesmo assim, as imigrantes do Paul sorriem sempre e oferecem café. Ala, 45 anos, talvez pense que ao ritmo do ordenado mínimo nacional, vai demorar muito para fazer um pé-de-meia. Ri-se e diz que quer casar com um milionário em Portugal. Quando chega a hora das fotos, salta para o toucador e maquilha-se rapidamente.

Há que aproveitar as oportunidades. Alina não quer ficar sábados e domingos a dormir. É demasiado tempo perdido para quem tem filhos a crescer a três mil quilómetros do Paul. Por isso, oferece-se para trabalho doméstico ao fim-de-semana – limpar, lavar e passar a ferro –, tarefa que já desempenhou em Lisboa. “Se souber de alguém que precise, avise-me. Está bem?”

Imigrantes sempre de malote nas mãos

As freguesias do Sul do concelho da Covilhã, terras de onde se emigra há muitas gerações, tornaram-se palco de uma mudança histórica. Homens e mulheres do Leste europeu começaram a chegar para fazer tarefas indiferenciadas e dispostos a trabalhar o mais possível. Ao mesmo tempo, continuam a sair jovens da zona, para trabalhar em Lisboa, no Algarve, na Alemanha ou na Suíça. Saem portugueses em busca de melhores rendimentos, entram imigrantes à procura de sobreviver. Uns e outros não fazem mais do que ajustarem-se ao mercado, que é quem mais ordena. Também as calças de homem fabricadas na AC&B vão para toda a Europa. É a globalização.

Para estes trabalhadores do Leste é fácil chegar a Portugal. A única dificuldade é, mesmo, arranjar a pequena fortuna pedida pelos operadores das redes de imigração que tratam das viagens da Ucrânia para Lisboa. Entre os que atingem as cercanias da Serra da Estrela, alguns estão legalizados, outros não. Mas a nova lei da imigração e as promessas de fiscalização do Estado estão a alterar as coisas. Mesmo na construção civil, onde a maior parte dos imigrantes em situação legal trabalhava um número de horas indefinido, de segunda a sábado, por cinco contos diários. Alguns patrões ganharam medo de lhes dar trabalho. Outros aceitam fazer um

contrato de salário mínimo. O que representa um corte no rendimento e mais demora nas poupanças. Por isso, também há imigrantes que hesitam em legalizar-se. Há quem prefira usar as redes de compatriotas, em comunicação por telemóvel, e movimentar-se pelo país ao sabor das ofertas. Hoje estão no concelho da Covilhã, amanhã podem estar no Norte ou no Sul, por indicação de colegas.

Mas é nítida a diferença entre o grupo de dez mulheres e um homem que a fábrica AC&B mandou vir com um contrato de trabalho de um ano e os imigrantes que vão chegando avulso, só com um malote nas mãos e sem estarem legalizados. No Paul, há mais dois ucranianos legais, com contrato numa empresa de mármore e granitos. Mas o JF contactou com imigrantes ilegais a trabalhar nas localidades da zona e constatou a diferença de alojamento e o clima de insegurança. Num andar com algumas camas, um fogão e as paredes negras de humidade vivem cerca de uma dezena de homens, alguns já legalizados.

Sacrifícios à parte, o Paul, com cerca de dois mil moradores, tem integrado com êxito o pequeno grupo de imigrantes. É possível ouvir gente da vila dizer que “eles precisam é de quem os ajude, não de quem os explore”. No Natal fez-se um peditório. A população entregou-lhes batatas, sapatos e cobertores. Lázaro,

40 anos, há 14 meses em Portugal e há cinco nos mármoreos do Paul, não tem dúvidas: “Aqui é melhor do que em Lisboa e no Porto. Há poucos moldavos e ucranianos. Somos todos amigos”. Quanto ao amanhã, ver-se-á. Imigrante a prazo não sabe o futuro.

9 de Março de 2001

José Ricardo Carvalheiro



V. MEMÓRIAS



// **Sacrifício de uma terra**

As lágrimas que salgaram as águas da barragem

A aldeia de Vidual de Baixo foi sacrificada em nome do progresso. A enorme barragem obrigou à saída dos seus habitantes. Mais de 60 anos depois há quem não esqueça o dia em que a água começou a subir

AS DÉCADAS pesam sobre estes vales, acorrentadas nas sombras que vigiam as aldeias, assombradas pela vingança dos tempos. São as memórias submersas, as manhãs vencidas. É o murmúrio da água que canta o fim, o anúncio da debandada. É o apagar da caminhada, o rasto da última pegada na lama onde se perpetuará o olhar. Estes foram os derradeiros dias de Vidual de Baixo. O grande empreendimento ergueu-se em direcção dos céus nos idos de 40; torre de babel em busca do paraíso do desenvolvimento prometido. A Barragem de Santa Luzia, elevou-se, transformou a paisagem, encheu os olhares, administrou admiração por todos. Lá no fundo ficou uma aldeia, Vidual de Baixo. A demanda pela memória atravessa, neste domingo de Janeiro, o denso nevoeiro matinal;

numa tentativa de resgate dos últimos que partiram da aldeia que o progresso sacrificou.

Ao pisar estas estradas, este chão, adensa-se a fronteira entre a palavra e a realidade efectiva. Terras de gentes que ficaram, terras de gentes que resistiram até à fronteira do limite; terras convidadas vezes sem conta para os banquetes dos desatinos do destino. São poucos, demasiado poucos, e cada vez menos para tanto território. As palavras vãs sobre o despovoamento do interior deveriam ser substituídas pelo pisar deste chão, pelo simples olhar em redor. A pena, a piedade sufragada por tão oca palavra usada e desusada segundo as conveniências momentâneas deveria ser alvoroçada, sim, nestes caminhos sem gente. Aqui perde-se a vontade de enunciar palavras gastas

sobre a interioridade. A realidade é encantadoramente mais dolorosa do que as palavras amestradas. E a realidade está aqui, dissimulada neste nublado dia. Pronta a quem a queira visitar.

Os cafés de Casal da Lapa, tal como a quase totalidade do país, aderiram à luta contra os fumadores, contra o fumo e seus derivados e tudo o que se assemelhe a uma ténue névoa alimentada a nicotina. Os poucos clientes cruzam o espaço em estrito cumprimento da lei, embora alguns tenham o ameaçador maço à mão. A rua é o caminho mais certo. Ao fundo, a barragem, e junto de nós o tempo que o cigarro fumado ao frio nos empresta para pensar. Em 1938, um decreto-lei veio a traçar o destino de Vidual de Baixo, uma freguesia rural e pobre de pouco mais de 150 habitantes. António Amaro Rosa, investigador da história do concelho de Pampilhosa da Serra escreveu no jornal “Serras da Pampilhosa”, que “apesar da “bondade” do legislador explanada ao longo do documento, o certo é que a prática veio demonstrar que todo o processo de expropriação de terras foi tudo menos consensual. Com efeito, as divergências foram tais, que frustradas as diligências da comissão arbitral constituída expressamente para o efeito e do processo judicial que se lhe seguiu nos tribunais, alguns intervenientes procuraram expor os seus pontos

de vista através da publicação de algumas obras sobre esta problemática”. Hoje, as histórias correm ainda sobre esse passado longínquo de um povo que teve que se disseminar pela região e pelo país, para fora do seu espaço e do seu tempo. As paredes das casas abandonadas ainda se vêem, por vezes, quando o leito da barragem o consente. Para lá do vazio remanesce o voo picado da lembrança, a auscultação de um pretérito que se quer fazer ouvir. Houve dias em que o vimos também, onde também pudemos deixar a marca na lama, uma pegada no tempo.

Este passo que nos conduziu a uma pesarosa passagem pelos dias, leva-nos ao encontro de um dos últimos sobreviventes da evacuação de Vidual de Baixo, terra pobre em terra esquecida. O progresso madrugou no século passado nestas bandas. No resplandecente cenário da Barragem de Santa Luzia, cruzamo-nos com António Tavares, nascido em Vidual de Baixo em 1919. Marcamos encontro com o passado, com a espuma dos dias. Num café, num momento de espera, num momento de insistência, encontramos a viva voz da memória que nos levará à terra seca, das cerejeiras, das hortas, das casas modestas que a barragem para si reclamou. Às lágrimas.

Viu a sua aldeia ser submersa

“Foi um alarido quando o pessoal teve que sair. Só se ouviam gritos”

“SE EU escrevesse um romance da minha vida... ai Jesus”. Palavras sábias as de António Tavares. A bater à porta dos 90 anos, de lucidez bravia, leva-nos àquela longínqua década de 40, à aldeia que o viu nascer e da qual teve que sair por causa da construção da barragem. A vida dele daria um romance? Parece-nos bem que sim. “Foi uma alarido nessa altura. Cada um fugiu para onde podia. Na altura chamaram para aí os bombeiros, sei lá, de Poiares, de Arganil, daqui. Juntou-se para aí tudo...”. A ideia era que ninguém ficasse para trás nem que se corresse o risco de acidentes neste esvaziamento da aldeia. Porque a vontade de muitos, senão de todos, era mesmo ficar em Vidual de Baixo e alguns só saíram mesmo com a água nos pés.

“Estava a custar a toda a gente sair do ninho deles. As pessoas já velhinhas, que estavam lá há tantos anos e terem que arrancar de cá para fora sem saber para onde. Alguns foram perguntar por novos terrenos para um lado e para o outro. Uns foram para a Pampilhosa, outros foram para o Fajão, os meus sogros foram para o Braçal, outros foram para as Malhadas... cada um fugiu para onde podia. Foram comprar terrenos. Foi um alarido... ai Jesus... Nem queira saber o que foi esse alarido quando o pessoal teve que arrancar todo de lá para fora. Só se ouviam gritos”.

À mesa do café, António Tavares faz desfilhar a sua vida. A emoção entranha-se no tom da conversa quando a sua aldeia é promovida a tema de conversa. “Muitos não sabiam para onde ir. Alguns foram para o pé dos filhos, não há dúvida nenhuma que foi uma miséria. Mas foi tudo resolvido.”

Uma história que ainda o marca: “o José Barata, coitado, só quando as pipas lhe começaram a rebentar com o sobrado é que fugiu. As pipas estavam vazias, eram grandes, de 700 e de mil litros, e começaram a flutuar. Eles quando viram aquilo tiveram que fugir, já de barco”. Um barco que ele manejava. Tínhamos cá um barco, uma jangada grande. Aquilo não tinha motor nem nada, andava devagarinho. Era a remos... tinha uns remos de quatro metros de comprimento, com dois homens em cada um, para transportarmos as pessoas e as coisas delas. Ainda havia muita gente... Alguns saíram primeiro, como estava a data marcada, mas alguns teimaram e não quiseram sair. Depois tiveram que sair, que remédio tiveram eles”. Eles e António Tavares. Assim se concluiu a história de um espaço e de um tempo, assim se fechou a porta do derradeiro capítulo de uma aldeia. “Eu morava lá adiante, mas tinha todos os dias um rapaz que trabalhava a remos que me ia lá a buscar e a levar. Nessa altura

ainda não havia motores a gasolina, era tudo a remos. Iam levar-me a casa à noite, ao fim do trabalho e iam buscar-me de manhã. Mas quando a água começou a subir muito, eu fugi também. Vim aqui para as casas da Companhia”, onde trabalhou grande parte da sua vida. Mas nem aí a água deixou de lhe atormentar o sono. “Uma vez estava na cama e começo a ouvir barulhos”. Os olhos alargam-se. “Perguntei a mim mesmo, o que é que se passaria. Tinha o meu filho mais velho no berço e já estava alagado na água. Já andava a boiar. Eu quando pousei os pés no chão, fiquei logo com eles debaixo de água. Agarrei no berço do meu filho e pu-lo logo em cima da cama. Ainda nessa noite fui ter com o chefe e ele chamou o chofer e levou-me para outra casa”.

Dedicou à Barragem de Santa Luzia parte considerável da sua vida. Muitos trabalhos e muitas horas e dias, que se transformaram em anos, muitos. A idade marcada para o encontro com o trabalho duro nem lhe permitiu que completasse os 14 anos. “Trabalhei na barragem desde o início, quando ela ainda estava na planta, até ao fim”. E continuou. “Trabalhei cá 43 anos, até ser reformado. “Depois da construção da barragem continuei cá, como encarregado. Plantei 1.600 pinheiros na zona da barragem com o meu pes-

soal. Também quando se partia uma linha eu ia arranjar-la. Se havia alguma avaria eu saía daqui e ia até ao alto da Panasqueira, até Casegas, até a Erada para arranjar a linha. Para aqui fiquei a trabalhar”.

Ficou e aos 88 anos, continua em plena actividade. É dono de um café e de um táxi. Acabou de renovar a carta de condução por mais dois anos. Até aos 91 tem permissão para continuar nas estradas. Depois logo se vê.

A estrada que agora percorre é a da memória, sentado na mesa de um café, com as árvores que plantou há mais de 60 anos em pano de fundo. Um murmúrio de saudade entoa-se, agora, por estas bandas, sugere-se por entre o casario e fixa-se no olhar de António. Recolhidos na quentura do café, onde os forasteiros curiosos pela aldeia que desapareceu são recebidos também eles com curiosidade, transformada em ampla simpatia. Uma fotografia breve para perpetuar o momento. Cá fora olha para as árvores que plantou em 1942. Estão enormes. Também elas resistiram a tudo, também elas viram o fogo passar à queima, também elas olham para o imenso vazio em que este interior se vai tornando. Também elas viram todas as partidas: também elas ouviram as palavras vãs.

Testemunho

“O povo acabou como os passarinhos: cada um para seu lado”

“ELES tinham oferecido ao povo de Vidual de Baixo seis mil contos e também falaram que iam fazer umas casas, mas o povo não quis aceitar”. Acabou “como os passarinhos, com cada um a ir para seu lado” e com “uma bagatela no bolso”, relembra António Tavares a propósito do afogamento da sua aldeia. Foram 64 fogos que acabaram por ter que ficar vazios, a que se somam as terras de cultivo e arrecadações agrícolas.

O decreto das expropriações da aldeia do Vidual de Baixo foi publicado no Diário do Governo I Série, n.º 103, de 6 de Maio de 1938. Foi um processo complicado. O preâmbulo do documento afirma que “a albufeira criada pela barragem a construir um pouco a jusante da povoação de Vidual de Baixo afogará por completo esta povoação, bem como todos os terrenos de cultivo que determinaram a afixação daquele aglomerado populacional, o qual terá de abandonar o local e talvez mesmo a região. Trata-

se pois de um caso especial que não deve ser submetido por completo à lei geral das expropriações”.

Embora as novas casas nunca tenham visto a luz do dia, o decreto do Governo assumia que “há que notar que muitos proprietários que têm o seu lar constituído em Vidual de Baixo ficarão absolutamente desprovidos de recursos, tendo de ir estabelecer em outras terras as suas casas e os seus novos campos de actividade. Ora não é justo que lhes seja apenas pago o valor das propriedades que serão obrigados a vender e o valor da casa que serão obrigados a abandonar. Cada proprietário em tais condições tem evidentemente direito a obter nova casa com as comodidades da que deixa; e se esta for velha e mal construída, mas for suficiente para abrigar o proprietário e sua família durante a sua vida, é evidente que deverá ser substituída por outra”.

10 de Janeiro de 2008

Nuno Francisco

// Pelos antigos caminhos do contrabando na raia

As histórias nascidas onde a escuridão era sobressalto...

As longas noites em que os contrabandistas e a polícia portuguesa e espanhola faziam marcação cerrada uns aos outros foram invocadas em livro. O JF foi descobrir antigos caminhos e antigos protagonistas

A POBREZA sempre foi um manto espesso que envolveu as aldeias da raia. Neblina invisível de pranto, de desesperos e carências, condicionando a entrada na vida real precocemente. A sobrevivência, a comida em cima da mesa, o mero acto de comer era ganho todos os dias tenazmente com as agrestes mãos penhoradas à enxada e à foice... Mas o pão era quase sempre pouco. E as bocas que o reclamavam eram quase sempre demais. 1930, 1940, 1950... Décadas longínquas estas, onde a oportunidade de complementar a vida assomava no outro lado da fronteira. O contrabando surgiu como uma das alternativas, de risco. Os trilhos, os pequenos socalcos, as árvores, os sons da noite, passaram a estar gravados nas memórias de quem fazia do contrabando a sua vida. A noi-

te era o abrigo, a porta misteriosa, onde, uma vez mergulhados na escuridão, as incertezas os tomavam de assalto. A Guarda Fiscal portuguesa, os “Carabineiros” espanhóis e os contrabandistas jogavam, noites a fio, ao gato e ao rato nos contrafortes das serras. As esperas, os “carregos” apreendidos, os sucessos e os insucessos do lado da lei e do lado do contrabandista iam-se sucedendo. Tanto podiam ser máquinas de costura, como simples pedras de isqueiro ou botões. Quase tudo o que fizesse falta no lado de lá e desse algum dinheiro, tentava-se passar para Espanha, ao arrepio das taxas alfandegárias. E assim foi durante décadas. Criaram-se histórias, mitos, lendas desta actividade. E os livros sobre a memória do contrabando também começaram a ocupar

o seu espaço nos escaparates.

“Para a maioria era uma questão de sobrevivência. O que estava em causa era uma população muito grande, duas ou três vezes mais do que a que existe hoje na região, e não havia recursos para tanta gente”. Quem o afirma é o sociólogo e vice-presidente da Câmara Municipal de Penamacor, António Cabanas, autor do livro “Carregos – Contrabando na Raia Central”, que recolheu dezenas de testemunhos de ex-contrabandistas e ex-guardas fiscais e nos dá um retrato minucioso do que foi esta actividade na raia. “A agricultura não dava para o sustento e as outras actividades, quer comerciais, quer industriais eram incipientes”. Logo a alternativa era o contrabando, “uma actividade muito lucrativa”, sendo que “foi por isso que a maior parte das pessoas na raia se dedicavam a ela. Era uma forma de ganharem dinheiro. Eles próprios dizem, muitas vezes, que nessa altura se passava muita fome”, mas sempre dando graças: “que nós aqui ainda tínhamos o contrabando”, ao contrário das aldeias mais longe da fronteira. António Cabanas explica que “pode-se até dizer que nas aldeias da raia mais coladas à fronteira era rara a família que não tivesse alguém no contrabando”, facto traduzido pela voz popular: “até dizem que só o padre é que não ia lá”. Talvez por isso “o contrabando, apesar de ser um ilícito

fiscal e até um crime que era punido, na altura, e em certos casos, com pena de prisão, era uma actividade moralmente aceite nas comunidades locais e até exaltada, enaltecida e os próprios contrabandistas eram vistos como verdadeiros heróis, pessoas valentes, cheias de coragem e destemidas”.

O sociólogo alerta também que o contrabando realizado nas aldeias da raia, apesar de muitos o poderem associar à transacção de produtos menos lícitos, não era assim: “uma das distinções que faço no livro é essa. Nas sociedades urbanas, tem-se, hoje em dia, essa noção do contrabando como alguma coisa de maléfico”, só que “na raia ele é visto de outro modo, porque ele serviu para a subsistência, para alimentar a família e depois também porque os próprios produtos que eram transaccionados, eram, normalmente, de base alimentar, e roupas, coisas que têm a ver com o dia-a-dia”. Hoje, os trilhos de outrora, as rotas desenhadas pelas noites cerradas de lua nova permanecem apenas com quem os fazia, ora do lado da lei, ora do lado de quem fazia o carregamento, o “carrego”, para Espanha.

E são esses os protagonistas que fazem muita da história e das lendas da raia. São eles que apontam o dedo no horizonte e traçam os caminhos imaginários que outrora percorriam. São eles que hoje se sentam à

mesa e compartilham horas a fio as histórias, que os anos passados não conseguiram apagar. Eles e os polícias de fronteira, cada um com o seu objectivo: uns a quererem passar por

todos os meios, outros no papel de barreira humana, fizeram parte da história de um Portugal que hoje é apenas uma memória.

Memórias do contrabando

«Sabes quantas letras tem o teu nome? É o número de açoites que vais levar!»

MANUEL (nome fictício), recentemente acordado da sua sesta pela reportagem do JF senta-se num banco na sua fresca garagem. Simpaticamente, oferece lugares aos convidados e prontifica-se a falar das suas memórias de contrabandista. Um exercício a que já se vai habituando, visto que um dos testemunhos do livro “Carregos” é precisamente deste homem de 73 anos, que aos nove já fazia travessias para Espanha, na companhia de um irmão seu, apenas com 11 anos. Histórias, muitas. Episódios, muitos. Marcas, muitas. Como uma tarefa que levou de um “carabineiro”. Tinha 16 anos. Fica a história, uma de muitas... que o espaço disponível não deixa registar. Contexto: década de 40 do século passado.

“Naquela noite éramos uns trinta e tal. Vinha eu e o meu irmão... Era uma noite de chuva. Tínhamos que entrar numa zona profunda e passar uma ponte... O meu irmão vinha na frente e depois de passar a ponte disse: «aquí vamo-nos sepa-

rar. Vamos manter 50 metros entre cada um». Eu e o meu irmão ficámos para trás e a comentar que aquilo era muito perigoso. Eles foram passando e nós ficámos a dar ordens. Separámo-los todos mais ou menos a 50 metros de distância. Eu e o meu irmão vínhamos a comentar se aparecessem os carabineiros, ficávamos sem uma data de carregos. E eis quando “o meu irmão dá um salto para a frente e eu nem senti nada... fiquei logo nas mãos de um carabineiro, que atirou comigo para o charco de água”. Manuel prossegue a história, descrevendo que “já não apanharam mais nenhum. Levaram-me para o posto, algemaram-me e meteram-me numa sala. Começou o interrogatório. Olhando para a máquina de costura que Manuel carregava, disse:

- A quem compraste isto?
- Não sei. Isto não é meu.
- Então de quem é?
- Vim ganhar o “jornal” para um senhor do Soito.
- E como se chama esse senhor?

- Não sei.

- E por onde passaste?

Disse-lhe como foi, que tinha ido carregar fora do povo, mas que depois passei por dentro do povo. E ele disse-me:

- É mentira. Ali moro eu e não te vi lá passar. Quantos anos tens?

Eu tinha 15 ou 16, mas quando éramos menores não nos levavam presos e disse que tinha 14 anos.

- Como te chamas?

Disse-lhe o meu nome.

- Quantas letras tem o teu nome?

Nunca as contei. E é verdade. Nunca as tinha contado... E o carabineiro disse-me:

- Olha, o teu nome tem 19 letras. Se não me dizes a verdade, vais levar tantos açoites como as letras que tem o teu nome.

Ele insistiu comigo, a perguntar-me onde passei...". Até que a paciência do carabineiro acabou e... Manuel começou a levar os prometidos açoites. "Umas vezes era com a bengala, outras vezes era com a

mão. Ele fartou-se de me bater".

Um tratamento que não agradou ao carabineiro que prendeu Manuel e que tinha acabado de regressar ao posto. Vendo Manuel no chão cheio de sangue, virou-se para o seu companheiro e disse-lhe: "não tens vergonha de bateres assim numa criança. Não tens direito de fazer isto. E quem tinha direito de o interrogar era eu, que fiz a detenção". Depois, recorda, chegou o cabo e voltou-se para o carabineiro que tinha batido em Manuel e explodiu também: "Com que direito fizeste isto? Pediste autorização para fazer isto? Não tens vergonha de deixar uma criança neste estado?"

A notícia correu e o pai de Manuel, para quem ele realmente trabalhava, não tardou no posto. Depois de duras conversações conseguiu libertar Manuel. "Quando me apanhei livre, não demorei meia hora a chegar aqui". Tanto que ele correu. "Nem olhei para trás", recorda, sorrindo.

27 de Julho de 2006

Nuno Francisco

// Volfrâmio de Peroviseu

O «mineral» perdido

A última coisa que José Donato imaginaria, nos anos 30, quando deixara subitamente de ser criança e andava com uma junta de bois a transportar volfrâmio, era que um dia viria a ser o dono do “Mineral”

O patrão, espanhol, era um Don Fernando com vida grande e descapotável branco, que guiava como se fosse para enfrentar um touro. Havia a casa com banheira e água quente canalizada, a lareira a granito e as vistas para a Gardunha, azul no contraluz.

Veio o fim da guerra e, com ele, o abandono da mina. Peroviseu foi esquecendo o Mineral e José Donato comprou-o, há coisa de oito anos, para arrecadação agrícola. Os que foram mineiros morreram novos, com o pó nos pulmões, e a mina está longe, no passado.

Dava trabalho e tirava saúde. A realidade das minas entra na história de quase toda a Beira Interior, ao longo do século. São inúmeras as escavações do ventre da terra, por toda a região. O volfrâmio foi miragem em tempo de miséria, mas durou pouco e, as mais das vezes, era explorado por grupos estrangeiros e pouco acrescentou ao subdesenvol-

-vimento em que se vivia. A quem trabalhava, faltava em recompensa o que sobejava em insegurança. Mas a alternativa era pior ainda: a míngua do pão arrancado às leiras.

A mina da Niza, em Peroviseu, conhecida por “Mineral”, foi uma das que fecharam em 1945. Ali, junto à ribeira da Meimoa, tinha-se descoberto um enorme filão de volfrâmio, conta José Donato, “estava o fogo preparado” para rasgar a rocha, mas o fim da segunda Grande Guerra levou “os espanhóis” a mandarem parar a busca do minério.

Bruscamente, partiram e não se voltou a ouvir falar da Sociedade Luso-Espanhola de Minas e Metalurgia. Foi a morte do Mineral, que por essa altura empregava 200 homens, mineiros, pedreiros e carpinteiros. A maioria era das redondezas, da Capinha à Fatela e Valverde, mas também vindos do Minho e do Porto e albergados numa feira de pequenas casas à boca da mina.

Com o encerramento, Donato, de nome verdadeiro José Dias Vicente, agricultor desde os nove anos, virou-se exclusivamente para a lida do campo e ainda hoje, aos 67, traz de renda os “Chaboucos”, mesmo em frente ao Mineral, passando a ribeira.

Já não há memória do início da exploração do Mineral. José Donato herdou a papelada dos espanhóis, onde há documentos que recuam até 1918, quando eram 12 os mineiros e os mais bem pagos ganhavam 1\$30 ao dia. Depois disso, a mina foi crescendo e tornou-se uma exploração com envergadura, gerida por um chefe geral, também espanhol.

Motores, fornos, separadoras, lavaria e depósitos punham a funcionar um mundo à parte, onde a electricidade chegou antes que se sonhasse com ela na povoação de Peroviseu. Os mineiros desciam, por um guincho, a um poço de 80 metros de profundidade e as galerias alongavam-se, a passar por baixo da ribeira.

Os escritórios e a luxuosa casa dos patrões estavam no centro do complexo, no mesmo edifício onde o cofre-forte, com meio metro de parede de cimento e janelas com barras de ferro, guardava o minério mais valioso fora do alcance dos operários. Para a separadora do Mineral vinha também estanho de

uma mina vizinha. E, conta Donato, o Mineral não era mais do que a extremidade de um império construído em Espanha, com minas de carvão tão grandes que “parece que tinham um comboio só para elas”.

O espanhol Don Fernando deve ter morrido de velho, na sua terra, e hoje mais não resta do que a carcaça do que foi o Mineral. Os edifícios, roídos ou transformados em armazéns agrícolas, deixam ver os assentos das antigas máquinas, o que resta dos fornos e as chaminés.

Há fardos de palha, milho a secar e sacas de batatas, algumas ferramentas, adubos e duas ou três máquinas fora de uso. José Donato é dono de uma ex-mina. No meio das oliveiras, o Mineral está, afinal, na encruzilhada de dois mundos: o da irrevogável morte da mina e o da agricultura artesanal, em luta pela sobrevivência. “A agricultura não dá nada, é um castigo”, lamenta-se a mulher de Donato, Maria dos Santos. A extensão de campos incultos lá está a confirmar as dificuldades.

O dono do Mineral, de forquilha sobre o ombro e boné de camponês, é dos poucos que ainda têm memória do labor da mina de Peroviseu. Os que trabalharam debaixo do solo já morreram. “Toda essa gente morreu cedo, que aquilo não era saudável”, diz Maria dos Santos. Morreram “atacadinhos, com aquele pó”, a que

os médicos chamam silicose.

O volfrâmio, que fez a riqueza de companhias estrangeiras e foi padrao para as gentes da terra, lá está, no subsolo de Peroviseu e um pouco por toda a Beira, mas provavelmente nunca mais ninguém lhe vai tocar. Diz Donato que a exploração da mina ainda está concessionada “aos espanhóis”.

11 de Junho de 1993

José Ricardo Carvalheiro

// Seis horas nas estradas nacionais entre a Beira e Lisboa

A estrada da memória nos despojos do progresso

Velhas estradas onde a distância para Lisboa se contava em horas e não em quilómetros. Regressámos às estradas nacionais. Sim, recuamos mais de 20 anos e fomos ao passado à boleia das curvas e contracurvas

DESENGANEM-SE. E avivem a memória. Ainda anda à solta esta vertigem sem freio aparente. Estamos no limbo onde os quilómetros são contados pelo relógio. “Falta uma hora, faltam duas horas, faltam três horas...”. Não faltavam quilómetros, faltavam horas. Ou melhor, sobravam quilómetros e horas. Lisboa estava à distância dos relógios e não dos conta-quilómetros. Reza a lenda que eram seis horas (no mínimo) para Lisboa e não 300 quilómetros: 300 mil metros. Esta era a definição correcta e precisa da realidade.

Esse tempo arredou-se e, indiferente, definhou no asfalto da memória. Por aqui ficaram os passos perdidos das intermináveis jornadas, do far-nel à beira da estrada, das fontes de água límpida que saciavam as sedes, as sombras do descanso, das curvas

e contracurvas até ao limite do enjoo, dos bizarros sinais triangulares com “z’s” a avisar o que aí vinha, das vetustas paisagens, das horas a fio em busca de um destino de perpétua lonjura. Uma hora, duas, três, quatro, cinco, seis... Da Beira a Lisboa. Cada quilómetro sofridamente desafiado pela perícia, sofregamente vencido no teste aos limites da paciência. Esta viagem não era para meninos, mas para detentores de barba rija. E, convenhamos, que em seis horas dá para se ganhar alguma barba.

Ar condicionado? Ficção científica. Vidros eléctricos? Só na “Galáctica”. Auto-rádio leitor de cd’s e Mp3, direcção assistida? Júlio Verne. RDS, ABS, e outras abreviaturas tais? Demências. Eram carros de barba rija para condutores de barba rija. Volante, pedais, caixa de quatro velocidades, piscas, rádio AM e FM e

leitor de cassetes (com sorte) e sofagem. Chegava. Bastava. Tens frio? Liga-se a sofagem. Tens calor? Dá à manivela e abre o vidro. Tens fome? Espera mais uns quilómetros, que sei de uma sombra boa para atacarmos o frango panado e até lá há uma fonte para matar a sede”. Estás desanimado? Tem calma... faltam quatro horas.

Esta era a viagem dos pontos de referência e das capelinhas. Um sítio indicado para tudo. Os audazes das nacionais, que cruzavam a Beira, Alentejo e Ribatejo até se chegar à lezíria que abria as portas de Lisboa, sabiam os melhores “spots” para tomar o pequeno-almoço ou almoçar, para beber água e abastecer as garrafas vazias, para esticar as pernas, para comprar as melhores bifanas ou para provar o melhor peixe do rio.

O progresso passou ao longe e fez a jornada até Lisboa transitar do patamar da aventura para o de passeio. Os de barba enrijecida pela necessidade e os que nunca colocaram pneu neste asfalto da aventura rejubilaram. Uns por experiência própria, outros pelo respeito pelas lendas. Rasgaram-se itinerários principais e auto-estradas, abriram-se áreas de serviço, abreviou-se e simplificou-se tudo na emergência dos dias. O tem-

po passou a ser factor relativo, entre uma ida e vinda a Lisboa no próprio dia. “Ir lá almoçar e voltar”. “Ir ver um jogo de futebol” e voltar. “Ir ver um concerto e voltar”. Antes, as frases começavam em “Ir a Lisboa” e poucos se atreviam a concluí-la com um ousado regresso no próprio dia.

Foi nestes despojos do progresso que encontramos a estrada da memória, caricatura de uma Beira demasiado longe de tudo e de todos. A tal Beira dos 300 mil metros até Lisboa e não a dos 300 quilómetros, onde cada metro tinha peso redobrado de uma insigne lonjura dada a esquecimentos profícuos e de fácil desculpa. Estávamos longe da vista e do coração do país. Hoje, continuamos longe da vista, mas, ao menos, estamos mais perto do coração. Muito mais. São 300 quilómetros para Lisboa? Sim, quase. Mas já foram seis horas para Lisboa. E a diferença está aqui. Fizemo-nos à estrada. Da Covilhã a Lisboa pelas velhas nacionais. Sem IPês ou auto-estradas a atrapalhar. Sem tédios. A caixa de velocidades e a embraiagem vão ter que suar e a nossa barba vai ter que crescer ao volante. Quantos quilómetros não sabemos, mas uma coisa é certa: são seis horas... pelo menos. Reza a lenda.

A saudade não paga portagem

O roteiro de uma viagem entre a Beira e as portas de Lisboa pelas estradas nacionais. Antes do progresso rodoviário nos bater à porta eram muitas horas no asfalto. De Vila Velha de Ródão a Vila Franca de Xira, em conversa com alguns daqueles a quem o tempo fustigou

VILA Velha de Ródão em fim de trajecto na Beira. A Covilhã já ficou para trás. Muito para trás. Estamos a acusar o choque do primeiro assalto súbito de memórias, das velhas curvas sobranceiras ao fundeiro Tejo em subida sinuosa e pouco submissa que nos levará a entrar no Alentejo, devidamente assinalado por vetusta placa. Nisa é o próximo ponto de referência. Estamos na ponte sobre o incontrolável Tejo, com as portas de Ródão à direita. Navegamos num postal e a marcha tem que ser interrompida no fim da travessia. Imperativo dos sentidos. É tempo de se descobrir um pequeno templo de contemplação. Queremos ver este rio. Na Nacional 18 que nos acompanha desde o início da jornada está plantada uma placa de idade respeitável. Em termos de estradas a Beira termina aqui, à saída da ponte de Vila Velha de Ródão. Lê-se: “Direcção de Estradas de Portalegre”. A subida está logo a seguir. Entramos no carro e telegraficamente vos informamos do que se seguiu: curva ataca com curva em direcção oposta. Folga. Curva ataca com curva. Folga. Curta, pois claro! Curva e contracurva. Curva para rematar. Estamos safos! Não. Outra. Sobe. Desce. Curva. Uma abandonada casa de canto-

neiros dá um panorama mais geral e situa-nos no nosso devido lugar como humilde ponto algures em mapa desdobrado. Na parede exterior, a preciosa informação pintada a negro: Nisa 7. Uma mal disfarçada correcção deixa transparecer “Niza”. Em baixo: Alpalhão 19. Não se vê nem se adivinha viva alma. Os cantoneiros são folha amarelecida de um diário aberto em ode a tempos idos, traduzidos na semi-ruína da casa amarela e branca caiada a informações quilométricas. Ninguém nas fontes, ninguém nas sombras. Ninguém nas casas dos cantoneiros. Ninguém em todo o lado. Ninguém. Neste breve parêntesis entre o ponto de informação e a entrada na vila alentejana, a primeira ultrapassagem do percurso. Não foi motivo de celebração, mas serviu de contestação do vazio que pulula por estas vias, agora reduzidas ao trânsito local. Não temos rádio. Quer dizer, fisicamente temos, mas as ondas do FM não chegam até ele, em parte por culpa nossa, porque nos esquecemos da antena. Também não temos CD’s para o leitor. Podemos ouvir a barba crescer. Não há tema de conversa para tantas horas. 11 e 37. Nisa. A soalheira Nisa. No centro da vila o sol é chamariz que

aproveitaremos para pedir informações, até porque este mobilizou possíveis voluntários em número considerável. Estão 11 graus e estes cálidos raios são dádiva. “Desculpe, qual é a estrada para Gavião?”. “Olhe, vá ali à rotunda e vire à esquerda... é pela velha estrada para Lisboa”. A velha estrada para Lisboa! Frase mágica. Sim, o prestável auxiliar de ocasião colocou-nos na rota certa: a Nacional 118 até perto de Gavião, onde faríamos uma inflexão à esquerda rumo a Ponte de Sor - o marco geodésico da viagem. Este é o caminho dos contrastes, das serras eivadas de luz, dos assomos de planície dos campos debruados a verde... das aves em voo rasante, dos pachorrentos tractores, do tempo a dar tempo a si mesmo na multiplicação das paisagens. Vivem-se solenes caminhares para o campo pelas bermas da estrada, sondam-se com o olhar os infundáveis ninhos de cegonhas, atravessamos aldeias com imperativos semáforos a controlar a velocidade.

E o tempo avança, cândido. E Lisboa tão longe.

Rosmaninhal. Hora de “esticar” as pernas. Rente à via, Maria Antónia Vital, alentejana de todos os costados, faz de sentinela à sua banca de venda de hortaliças e frutas. Laranjas, batatas, cebolas... tudo o que se arranja lá na horta. Já lá vão 33 anos, tempo de sobra para testemunhar a ascensão, glória e decadência da via. Com as novas ligações rápidas “perdi para aí 80 por cento das vendas. Os carros são já muito poucos, só os que vão para os lados de Portalegre. Os que vão para os lados

de Castelo Branco vão todos pela auto-estrada. Por aqui só passam aqueles que mantiveram o hábito de me comprar a fruta”. Há hábitos que nem as auto-estradas mudam. Nada que não se resolva com um desvio para ir até esta horta de Maria, à beira estrada plantada.

Debruçado sobre o seu carro está o filho, José, um árbitro de futsal a tratar da mecânica. A evidência é difícil de contrariar: “isto com as auto-estradas caiu muito. Mais de metade do tráfego perdeu-se”. As recordações tomam de assalto o discurso do árbitro que também guinava que nem gente grande por esta estradas: “quando comprei o meu primeiro carro fui até à Serra da Estrela pela antiga estrada”. Agora, “são mais os camiões para fugirem às portagens. E na altura do Natal há uns carros que vêm por aqui para fugirem ao trânsito... Fora isso, são só mesmo aqui as pessoas da zona”.

O voo das cegonhas sobre os campos do Rosmaninhal abre caminho para a decisiva etapa da viagem até Ponte de Sor. Serão cerca de quinze minutos até um dos pontos míticos da viagem: a cidade alentejana é o meio da viagem. São 12 e 40. Chegamos. A Avenida da Liberdade concentrava, até há uns anos atrás, um fervor dificilmente ultrapassável. Condutores e passageiros em demanda pelos inúmeros cafés e restaurantes que asfixiavam a principal via de passagem por Ponte de Sor. Carros e autocarros a vomitarem gente para felicidade dos comerciantes. Quem fez esta viagem sabe do sentido que Ponte de Sor tinha neste roteiro. “Senhores passageiros, Ponte de

Sor. Paragem de 15 minutos”. Solene e preciso. Infalível. Ponte de Sor era um porto nesta viagem entre Lisboa e a Beira. Olha as sandes, olha a bifana, olha o bolo... Hoje, este frémito do passado não tem colocação na película onde o presente se desenrola. A machadada foi dada com o rasgar das auto-estradas.

Vamos almoçar ao “Rei das Bifanas”. Sopa da pedra e bifanas acabarão por ser o menu ideal para reavivar memórias. Este negócio começou pela mão do sogro de Miguel Silva que, agora, gere juntamente com a mulher. Aos 37 anos, Miguel constata que “a A23 veio fazer a diferença” neste negócio da comida rápida. “As auto-estradas quando são pagas não fazem muita diferença, mas quando não são...”. “Apesar de tudo ainda há pessoal da vossa zona a passar por aqui, que vai para a margem sul”. Mas “isto não é nada como era antes. É muito diferente, perdeu-se para aí 50 por cento”. Perdeu-se também, algures, o refúgio da palavra, os celebrados encontros de ocasião.

Sandra recorda que “nos sábados e domingos chegávamos a ter aí 50 autocarros. Éramos cinco pessoas atrás do balcão e não dávamos conta disto... agora são um, dois...” Tal como são dois atrás do balcão. “Todos estes edifícios que estão nesta avenida há dez anos estavam a trabalhar e, hoje em dia, fecharam dois aqui ao lado e não voltaram a abrir. Há aqui outro que era café e também fechou... Lá ao fundo também fechou. Aqui na avenida, pelo menos cinco cafés fecharam...”, acrescenta Miguel, fazendo a sua própria viagem mental

pela rua que acolhe este negócio há décadas. Mas ainda há súbditos do Rei das Bifanas que saem da auto-estrada e aqui vêm prestar vassalagem. “Quando não têm pressa, vêm por aqui”. Ri-se. E assim não dá aval à entrada da desgraça. Não abdica do trono. Obrigado. A sopa da pedra estava excelente. As bifanas do Rei das Bifanas também. Felicidades.

13 e 45. Rumo a Mora. Serão cerca de 45 minutos de viagem, menos rugosa, mas igualmente dada a abandonos, como o restaurante “O Manjar do Comandante”, cuja ruína se instalou mesmo junto à estrada. No centro da cidade alentejana, António Baptista mete combustível com parcimónia que os seus 69 anos lhe permite. “Isto antes da auto-estrada era uma coisa

. Antes havia mais trânsito. O trânsito para Norte já passa menos de metade por aqui”. “Antes”, sempre o “antes” a entrar nas conversas... o “antes” de quando estas estradas eram importantes, nacional atrás de nacional, entrelaçando-se, dando as mãos, levando e trazendo gente e gentes para bem longe. Das Beiras à praia, com o Alentejo como testemunha. “Isso era para aí filas de carros. Era muita gente”. O era e o é. E o que falta? Falta muito. Ainda. Sigamos para Coruche, pelos extensos campos do um Ribatejo que se vai adivinhando. “Seis magníficos Touros. Seis”. Aqui e acolá, desgredados pelo tempo, os cartazes da festa brava acumulam-se em lugares prováveis e improváveis.

14 e 45. Faltam 100 quilómetros para Lisboa. A recta do Infantado

aparece-nos às 15 e 30. Entramos na Nacional 10. As coisas começam a piar mais fininho. Lisboa pressente-se, o tráfego aumenta exponencialmente. Com cinco horas de viagem já contabilizadas, avançamos rumo a Porto Alto e depois para Vila Franca de Xira, pela qual entraremos ao cruzar o Tejo pela Ponte Marechal Carmona. Nos tempos já reféns do pretérito o cruzar desta ponte era a entrada efectiva em Lisboa. Era um fim de viagem antecipado. A partir daqui não avançamos mais. A A1 está já ali, infrene.

É o fim da jornada. Entramos na Marechal Carmona precisamente seis horas depois do início da viagem. É a lenda, sabiam?

4 de Fevereiro de 2010

Nuno Francisco

// Cheias

Memória do Zêzere, quando levou a barca

Há 40 anos, uma cheia do Zêzere levou um barco rio abaixo e matou duas jovens. A memória da tragédia permanece viva entre o povo de Alcaria, Vales do Rio e Dominguiso. Depois do acidente, ainda foi preciso esperar 36 anos por uma ponte. Um recuo no tempo e um retrato de como a vida era radicalmente diferente há apenas quatro décadas

Segunda-feira, 27 de Janeiro de 1958.

Chovia que Deus a dava. José Pereira Godinho vinha a senti-la nos ossos, gelada, enquanto caminhava ao lado da junta de bois, vestido no seu melhor fato, o de ir ao mercado. Chegou a Alcaria começava a cair a noite.

Olhou o rio e viu-o a engrossar, castanho. Ouvia-se o marulhar das águas. Do outro lado, o Dominguiso e a sua terra, Vales do Rio. Foi descendo à margem, abeirando-se do barco de passagem, uma embarcação de madeira com seis metros de comprimento. “O rio vai muito forte”, disse-lhe o barqueiro, “os bois não podem passar”.

Lá arranjou onde guardar a junta (comprara-a por seis contos e quinhentos no Fundão) e voltou à

margem. A chuva continua a cair, certa e pesada. O rio a crescer, fazia remoinhos. Na corrente passavam ramos, paus e silvas, levados pelo diabo. Cheirava a terra ensopada.

Uma dúzia de raparigas dos Vales estava para embarcar, entre elas Patrocínia Mateus, de 22 anos, e Patrocínia Madeira, de 16. Eram trabalhadoras do armazém de sucata e trapos, em Alcaria, passavam o rio todos os dias.

Os homens passaram algumas raparigas às costas para dentro do barco (“porque não se podiam molhar”), eles com os pés e as pernas metidos na água. Estavam umas 15 pessoas, ao todo. Os dois barqueiros pegaram nas varas e nos remos. Começou a travessia, sob o céu baixo e negro.

Já mal se via. O barco tomou o impulso da corrente e fez a diagonal ao rio. Num par de minutos chegou à margem direita. O barqueiro José Augusto Machado saltou e prendeu a corda ao paredão. Mas a força das águas esticava a corda até a fazer vibrar. A gente a pôr-se em pé na embarcação e o barco a querer fugir. E então a corda cedeu.

De repente, o barco deu “um coice” que atirou meia dúzia de raparigas borda fora. José Pereira Godinho ouviu os corpos a baterem no rio e sentiu-se a entrar no frio da água. Quando pôs a cabeça de fora tinham-se soltado os gritos de pânico. O barco, à deriva, era arrastado rio abaixo com seis ou sete pessoas.

Dentro de água, as raparigas lutavam com a corrente, agarrando-se às salgueiras. Ninguém sabia nadar. Na margem, o barqueiro José Augusto Machado escutava os guinchos e via os vultos a espadanarem, na semiobscuridade. Meteu-se no rio até onde pôde e foi puxando uma e outra, cinco ou seis, no final. Arrastado para longe, José Pereira Godinho pensou que se lhe acabava a vida aos 26 anos, vestido no melhor fato. Conseguiu-se agarrar às salgueiras, mas as árvores tapavam-lhe a saída para a margem. Foi descendo o rio, de ramo em ramo, até dar com um cômodo: entrou nele

e “a água amansou”.

O barco, esse, lá ia. “Para o mar” ou “para o fundo”, pensava Ana Pereira, de 18 anos, ainda a bordo. Já deitara a mão a uma colega que vira na água, à beira do barco, e já socorrera outra a quem o safanão do barco partira uma perna e deixara pendurada, no meio das tábuas, meio na água (e que se agarrou a ela “como um animal” em desespero). Agora via as margens passar. O barco já andara 500 metros.

De repente, rompera-se o silêncio lá em baixo, no rio. Lurdes David estava na quinta e ouviu os gritos a encherem os campos e a chegarem por entre as oliveiras. Mais gente terá ouvido, no Dominguiso, porque começou a acorrer pelos caminhos abaixo. Augusto David, de 19 anos, intuiu o acidente, pegou num calibre e largou a correr. Foi direito à Paiã, um bocado abaixo do embarcadouro. Quando chegou ao rio, tinha o barco à sua frente. Atirou a corda aos passageiros e aguentou firme. O barco aproximou-se da margem, até que todos puderam agarrar-se aos salgueiros. Estava imobilizada a embarcação. Depois, foi puxá-la e resgatar as pessoas. Era quase noite escura e não parava de chover. Contaram-se os presentes. Faltavam duas raparigas: Patrocínia Mateus e Patrocínia Madeira.

Os sobreviventes subiram aos Vales, atarantados, saídos de um pesadelo. “Como que estive dois dias maluco, na cama”, recorda José Pereira Godinho. No rio, o povo das aldeias ribeirinhas procurava as duas desaparecidas em vão. Três dias depois apareceu o corpo da mais velha, entre o Peso e a Coutada, “com o crucifixo na boca e as faces cor-de-rosa”. Nas ruas dos Vales rezou-se o responso durante um mês, com gritos de mágoa pelas vítimas. Só dois meses depois, quando o rio voltou a encher, foi recuperado o corpo de Patrocínia Madeira, muitos quilómetros a jusante, em Dornelas do Zêzere.

Três de Fevereiro de 1998. O céu está negro e o Zêzere volta a ir cheio. Passa-se cinco metros acima das águas, a ouvir o rodar dos pneus no alcatrão. Em vinte segundos está galgada a barreira líquida que fez a tragédia de há 40 anos. A ponte sobre o Zêzere, recente, só foi construída 36 anos depois do acidente. Deu tempo para José Pereira Godinho ir para França e voltar (“estive 28 anos em Paris – e não sei ler”).

“Agora, o rio está diferente”, diz na varanda de casa, a ver o sol romper as nuvens, “têm-lhe tirado muita areia”. Recebe o sol no rosto e aponta o leito do Zêzere: “era d’além que o barco saía e era ali que chegava, ainda lá está um bocado do paredão”. Quarenta anos passados, o dia

do acidente exacto na memória. “Perdi os anéis, o relógio de bolso e a carteira com um conto de reis. E o melhor fatinho que tinha ficou todo às fitinhas”. Não ter perdido a vida “foi um milagre”.

O 27 de Janeiro de 1958 é o nó de tragédia a pontuar o fio de vidas duríssimas. O quotidiano roçava o drama. Ana Pereira e as colegas passavam “muitas vezes o rio a pé, com a água pela barriga e pelo peito”, para irem ganhar “menos de 13 escudos por dia”. Chegavam à outra margem e limpavam as pernas com um farrapo. “Passava-se cada coisa”, recorda. “E não se comia como agora – nem os ricos!”

O rio era um obstáculo. Pontes, só a de Pedrinha. De resto, havia as barcas de passagem: em Alcaria, no Peso, no Barco, em Silvares. A barca pertencia a uma confraria. Os barqueiros “arrematavam-na” para ganharem a vida com ela. Os passageiros regulares pagavam “propinas”, alguns em géneros: meio alqueire de milho por ano.

A mobilidade era reduzida, o isolamento era enorme. Andar a pé não era desporto. Noutras paragens, já o Homem preparava a ida à lua. Na Europa, a economia fervilhava, circulavam rápidos os automóveis e os comboios. Em Lisboa construía-se o metropolitano. Tudo muito longe, longíssimo, das aldeias da Beira.

Aqui, o barqueiro José Augusto Machado “passava cem cabeças de gado em duas vezes”, garante. “E cheguei a meter mais de 30 pessoas”. Às vezes, a corrente puxava muito e “o barco ia rio abaixo”, só acostava para lá do embarcadouro. “Vínhamos pelas levadas e depois eram dias inteiros a safar bois e cabras”.

“**Foi** um azar”, diz Ana Pereira, “já tínhamos passado o rio com mais água do que naquele dia”. “Não sei se a corda rebentou ou se foram eles que não tiveram força para a segurar”. Enfim, aconteceu. E o luto ficou em brasa na memória.

Quatro décadas depois, os sobreviventes espantam-se: “É a primeira vez que vem cá alguém por causa disto”. Há 40 anos, a aldeia chorou as mortes e sarou as feridas, sozinha consigo mesma. Naquele tempo,

o Estado era apenas repressivo. Só aparecia para domesticar, quando era preciso. A sobrevivência, as condições de vida (e de morte) eram coisas da comunidade. (Nem reformas havia.) Por isso, depois da tragédia do rio, o Estado manteve-se ausente. Não veio dar a mão às famílias, a aliviar a dor. Também ninguém sentiu a falta, habituados que estavam a haverem-se sozinhos.

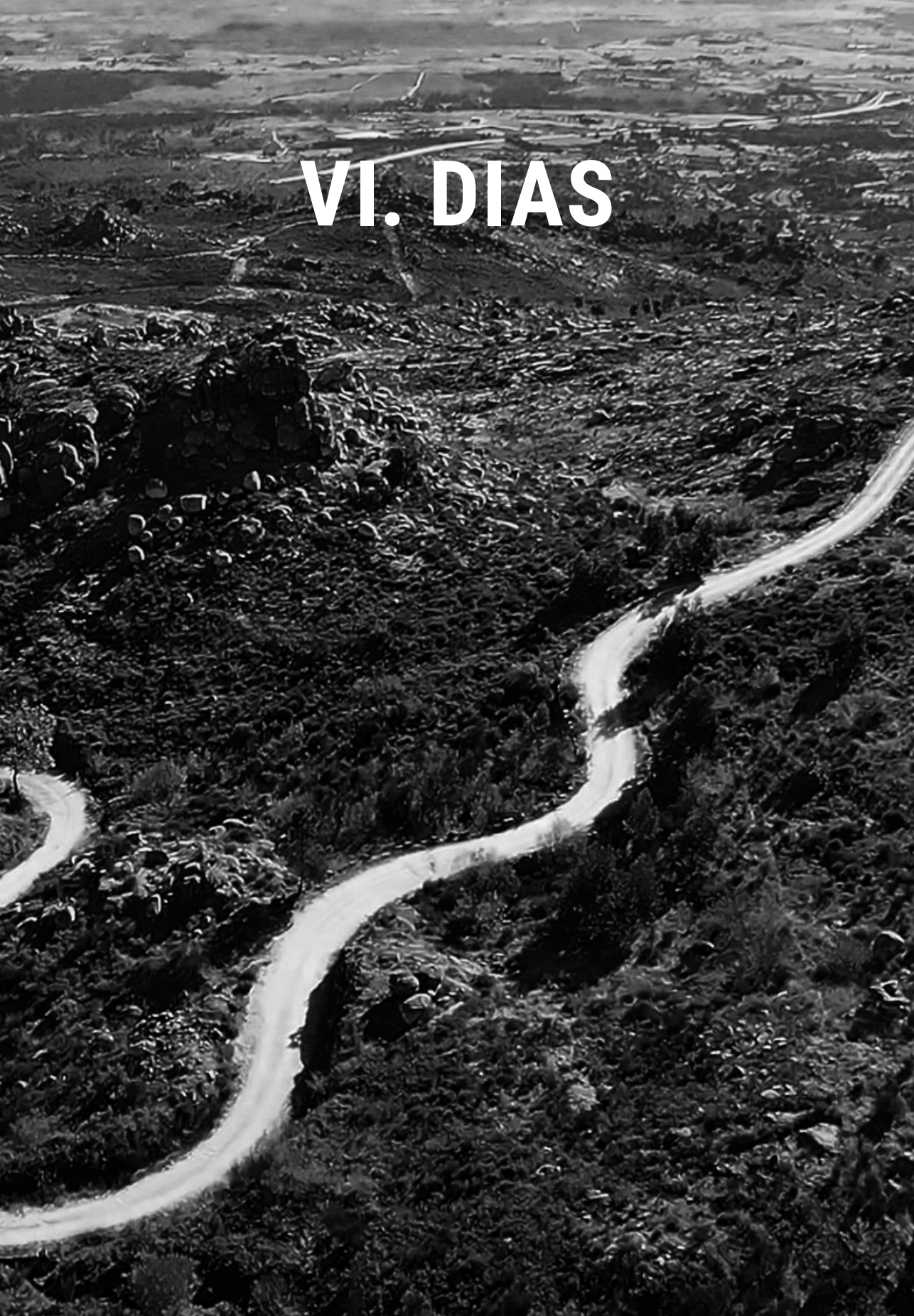
“Se não morri daquela vez, se calhar não morro mais”, diz Ana Pereira. A ironia faz parte do jogo da vida. Mas há coisas que não se esquecem. O velho barqueiro ainda vê as duas raparigas a caírem de costas e a desaparecerem no rio. “Andavam para se casar”. Quando recorda o acidente, deixa correr as lágrimas. “Até lá perdi uma bota”.

13 de Fevereiro de 1998

José Ricardo Carvalheiro



VI. DIAS



// Democracia de alta rotação em Porto de Ovelha

Como eleger um presidente da Junta em nove minutos

Na aldeia natal do Procurador-Geral da República, Pinto Monteiro, as eleições são por plenário. Os boletins de voto são improvisados. Na Beira Interior, há muitas freguesias que, por terem menos de 150 eleitores, têm eleições em moldes excepcionais. São terras sem gente

São insondáveis os caminhos de uma democracia de alta rotação em zona de baixa densidade. Tão insondáveis quanto extraordinários. Tão perfeita quanto possível. Este é o Portugal dos que partiram, esta é a terra da saudade perpétua, pátria da incessante procura da esperança, do dia-a-dia vivido na solidariedade entre os que ficaram. Estas são as aldeias que alimentaram a emigração, o país desequilibrado, e que se submetem, agora, à razão da mínima. São aldeias onde até o ritual de votar assume formas excepcionais. São as aldeias onde as assembleias de freguesia são eleitas por plenário de cidadãos eleitores. São aldeias de memória, da recordação dos “jogos do cântaro”, dos “bailaricos”, da vida que deu lugar à ruína das casas, ao

abandono das ruas. Algo foi implacável por aqui. Mas não se atribuem culpas. Culpar quem? Culpar o quê? A imperturbável marcha do tempo? A desesperança? As condições de vida cruéis que empurraram gerações para a emigração? “Logo agora que as aldeias estão tão bonitas...”, dizem-nos, estão tão povoadas de silêncios. Logo agora.

Por toda a Beira Interior, com especial incidência no distrito da Guarda, são dezenas as freguesias com menos de 150 eleitores inscritos, não sendo difícil de adivinhar que muitos deles nem sequer estão presentes. São freguesias onde a falta de eleitores impede a constituição de uma assembleia de freguesia. São estas aldeias que merecem o carácter de excepção. Votam para a Câmara

Municipal e Assembleia Municipal tal como todas as outras, mas as suas juntas são eleitas por plenário até 20 dias depois da data oficial das eleições autárquicas. Só no concelho de Almeida, das 29 freguesias, 13 elegem a sua Junta de Freguesia por plenário, em Pinhel cinco, duas em Meda, cinco no Sabugal, sete na Guarda, quatro em Figueira de Castelo Rodrigo, duas em Fornos de Algodres... Este mapa do voto é o mapa do despovoamento. Cada plenário, a sua intensa materialização. Por estas terras de Almeida, de resistências históricas, de gentes heróicas, de frente para Espanha, para a Europa, as primeiras a sofrer impactos de invasões, a colocarem-se no caminho dos exércitos de Napoleão, são as mesmas que viram partir os seus para além do que a vista alcança. Por onde chegavam invasores, esse mesmo horizonte ameaçador, tornou-se, em meados do século passado, ideal de oportunidades: França, Alemanha, Suíça...

Vamos lá então a isto...

Porto de Ovelha. Estão 92 eleitores inscritos na freguesia-natal do actual Procurador-Geral da República, Pinto Monteiro. Muitos deles não residem na freguesia. Estes 92 eleitores estão convocados, por edital, para no dia 18 de Outubro, às 15 horas, escolherem os seus representantes para a Junta de Freguesia.

As últimas eleições foram feitas por votação de braço no ar. Votaram 39 cidadãos. Mas estas serão diferentes. Ponderou-se e este ano será diferente: é na urna que vai ser depositada a arma do povo. O largo em frente à sede da Junta de Freguesia ganha alento com a chegada da hora do acto solene. Como foi abandonada a ideia de se cumprir esta eleição por votação pública de braço no ar, como até aí tinha sido a tradição em Porto de Ovelha, eram precisos boletins de voto para se introduzirem na urna... e isso é coisa que não há! Não há, mas fazem-se. A democracia também é improvisado. Folhas A4 em branco dão um belo boletim de voto para este plenário. Um dos elementos da Junta de Freguesia cortou as folhas em pequenos rectângulos e colocou-os em cima da mesa. Já há boletins de voto. Como só se adivinha uma lista concorrente não se escreve, para já, nada. Se aparecer, procede-se a sorteio e escreve-se no papel em branco as listas. A democracia é simplicidade de actos.

Não aparece rival. António Sacadura Pereira, o actual presidente da Junta de Freguesia, militar da GNR na reforma, tem caminho aberto para a reeleição. Às 15.05, o presidente da Assembleia de Freguesia, Joaquim Gomes, dá início ao acto. A sede da junta está à pinha. Eleitores e não eleitores ocupam os bancos da igreja em frente à mesa dos eleitos. Durão

Barroso, em foto oficial de Primeiro-Ministro (sim, ainda lá está) dá a bênção ao acto. Mas desde Bruxelas. Lê-se a constituição da única lista a votos: o presidente, o secretário, o tesoureiro e o suplente da Junta de Freguesia, o presidente, primeiro e segundo secretários e suplente do Plenário. Oito elementos. Pelo sim, pelo não, decide-se aguardar mais uns minutos, não vão aparecer mais oito nomes para a corrida, facto em que ninguém parece acreditar muito. Mas a democracia está a cumprir-se em todos os parâmetros. Espera-se e volta a esperar-se. Porque a democracia é paciente.

Ok. Pronto. Basta. Já chega de espera. Em terra de Procurador-Geral da República, a concorrência não foi como a justiça: tardou e... falhou. Há só uma lista. “Mas esta lista representa que partido?”, questiona a mesa um dos cidadãos do plenário. “Nenhum. Somos independentes”, solta-se do outro lado. Dúvidas desfeitas, urna em cima da mesa. Argumentação fechada. Vamos a votos!

Explicações prévias. Cada cidadão eleitor de Porto de Ovelha irá receber um papel em branco. Quem for a favor da lista apresentada escreve uma cruz no boletim de voto improvisado. Quem não for a favor, naturalmente, deixá-lo-á tal como está: em branco. Dobra-o e mete-o na urna de voto.

Antes disso terá que se assinalar no caderno eleitoral da freguesia os votantes, pelo que se identificarão na mesa antes de receberem o papel. Dúvidas? Nenhuma. A democracia é límpida.

15.15h. Toca a votar. Os eleitores começam a identificar-se perante os elementos da mesa e a receber os papéis em branco. Entram na cabine de voto vigiada por Durão Barroso e de lá saem escassos segundos depois. Novo teste à mesa: “Dobra-se o voto ao meio?”. Nova dúvida desfeita: “Dobra-o de maneira que não se veja o que fizeste”. A democracia é resoluta.

Depressa a apinhada sede da Junta de Freguesia se esvaziou. Fim da votação. O último eleitor coloca o voto na urna às 15.24. Nove minutos, estão os votos depositados e a eleição terminada. Uma abstenção oficial a rondar os 70 por cento. Mas não vivem aqui 92 pessoas maiores de 18 anos. Longe disso.

Passo seguinte: a abertura da urna e a contagem dos votos. Primeiro dado de relevo: não há votos em branco. Todos os que votaram depositaram total confiança na equipa presidida por António Sacadura Pereira. Todos os boletins tinham cruces: umas maiores, outras menores, umas ao centro, outras discretas nos cantos. Mas elas lá estavam. Quantos votaram? Primeira contagem: 27 votos. Mas nos cadernos só tinham sido

registados 26 eleitores. Recontagem: 25 votos. Mau! Conta outra vez: 26 votos. Ok. Confere com os cadernos. Pelo sim, pelo não, nova contagem: 27 votos. Outra vez! O fino papel do improvisado boletim de voto estava a pregar sucessivas partidas aos elementos da mesa, com os votos a colarem-se uns aos outros. A democracia é persistente. Recontagem. Eram mesmo 27, mas estavam 26 eleitores descarregados nos cadernos. Faltava um. A democracia é

misteriosa. De um *brain storming* de emergência fez-se luz: um elemento da mesa não deu baixa do seu nome no caderno. Esqueceu-se. Mistério resolvido. Saem os resultados do plenário: 27 votantes, 27 votos na lista proposta. A democracia é plena. As boas gentes de Porto de Ovelha tinham dado, à sua maneira, uma lição de democracia, num acto de correcção e exemplaridade extrema. Para memória futura: em Porto de Ovelha, a democracia é de todos.

Jardo também foi a votar

Aldeia dos dez habitantes e das memórias presentes

Este é o retrato de um país longínquo, um itinerário pelo esquecimento. O habitante mais jovem desta aldeia tem 41 anos, informação apurada e confirmada junto dos populares que esperam por uma carrinha da Câmara Municipal de Almeida para os transportar até ao plenário em Porto de Ovelha.

Início de tarde em Jardo, aldeia anexa à sede de freguesia. Tem dez habitantes, dizem-nos. A maioria deles espera, ao sol de Outono, para votar. Uma aldeia que vai votar a dois quilómetros cabe numa pequena carrinha. António Pereira Inácio, o tesoureiro da Junta da Freguesia, vive aqui. “Em Agosto tinha mais de 50 pessoas em casa. Só da minha família. E ainda faltaram dois”. Em

Agosto, a casa do tesoureiro albergou cinco vezes a população que a aldeia tem. A terra está cuidada – talvez como nunca tenha estado – e até o forno comunitário foi alvo de atenção, embora não haja ninguém para lhe dar uso. Apenas, em Agosto. Os arruamentos estão impecáveis. Mas é indisfarçável as casas em ruína que habitam esta aldeia. Os despojos dos que saíram são memória viva, cravada no quotidiano. O abandono e a ruína feita augúrio. “Chegou cá a haver 35 raparigas”, diz um popular que partilhava conosco o assento no muro. Os jogos, os risos, os “namoricos”, esses, estão reféns do passado.

A votação de braço no ar dá lugar à urna de voto e aos boletins feitos na hora

António Sacadura Pereira foi reeleito presidente da Junta de Freguesia de Porto de Ovelha. Desta vez não foi de votação de braço no ar, mas os resultados não deixaram de ser conclusivos: a unanimidade dos que votaram. Mas nem por isso estava eufórico. O dia continua, tal como ele, sereno. Estava cumprido o acto eleitoral. A vida continua e cá fora as conversas já se dispersavam pelo estado do tempo, que ameaçava mudança, e a saúde dos campos.

O presidente de Junta explicou que a tradição de voto com braço no ar foi

interrompida este ano porque “me informei e disseram-me que a lei não previa, neste caso, votação de braço no ar. Gosto de cumprir com a lei e fez-se voto na urna, voto secreto. Assim, as pessoas ficam à vontade”. Quanto ao imprevisto dos boletins de voto, António Sacadura Pereira explica que “se explicou e as pessoas concordam com esse voto. Acho que toda a gente concordou. São votos válidos como os outros”.

Foram-no, sim senhor. E, como tal, temos presidente de Junta.

22 de Outubro de 2009

Nuno Francisco

// Crime

Álcool e violência na madrugada*

Um casal de sexagenários foi agredido à catanada quando estava na cama e tinha 62 contos em casa. O suspeito agressor foi um colega de quinta. Estava embriagado e acabou por fugir num tractor. Não roubou nada, mas cortou seis dedos a uma das vítimas

A madrugada de 2 de Abril ficou marcada a sangue na Quinta do Cabeludo, junto ao Ladoeiro, concelho de Idanha-a-Nova. A principal vítima foi Guilhermina Rosa Rodrigues, trabalhadora rural, 66 anos. Perdeu quatro dedos da mão esquerda, duas pontas da mão direita e sofreu vários cortes nas faces e no couro cabeludo, além de nódoas negras no corpo. Internada há duas semanas, já passou pelos Hospitais Universitários de Coimbra, devido à gravidade dos ferimentos. “Agora já está bem, mas não se tem de pé”, diz a filha Celsa ao descer da mota, acabada de chegar da visita ao Hospital de Castelo Branco.

Atacado na mesma cama foi Manuel Rodrigues, pastor, 60 anos. Menos vitimado do que a mulher, diz que

não se recorda de nada. “Só me lembro de acordar no hospital e dizer ‘eh pá, o que é que eu estou aqui a fazer’.” Refeito do susto, já monta a égua na campina ondulada. E mostra o golpe que a catana lhe fez no pescoço.

Guilhermina Rodrigues apareceu lavada em sangue. O único suspeito da agressão é um jovem que trabalhava na mesma quinta, natural de Póvoa de Rio de Moinhos. O agressor, de 25 anos, acabou por se entregar no posto da GNR em Tinalhas e já foi ouvido pelo Tribunal de Idanha-a-Nova. Aguarda julgamento em liberdade. O jovem terá confessado a autoria do crime, mas terá dito que se encontrava embriagado e que não se lembra de como as coisas se passaram.

* Texto publicado no JF com o título “Cortou seis dedos a sexagenária do Ladoeiro”, por decisão editorial alheia ao repórter.

Talvez por isso, nas redondezas circulam versões para todos os gostos. Uns dizem que o jovem estava a tentar roubar o tractor quando o casal o surpreendeu. Outros conjecturam sobre uma eventual agressão do marido à mulher, que depois teria pedido socorro ao jovem (e apontam a mancha de sangue numa parede exterior).

Mas já há um confessado agressor. Entrou de madrugada em casa alheia, onde o casal de vítimas guardava 62 mil escudos dos salários recebidos na véspera. Se foi para roubar, acabou por sair de bolsos vazios. Fugiu num tractor da quinta. Na pressa, dizem que nem lhe tirou o 'rodo'. O tractor só apareceu em Alcafozes. E a arma do crime nunca foi encontrada. O jovem tê-la-á lançado a uma barragem.

Manuel Rodrigues diz que nunca tinha tido problemas com o agressor. Terá sido para roubar? "Não sei". Tinha lá muito dinheiro? "Tinha. Eram 60 e tal contos". O valor das notas é sempre relativo.

Na zona comenta-se que o jovem já tinha estado internado com problemas do foro psíquico, mas o JF não conseguiu confirmar esta indicação junto de fontes oficiais. O agressor era trabalhador temporário na

Quinta do Cabeludo, pouco conhecido na zona. Má sorte para o casal de idosos, dormir paredes meias com o perigo. O álcool terá despoletado a loucura. Ia dando em morte. Mas a vida continua.

Manuel Rodrigues continua sobre a égua. Quantos anos tem, senhor Manel? Ele, que ouve mal, puxa logo da carteira. Entrega o bilhete de identidade como se cumprisse uma obrigação. Mostre lá o corte do pescoço! Dizem-lhe para descer, para a fotografia. Mas não, assim fica mais bonito, em cima do bicho, a sentir os cascos no asfalto.

Quando é que isto sai no jornal? Pergunta a filha a regressar à mota (onde viaja com marido e filho, um garoto loiro que segura um pedaço de pão). Digam lá se a vida não é injusta. Há figurões que aparecem todos os dias na TV. A outros, é preciso que os ataquem à catanada. Mas, ainda assim... também temos direito. Lá fica a Quinta do Cabeludo, na sua paz às vezes enganadora. À espera da dona Guilhermina. Foram-se os dedos, ficaram os poucos contos de réis. Já há microcirurgias, reimplantes, milagres das ciências da saúde. Mas só às vezes. Há vítimas da vida a quem resta olhar as oliveiras. Com esforço, consegue-se vê-las crescer.

// O povo foi a exame. Cada tiro cada melro

Os deputados Morão e “o tipo da Renascença”

Entre negas, Joaquim Morão sugerido como deputado. Ribeiro Cristóvão foi o único dos eleitos por Castelo Branco apontado como tal

Isto anda mau. Pelas ruas da amargura, mesmo. A popularidade dos deputados da nação anda por baixo, pelo menos pela amostra. Cada tiro, cada melro.

São cinco os deputados eleitos pelo Círculo eleitoral de Castelo Branco, quatro pelo Partido Socialista e um pelo Partido Social Democrata. Cinco. Cinco nomes que passam ao lado de quase todos os inquiridos. O alcance da sabedoria política popular acaba quase sempre no representante máximo nos Paços do Concelho. Quem são os nossos deputados? Ui, ui...

Fundão. 2 de Abril. Jardim da Praça do Município. Invariavelmente, o olhar inquire-nos. Este tipo está a gozar connosco ou é um novo tipo de burla? O olhar estreita-se... mas que raio de inquérito é este?

“Posso-vos fazer uma pergunta?”
“Faça lá”. “Sabem quem são os deputados eleitos pelo círculo eleitoral

de Castelo Branco?” À primeira pergunta, o primeiro grande clássico: “Hãããã!? Desculpe, mas não somos de cá”. Fim de conversa.

A doce reforma trará por certo mais tempo para as pessoas se informarem. Três reformados no banco do jardim. A mesma pergunta. O mesmo olhar. Se calhar o mesmo pensamento: “e se fosses gozar com outro”? Mas isto foi em crescendo. Ora repararem: um assume-se como porta-voz do paciente grupo: “Não sabemos, não estamos metidos na política”. Um outro acrescenta: “Há duas coisas em que eu não me meto: futebol e política”. O terceiro triunfante: “conheço o Joaquim Morão”. Será ele? Não, não é. Mas estamos a conseguir algo. Já temos pelo menos um nome. E é com esse ânimo que avançamos pelo caminho da sabedoria. Noutro banco de jardim vivem-se dias da reforma. A pergunta, o olhar de desprezo. A resposta: “Não ligamos à política”.

De ânimo esmorecido, a raiar a depressão, dirigimo-nos à praça de táxis do Fundão.

Aqui, sim, o esforço é genuíno. Há quem franza o olho, levante a pestana e leve a mão ao queixo. Há esforço, dedicação e... nomes. Mas antes, o desabafo em tons de prefácio: "antigamente sabia... era a dona Elisa e o engenheiro Sócrates". Certo. Isso era antes. Mas e agora?

Huuuummm! Ó tempo volta para trás...

Estamos em pleno plenário. Troca de impressões e olhares... E do *brain storming* no meio dos táxis fez-se luz: "o do PSD é o tipo da Renascença... o... o Ribeiro Cristóvão". Aí está!!! A felicidade tem rosto. Não deu para mais, mas está encontrado o vencedor. Lemos à plateia o nome dos cinco deputados em exercício. No fim, a redenção e o arrependimento: "o Vítor Pereira, pá! Também lá ia, agora que me diz".

Dois taxistas que se mantiveram longe destes minutos de intensa reflexão foram desafiados. A resposta: o primeiro: "não conheço". O segundo aprofundou e concluiu o tema: "eles também pouco fazem. Mal conhecemos o da Câmara". Não nos deixamos

esmorecer e guardamos o ânimo que nos foi dado pela primeira resposta certa, embora tenham faltado quatro nomes. Um café. Sim. Vamos ao café, bem perto das instalações do jornal. Desbragadamente e de peito feito: "Sabem quem são os deputados eleitos pelo círculo eleitoral de Castelo Branco?" Olha-me este. Silêncio e sorriso. Houve quem pedisse para repetir a pergunta. Repetiu-se. "Só conheço o presidente da Câmara", atirou um. Mais concisa, a cliente: "há lá tantos..." Pois são. Mas só queríamos mesmo os de Castelo Branco. Repetição, já com uma achega: "Eles são tantos e estão sempre a entrar e a sair". Outro café. Atenção. "Conheço o Serrasqueiro..." ainda se ouviu. Mas logo a esperança esmoreceu: "você também abusa; que pergunta".

Voltamos à rua, onde já conseguimos fantásticos e intensos períodos de reflexão. Três fundanenses à porta de uma loja. A pergunta. O tal olhar traumatizante. As respostas: "Não sei...". E para que conste: "nem um". Outro conclui. "Que saudades tenho do meu tempo". Hã?

É melhor recolher à redacção.

Epílogo.

9 de Abril de 2009

Nuno Francisco

FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO


COMPETE
PROGRAMA OPERACIONAL DE INOVAÇÃO E CIENTÍFICO-TECNOLOGIA


QUADRO
DE REFERÊNCIA
ESTRATÉGICO
NACIONAL
PORTUGAL (2007-2013)


UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu
de Desenvolvimento Regional


UNIVERSIDADE
BEM-ESTAR INTERIOR


LABCOM
COMUNICAÇÃO
& ARTES


75th
1946-2021

Embora uma coletânea de reportagens possa não ser mais do que uma vã tentativa de resgatá-las ao efémero do pequeno labor temporalmente marcado, reúnem-se aqui uma série de instantâneos que constituem um certo retrato da Beira Interior, para além da publicação dispersa e ocasional que é o dia-a-dia de um jornal.

As 25 reportagens aqui coletadas são datadas da última década do século XX e da primeira do século XXI e, na sua fragmentação, formam um mosaico desse tempo recente e de um lugar – do Tejo à Estrela, entre a raia e o Pinhal – de onde foram arrancadas ao terreno.

Vistas em conjunto, podem oferecer uma visão mais ampla do virar do milénio numa região que raramente nos é refletida pelos olhares (mediáticos) alheios e que a si própria deve o cuidado da atenção. Esse olhar de espelho é um dos papéis do jornalismo e da imprensa regional.